

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia EDITAL PGE Nº 01/2018

Prova: 24 de Fevereiro de 2018

GABARITO OFICIAL

CADERNO 01

| | |
|----|------|
| 1 | B |
| 2 | E |
| 3 | C |
| 4 | E |
| 5 | D |
| 6 | C |
| 7 | D |
| 8 | B |
| 9 | C |
| 10 | B |
| 11 | NULA |
| 12 | A |
| 13 | E |
| 14 | D |
| 15 | A |

| | |
|----|---|
| 16 | D |
| 17 | E |
| 18 | D |
| 19 | A |
| 20 | C |
| 21 | D |
| 22 | E |
| 23 | A |
| 24 | B |
| 25 | C |
| 26 | B |
| 27 | C |
| 28 | C |
| 29 | B |
| 30 | E |

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia EDITAL PGE Nº 01/2018

Prova: 24 de Fevereiro de 2018

GABARITO OFICIAL

CADERNO 02

| | |
|----|------|
| 1 | E |
| 2 | D |
| 3 | C |
| 4 | D |
| 5 | B |
| 6 | C |
| 7 | B |
| 8 | B |
| 9 | E |
| 10 | C |
| 11 | A |
| 12 | D |
| 13 | E |
| 14 | A |
| 15 | NULA |

| | |
|----|---|
| 16 | C |
| 17 | A |
| 18 | D |
| 19 | E |
| 20 | D |
| 21 | C |
| 22 | B |
| 23 | A |
| 24 | E |
| 25 | D |
| 26 | E |
| 27 | B |
| 28 | C |
| 29 | C |
| 30 | B |

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia EDITAL PGE Nº 01/2018

Prova: 24 de Fevereiro de 2018

GABARITO OFICIAL

CADERNO 03

| | |
|----|------|
| 1 | B |
| 2 | C |
| 3 | B |
| 4 | B |
| 5 | E |
| 6 | C |
| 7 | E |
| 8 | D |
| 9 | C |
| 10 | D |
| 11 | E |
| 12 | A |
| 13 | NULA |
| 14 | A |
| 15 | D |

| | |
|----|---|
| 16 | D |
| 17 | E |
| 18 | D |
| 19 | C |
| 20 | A |
| 21 | A |
| 22 | E |
| 23 | D |
| 24 | C |
| 25 | B |
| 26 | C |
| 27 | C |
| 28 | B |
| 29 | E |
| 30 | B |

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia EDITAL PGE Nº 01/2018

Prova: 24 de Fevereiro de 2018

GABARITO OFICIAL

CADERNO 04

| | |
|----|-------|
| 1 | B |
| 2 | E |
| 3 | C |
| 4 | D |
| 5 | B |
| 6 | E |
| 7 | C |
| 8 | D |
| 9 | B |
| 10 | C |
| 11 | NULLA |
| 12 | D |
| 13 | E |
| 14 | A |
| 15 | A |

| | |
|----|---|
| 16 | D |
| 17 | C |
| 18 | A |
| 19 | E |
| 20 | D |
| 21 | D |
| 22 | C |
| 23 | B |
| 24 | E |
| 25 | A |
| 26 | B |
| 27 | E |
| 28 | B |
| 29 | C |
| 30 | C |

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

PROVA DE PORTUGUÊS

Com base no texto, responda as questões de 1 a 3.

Viagens de avião e de metrô podem guardar certa semelhança. Entre nuvens carregadas, ou tendo o azul como horizonte infinito, o passageiro não sente que está em percurso; no interior dos túneis, diante das velozes e uniformes paredes de concreto, o passageiro tampouco sabe da viagem. Em ambos os casos, vai de um ponto a outro como se alguém o levantasse de um lugar para pô-lo em outro, mais adiante. Nesses casos, praticamente se impõe uma viagem interior. As nuvens, o azul ou o concreto escuro hipnotizam-nos, deixam-nos a sós com nossas imagens e nossos pensamentos, que também sabem mover-se com rapidez. Confesso que gosto desses momentos que, sendo velozes, são, paradoxalmente, de letargia: os olhos abertos veem para dentro, nosso cinema interior se abre para uma profusão de cenas vividas ou de expectativas abertas. Em tais viagens, estamos surpreendentemente sós – uma experiência rara em nossos dias, concordam? Que ninguém se socorra do celular ou de qualquer engenhoca eletrônica, por favor: que enfrente o vital desafio de um colóquio consigo mesmo, de uma viagem em que somos ao mesmo tempo passageiros e condutores, roteiristas do nosso trajeto, produtores do nosso sentido. Não é pouco: nesses

minutos de íntima peregrinação, o único compromisso é o de não resistir à súbita liberdade que nossa imaginação ganhou. Chegando à nossa estação ou ao nosso aeroporto, retomaremos a rotina e nos curvaremos à fatalidade de que as obrigações mundanas rejam o nosso destino. Navegar é preciso, viver não é preciso, diziam os antigos marinheiros. É verdade: há viagens em que o menos importante é chegar. (Ulisses Rebonato, inédito).

1. A semelhança central entre uma viagem de avião e uma viagem de metrô, explorada pelo autor ao longo do texto, é estabelecida pelo fato de que ambas:

(A) ensejam, dada a sedução das paisagens, a distração de que todos precisamos para aliviar nossas inquietações mundanas.

(B) proporcionam, diante da monotonia do que corre lá fora, uma incursão do passageiro pelo espaço aberto e fecundo de sua interioridade.

(C) provocam, no embalo do ritmo uniforme, uma sensação de letargia que nos libera do peso dos pensamentos e da imaginação.

(D) acrescentam, ao passageiro já pressionado pelos compromissos, a ansiedade de rumar para um lugar sem divisar o trajeto.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

(E) estimulam, dentro de cada um de nós, a criatividade de que precisamos para resolver nossos problemas mais objetivos e imediatos.

2. Considerando-se o sentido do contexto, guardam entre si uma relação de oposição os segmentos:

(A) nuvens carregadas e paredes de concreto.

(B) hipnotizam-nos e deixam-nos a sós com nossas imagens.

(C) estamos surpreendentemente sós e uma experiência rara em nossos dias.

(D) ninguém se socorra do celular e qualquer engenhoca eletrônica.

(E) íntima peregrinação e obrigações mundanas.

3. Estão plenamente adequados o emprego e a colocação dos pronomes na frase:

(A) Ao falar sobre viagens de metrô e avião, lhes notou o autor certa semelhança, o que o permitiu estabelecer algumas analogias entre as mesmas.

(B) Ninguém sabe por que ele se vale tanto do celular, utilizando-lhe mesmo em viagens rápidas de metrô.

(C) Olhando as nuvens pela janela do avião, vemo-las passar como se as afugentassem as asas da aeronave.

(D) Uma viagem por dentro de nós – somente realizamo-na quando dispostos a ficar sós conosco mesmos.

(E) A razão por que ela não dispõe-se à prática da interiorização é o receio de que isso obrigue-lhe a enfrentar seus fantasmas.

4. Na frase *Caso os leitores (vir) a ler o jornal com maior rigor, certamente (poder) perceber os estereótipos que (predominam) nas reportagens de hoje, as lacunas serão corretamente preenchidas, na ordem dada, por:*

(A) vierem – poderiam – predominariam

(B) virem – poderão – predominam

(C) viessem – poderão – predominassem

(D) vierem – podem – predominem

(E) viessem – poderiam – predominam

Leia o poema a seguir para responder à questão 5.

Relógio

As coisas são
As coisas vêm
As coisas vão
As coisas
Vão e vêm
Não em vão
As horas
Vão e vêm
Não em vão

Oswald de Andrade. Obras completas.

5. Assinale a alternativa CORRETA.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

(A) É o predomínio das sílabas átonas que resulta no encadeamento do ritmo dos versos do poema.

(B) A reprodução dos versos ‘As coisas são’, ‘As coisas vêm’, ‘As coisas vão’ cria uma onomatopeia, como a exemplo de tique-taque e plim-plim.

(C) O ritmo no poema é identificado pela falta de alternância regular de sílabas átonas e tônicas, pausas e repetição de sons e palavras.

(D) A repetição de fonemas sugere um movimento rítmico de harmonia imitativa que remete ao título do poema.

(E) O emprego reiterado das vogais / e / e / o / sugere a batida dos ponteiros do relógio, provocando o tique-taque.

6. A alternativa em que todas as palavras obedecem à mesma norma de acentuação gráfica é:

(A) saúde - solúvel - saída

(B) café - você - corrói

(C) pátria - indícios - critério

(D) pólo - álbum - táxi

(E) caráter - juízo – artéria

7. O plural de "qualquer cidadão" é:

(A) qualquer - cidadãos

(B) quaisquer - cidadões

(C) quaisquer - cidadães

(D) quaisquer - cidadãos

(E) qualquer – cidadões

8. A violação era: assim, o fiscal lavrou o para aplicação das cabíveis.

(A) fragrante - auto de infração - sanções

(B) flagrante - auto de infração - sanções

(C) fragrante - auto de inflação - sansões

(D) fragrante - alto de infração - sansões

(E) flagrante - auto de inflação – sanções

9. As alternativas estão corretas, exceto:

(A) Porque era um mau programa, diminuiu o Ibope da emissora de TV.

(B) Por que se forma desertos na ausência de áreas verdes?

(C) Não sabemos o porque de sua ausência.

(D) Formamos nossa personalidade através das dificuldades por que passamos.

(E) Ela não veio, por quê?

10. Escolha a opção cujos substantivos masculinos têm a flexão para o feminino, respectivamente, como ã, oa e ona .

(A) sultão - vilão - ladrão

(B) ancião - leitão - valentão

(C) anão - leão - pavão

(D) anfitrião - cortesão - solteirão

(E) cristão - tabelião – zangão

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos.

- I. É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.
- II. A investidura em cargo efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- III. A estabilidade constitui a garantia constitucional de o servidor público estatutário permanecer no serviço público após o período de estágio probatório. Dessa forma, o servidor público estável só poderá vir a perder o cargo em razão de uma das seguintes hipóteses: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- IV. Os servidores ditos estatutários ao ingressarem no serviço público submetem-se ao influxo das normas que integram o respectivo estatuto. É correto afirmar, portanto, que o servidor público tem direito adquirido à

imutabilidade do seu respectivo estatuto.

- V. A demissão é ato administrativo punitivo que enseja a extinção do vínculo estatutário do servidor público.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, V, V, F e V
- c) F, F, V, V e F
- d) F, V, V, F e V
- e) V, F, V, F e V

12) Com relação ao uso de bens públicos, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso):

- I. Os bens de uso comum são aqueles que por destinação legal ou pela natureza podem ser utilizados por todos, em igualdade de condições, mediante autorização.
- II. A Praça dos Três Poderes, situada no Distrito Federal, é classificada com bem público de uso comum.
- III. Para que sejam considerados alienáveis, os bens de uso comum ou de uso especial precisam ser desafetados.
- IV. A autorização de uso de bens públicos constitui ato administrativo unilateral, vinculado e precário.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

V. O uso privativo de bem público não é admitido pelo ordenamento jurídico pátrio.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, V, V, F e F
- b) V, V, F, V e F
- c) F, F, V, V e V
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, F e V

13) As autoridades sanitárias anunciaram, a partir de dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, que a população brasileira estava na iminência de ser atingida por um surto da chamada “gripe caprina”, razão pela qual a imediata vacinação em massa seria a única medida eficaz para evitar o alastramento da moléstia.

Desse modo, o setor técnico competente do Ministério da Saúde iniciou procedimento administrativo para a compra da vacina correspondente, informando, a partir de pesquisa de mercado realizada, a existência de 03 (três) empresas fornecedoras, indicando, dentre as quais, a Prima Farma Ltda. como aquela praticante do menor preço.

Em razão da situação descrita, julgue os itens seguintes:

- I. A obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público impõe a instauração de processo licitatório para a aquisição da vacina em pauta.
- II. Constatando-se que a Prima Farma Ltda. apresentou o menor preço, possível a sua contratação direta por inexigibilidade de licitação.
- III. A hipótese descrita amolda-se ao art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, segundo a qual a licitação é dispensável nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens, públicos ou particulares.
- IV. Acaso os elementos trazidos aos autos do procedimento administrativo demonstrassem que a Prima Farma Ltda. era a única fornecedora do medicamento, a contratação direta poderia se verificar por inexigibilidade de licitação.
- V. A contratação direta com base no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, cria um precedente administrativo, afastando a obrigatoriedade da realização da licitação para contratações

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

futuras das vacinas produzidas pela Prima Farma Ltda.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, F, F, V e V
- c) V, F, V, V e F
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, V e F

14) Julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos. São características do contrato administrativo:

- I. a presença das cláusulas exorbitantes;
- II. a impossibilidade da sua rescisão unilateral por parte da Administração contratante;
- III. sua imutabilidade;
- IV. ter natureza de contrato de adesão;
- V. a obrigatoriedade de pagamento por parte da Administração, mantidas as condições efetivas da proposta.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, F, F, V e F
- b) V, F, V, F e V
- c) F, V, F, V e F
- d) V, F, F, V e V
- e) F, F, V, V e F

15) Com relação ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso).

- I. No Brasil, o processo administrativo não encontra sistematização uniforme em todo o território nacional como o processo judicial.
- II. No processo administrativo tal como o processo judicial pressupõe sempre a existência de conflito de interesses.
- III. Todo e qualquer processo administrativo deve ser sigiloso, tendo em vista tanto a segurança da sociedade como do Estado.
- IV. Em razão do princípio do informalismo, no silêncio da lei ou de atos regulamentares não se há que adotar excessivo rigor na tramitação dos processos administrativos.
- V. No processo administrativo a verdade formal se sobrepõe à verdade material.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, F, F, V e F
- b) F, V, F, V e F
- c) V, F, V, F e V
- d) V, F, F, F e V
- e) V, V, F, V e F

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL

16) Sobre a classificação das constituições, pode-se afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, sintética, rígida e formal.
- b) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, semi-rígida e formal.
- c) A Constituição brasileira de 1988 é outorgada, analítica, rígida e material.
- d) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, rígida e formal.
- e) A Constituição brasileira de 1988 é pactuada, sintética, flexível e material.

17) Sobre o poder constituinte, pode-se considerar que:

- a) Tem origem e caráter supranacional, não encontrando quaisquer limites senão aqueles constantes de tratados internacionais.
- b) É um poder ilimitado, incondicionado, inicial, superior e que se extingue quando elaborada a constituição.
- c) Pode ser instaurado a qualquer momento pelo Presidente da República e por 1/3 de deputados ou senadores.
- d) Também é exercido, com as mesmas características e natureza, para criação das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.
- e) O titular do poder constituinte é sempre o povo, entendido como grandeza plural e aberta, não circunscrita

à comunidade de cidadãos que se encontrem no exercício dos direitos políticos.

18) Acerca do poder de reforma, pode-se considerar que:

- a) Nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a próxima revisão constitucional será em 2018.
- b) A Constituição Federal admite a propositura de emenda constitucional de iniciativa popular.
- c) A proposta de emenda constitucional só será aprovada se contar com o quorum de 2/3 dos membros de cada Casa, em dois turnos de discussão e votação.
- d) A proposta de emenda constitucional não se submete à fase de deliberação executiva para sanção ou veto, sendo promulgada pela Mesa da Câmara e pela Mesa do Senado Federal.
- e) As cláusulas pétreas jamais podem ser emendadas.

19) Quanto ao federalismo brasileiro, pode-se afirmar que:

- a) A repartição constitucional de competências segue o modelo preponderante do federalismo cooperativo.
- b) A competência da União, no âmbito da competência concorrente, induz a prevalência hierárquica da lei federal sobre a lei estadual.
- c) A competência dos municípios limita-se ao que não está expressamente

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

atribuído para a União e para os Estados-membros.

d) Não podem ser criados territórios na vigência da Constituição Federal.

e) A União não pode delegar aos Estados-membros a competência para legislar sobre piso salarial.

20) No que respeita à organização dos poderes, é possível afirmar que:

a) Os parlamentares possuem imunidade material temporária, podendo responder após o mandato pelas opiniões, palavras e votos proferidas no exercício do mandato ou em razão dele.

b) É vedada, pela Constituição do Estado da Bahia, o pagamento de qualquer parcela indenizatória ao deputado estadual em razão de convocação extraordinária.

c) As comissões parlamentares de inquérito não podem determinar as medidas que estão submetidas à cláusula de reserva de jurisdição, como a busca e apreensão em domicílio.

d) A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária.

e) A Constituição Federal não admite que medida provisória disponha sobre matéria tributária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente é admitido recurso contra a sentença, não sendo cabível recurso de decisão interlocutória na fase de conhecimento.

II – Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnado.

III – É nula a sentença de mérito, quando proferida sem que tenha havido a prévia formação de litisconsórcio necessário.

IV – O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

V – Não é possível haver penhora no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário legalmente estabelecido para a prática de atos processuais, sem que haja, para tanto, autorização judicial.

a) Todos os itens são verdadeiros

b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens I, III e V são verdadeiros.

d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

e) Apenas os itens III e V são verdadeiros.

22) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Proposta ação rescisória pelo Estado da Bahia, será indeferida a petição inicial da demanda se não for efetuado o

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

depósito judicial da importância de cinco por cento sobre o valor da causa, já que se trata de requisito de admissibilidade do processo em questão.

II – Constatado o impedimento ou a suspeição do assistente técnico de uma das partes, caberá à parte adversa, no prazo de 15(quinze) dias a contar do conhecimento do fato, em petição específica dirigida ao juiz do processo, alegar tal impedimento ou suspeição, indicando o fundamento da recusa e instruindo a peça com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

III – O cessionário, a quem o direito resultante do título executivo tenha sido transferido por ato entre vivos, não poderá ingressar em juízo, sucedendo o cedente (exequente originário), sem que o consinta a parte contrária.

IV – A tutela provisória de urgência pode ser concedida liminarmente, ao contrário do que ocorre com a tutela de evidência, a qual, por não depender de demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, somente pode ser concedida após ouvida da parte contrária, em respeito ao princípio do contraditório.

V – O Código de Processo Civil de 2015 previu, como causa extintiva da execução, a prescrição intercorrente. Ao estabelecer as regras de direito intertemporal, o diploma processual civil supracitado previu que, para as execuções em curso ao tempo de sua entrada em vigor (o que ocorreu em 18/03/2016), o termo inicial do prazo

prescricional da prescrição intercorrente seria a data de vigência do CPC/2015.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Apenas o item I é verdadeiro.
- c) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- d) Apenas o item IV é verdadeiro.
- e) Apenas o item V é verdadeiro.

23) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença, não tendo o Código de Processo Civil limitado tal recorribilidade a matérias por ele expressamente elencadas, ao contrário do que fez com a fase de conhecimento.

II – É cabível a oposição de embargos de declaração contra decisão interlocutória que faça uso de conceito jurídico indeterminado sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.

III – É cabível o uso de reclamação, pela parte interessada, para garantir a observância de acórdão proferido em incidente de assunção de competência, o que abrange tanto as hipóteses em que tenha ocorrido a aplicação indevida da tese jurídica quanto as situações em que a tese não foi aplicada a casos que a ela correspondam.

IV – Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião. Neste caso, o requerimento do interessado,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

representado por advogado, será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, devendo ser dado ciência do pedido à União, ao Estado, ao Distrito Federal e ao Município.

V – Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, caso em que será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

24) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

II – Cabe ao respectivo Tribunal Regional Federal dirimir conflitos de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal de primeira

instância que pertençam a uma mesma Seção Judiciária.

III – A decisão de saneamento e organização do processo é o momento processual definido pelo Código de Processo Civil para que o juiz defina a distribuição do ônus da prova, podendo fazê-lo de modo diverso daquele abstratamente previsto em lei, desde que fundamente sua decisão e conceda à parte sobre a qual o ônus recairá a oportunidade de se desincumbir dele.

IV - Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública ainda quando ela atue contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

V – Sendo o ônus da prova, sob o aspecto objetivo, uma regra de julgamento, direcionada ao juiz, não é possível que as partes convençionem distribuição do ônus da prova diversa daquela legalmente prevista.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

25) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É possível, na reconvenção, haver ampliação objetiva da demanda, mas não subjetiva.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

II – A certidão da dívida ativa da Fazenda Pública do Estado da Bahia, correspondente a crédito inscrito na forma da lei, é título executivo extrajudicial que viabiliza a utilização do procedimento da execução fiscal.

III – Na ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação não poderá atuar no polo ativo da demanda.

IV – A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público no processo.

V – Suspende-se o processo quando o advogado por ele responsável constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III, IV e V são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26) Por exclusão do crédito tributário devemos entender:

- a) As hipóteses legais que obstaculizam a cobrança judicial do crédito fiscal;

- b) O conjunto de previsões do CTN relativo à isenção e à anistia;
- c) O plexo normativo concernente a moratória e decadência;
- d) Regras imunizantes previstas na lei complementar nacional;
- e) NDA

27) Quanto às imunidades podemos afirmar corretamente:

- a) A imunidade recíproca não se aplica unicamente à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, mas também e sempre às autarquias, empresas públicas e fundações públicas;
- b) Cabe ao juiz, por equidade, dispensar o tributo nos casos das imunidades;
- c) A imunidade tributária das operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais não afasta a incidência do PIS e da Cofins sobre o faturamento das empresas que se dedicam à comercialização destas mercadorias;
- d) Precisa de lei ordinária do ente tributante para o benefício ser auferido pelo contribuinte;
- e) Os fonogramas não estão albergados pela regra imunizante, posto que não existem ou não são mais fabricados no Brasil.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 1

28) Estão compreendidos na competência tributária dos Estados e DF:

- a) Taxas, empréstimos compulsórios e imposto de grandes fortunas;
- b) Taxas, IPVA e ITBI;
- c) Taxas, ICMS e ITD;
- d) Contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e ICMS;
- e) ITR, Taxas e ISS.

30) Dação em pagamento é uma espécie de :

- a) Exclusão do crédito tributário;
- b) Suspensão do crédito fiscal;
- c) Espécie de parcelamento;
- d) Moratória e anistia;
- e) Extinção do crédito.

29) O crédito fiscal surge com :

- a) A lei e o fato ;
- b) A lei, o fato e o lançamento;
- c) O lançamento e a execução fiscal;
- d) Auto de infração e a anistia;
- e) O pagamento.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

PROVA DE PORTUGUÊS

1. Na frase *Caso os leitores (vir) a ler o jornal com maior rigor, certamente (poder) perceber os estereótipos que (predominam) nas reportagens de hoje, as lacunas serão corretamente preenchidas, na ordem dada, por:*

- (A) vierem – poderiam – predominariam
- (B) virem – poderão – predominam
- (C) viessem – poderão – predominassem
- (D) vierem – podem – predominem
- (E) viessem – poderiam – predominam

Leia o poema a seguir para responder à questão 2.

Relógio

As coisas são
As coisas vêm
As coisas vão
As coisas
Vão e vêm
Não em vão
As horas
Vão e vêm
Não em vão

Oswald de Andrade. Obras completas.

2. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) É o predomínio das sílabas átonas que resulta no encadeamento do ritmo dos versos do poema.

(B) A reprodução dos versos ‘As coisas são’, ‘As coisas vêm’, ‘As coisas vão’ cria uma onomatopeia, como a exemplo de tique-taque e plim-plim.

(C) O ritmo no poema é identificado pela falta de alternância regular de sílabas átonas e tônicas, pausas e repetição de sons e palavras.

(D) A repetição de fonemas sugere um movimento rítmico de harmonia imitativa que remete ao título do poema.

(E) O emprego reiterado das vogais / e / e / o / sugere a batida dos ponteiros do relógio, provocando o tique-taque.

3. A alternativa em que todas as palavras obedecem à mesma norma de acentuação gráfica é:

- (A) saúde - solúvel - saída
- (B) café - você - corrói
- (C) pátria - indícios - critério
- (D) pólo - álbum - táxi
- (E) caráter - juízo – artéria

4. O plural de "qualquer cidadão" é:

- (A) qualquer - cidadãos
- (B) quaisquer - cidadãos
- (C) quaisquer - cidadães
- (D) quaisquer - cidadãos
- (E) qualquer – cidadões

5. A violação era: assim, o fiscal lavrou o para aplicação das cabíveis.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

- (A) flagrante - auto de infração - sanções
- (B) flagrante - auto de infração - sanções
- (C) flagrante - auto de inflação - sansões
- (D) flagrante - alto de infração - sansões
- (E) flagrante - auto de inflação – sanções

6. As alternativas estão corretas, exceto:

- (A) Porque era um mau programa, diminuiu o Ibope da emissora de TV.
- (B) Por que se forma desertos na ausência de áreas verdes?
- (C) Não sabemos o porque de sua ausência.
- (D) Formamos nossa personalidade através das dificuldades por que passamos.
- (E) Ela não veio, por quê?

7. Escolha a opção cujos substantivos masculinos têm a flexão para o feminino, respectivamente, como ã, oa e ona .

- (A) sultão - vilão - ladrão
- (B) ancião - leitão - valentão
- (C) anão - leão - pavão
- (D) anfitrião - cortesão - solteirão
- (E) cristão - tabelião – zangão

Com base no texto, responda as questões de 8 a 10.

Viagens de avião e de metrô podem guardar certa semelhança. Entre nuvens

carregadas, ou tendo o azul como horizonte infinito, o passageiro não sente que está em percurso; no interior dos túneis, diante das velozes e uniformes paredes de concreto, o passageiro tampouco sabe da viagem. Em ambos os casos, vai de um ponto a outro como se alguém o levantasse de um lugar para pô-lo em outro, mais adiante. Nesses casos, praticamente se impõe uma viagem interior. As nuvens, o azul ou o concreto escuro hipnotizam-nos, deixam-nos a sós com nossas imagens e nossos pensamentos, que também sabem mover-se com rapidez. Confesso que gosto desses momentos que, sendo velozes, são, paradoxalmente, de letargia: os olhos abertos veem para dentro, nosso cinema interior se abre para uma profusão de cenas vividas ou de expectativas abertas. Em tais viagens, estamos surpreendentemente sós – uma experiência rara em nossos dias, concordam? Que ninguém se socorra do celular ou de qualquer engenhoca eletrônica, por favor: que enfrente o vital desafio de um colóquio consigo mesmo, de uma viagem em que somos ao mesmo tempo passageiros e condutores, roteiristas do nosso trajeto, produtores do nosso sentido. Não é pouco: nesses minutos de íntima peregrinação, o único compromisso é o de não resistir à súbita liberdade que nossa imaginação ganhou. Chegando à nossa estação ou ao nosso aeroporto, retomaremos a rotina e nos curvaremos à fatalidade de que as obrigações mundanas rejam o nosso destino. Navegar é preciso, viver não é

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

preciso, diziam os antigos marinheiros. É verdade: há viagens em que o menos importante é chegar. (Ulisses Rebonato, inédito).

8. A semelhança central entre uma viagem de avião e uma viagem de metrô, explorada pelo autor ao longo do texto, é estabelecida pelo fato de que ambas:

(A) ensejam, dada a sedução das paisagens, a distração de que todos precisamos para aliviar nossas inquietações mundanas.

(B) proporcionam, diante da monotonia do que corre lá fora, uma incursão do passageiro pelo espaço aberto e fecundo de sua interioridade.

(C) provocam, no embalo do ritmo uniforme, uma sensação de letargia que nos libera do peso dos pensamentos e da imaginação.

(D) acrescentam, ao passageiro já pressionado pelos compromissos, a ansiedade de rumar para um lugar sem divisar o trajeto.

(E) estimulam, dentro de cada um de nós, a criatividade de que precisamos para resolver nossos problemas mais objetivos e imediatos.

9. Considerando-se o sentido do contexto, guardam entre si uma relação de oposição os segmentos:

(A) nuvens carregadas e paredes de concreto.

(B) hipnotizam-nos e deixam-nos a sós com nossas imagens.

(C) estamos surpreendentemente sós e uma experiência rara em nossos dias.

(D) ninguém se socorra do celular e qualquer engenhoca eletrônica.

(E) íntima peregrinação e obrigações mundanas.

10. Estão plenamente adequados o emprego e a colocação dos pronomes na frase:

(A) Ao falar sobre viagens de metrô e avião, lhes notou o autor certa semelhança, o que o permitiu estabelecer algumas analogias entre as mesmas.

(B) Ninguém sabe por que ele se vale tanto do celular, utilizando-lhe mesmo em viagens rápidas de metrô.

(C) Olhando as nuvens pela janela do avião, vemo-las passar como se as afugentassem as asas da aeronave.

(D) Uma viagem por dentro de nós – somente realizamo-na quando dispostos a ficar sós conosco mesmos.

(E) A razão por que ela não dispõe-se à prática da interiorização é o receio de que isso obrigue-lhe a enfrentar seus fantasmas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) Com relação ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso).

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

- I. No Brasil, o processo administrativo não encontra sistematização uniforme em todo o território nacional como o processo judicial.
- II. No processo administrativo tal como o processo judicial pressupõe sempre a existência de conflito de interesses.
- III. Todo e qualquer processo administrativo deve ser sigiloso, tendo em vista tanto a segurança da sociedade como do Estado.
- IV. Em razão do princípio do informalismo, no silêncio da lei ou de atos regulamentares não se há que adotar excessivo rigor na tramitação dos processos administrativos.
- V. No processo administrativo a verdade formal se sobrepõe à verdade material.
- II. a impossibilidade da sua rescisão unilateral por parte da Administração contratante;
- III. sua imutabilidade;
- IV. ter natureza de contrato de adesão;
- V. a obrigatoriedade de pagamento por parte da Administração, mantidas as condições efetivas da proposta.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, F, F, V e F
b) V, F, V, F e V
c) F, V, F, V e F
d) V, F, F, V e V
e) F, F, V, V E F

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, F, F, V e F
b) F, V, F, V e F
c) V, F, V, F e V
d) V, F, F, F e V
e) V, V, F, V e F

12) Julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos. São características do contrato administrativo:

- I. a presença das cláusulas exorbitantes;

13) As autoridades sanitárias anunciaram, a partir de dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, que a população brasileira estava na iminência de ser atingida por um surto da chamada “gripe caprina”, razão pela qual a imediata vacinação em massa seria a única medida eficaz para evitar o alastramento da moléstia.

Desse modo, o setor técnico competente do Ministério da Saúde iniciou procedimento administrativo para a compra da vacina correspondente, informando, a partir de pesquisa de mercado realizada, a existência de 03 (três) empresas fornecedoras, indicando, dentre as

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

quais, a Prima Farma Ltda. como aquela praticante do menor preço.

Em razão da situação descrita, julgue os itens seguintes:

- I. A obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público impõe a instauração de processo licitatório para a aquisição da vacina em pauta.
- II. Constatando-se que a Prima Farma Ltda. apresentou o menor preço, possível a sua contratação direta por inexigibilidade de licitação.
- III. A hipótese descrita amolda-se ao art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, segundo a qual a licitação é dispensável nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens, públicos ou particulares.
- IV. Acaso os elementos trazidos aos autos do procedimento administrativo demonstrassem que a Prima Farma Ltda. era a única fornecedora do medicamento, a contratação direta poderia se verificar por inexigibilidade de licitação.
- V. A contratação direta com base no art. 24, inciso IV, da Lei Federal

nº 8.666/93, cria um precedente administrativo, afastando a obrigatoriedade da realização da licitação para contratações futuras das vacinas produzidas pela Prima Farma Ltda.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, F, F, V e V
- c) V, F, V, V e F
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, V e F

14) Com relação ao uso de bens públicos, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso):

- I. Os bens de uso comum são aqueles que por destinação legal ou pela natureza podem ser utilizados por todos, em igualdade de condições, mediante autorização.
- II. A Praça dos Três Poderes, situada no Distrito Federal, é classificada com bem público de uso comum.
- III. Para que sejam considerados alienáveis, os bens de uso comum ou de uso especial precisam ser desafetados.
- IV. A autorização de uso de bens públicos constitui ato administrativo unilateral, vinculado e precário.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

V. O uso privativo de bem público não é admitido pelo ordenamento jurídico pátrio.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, V, V, F e F
- b) V, V, F, V e F
- c) F, F, V, V e V
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, F e V

15) A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos.

- I. É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.
- II. A investidura em cargo efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- III. A estabilidade constitui a garantia constitucional de o servidor público estatutário permanecer no serviço público após o período de estágio probatório. Dessa forma, o servidor público estável só poderá vir a perder o cargo em razão de uma das seguintes hipóteses: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de

desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

IV. Os servidores ditos estatutários ao ingressarem no serviço público submetem-se ao influxo das normas que integram o respectivo estatuto. É correto afirmar, portanto, que o servidor público tem direito adquirido à imutabilidade do seu respectivo estatuto.

V. A demissão é ato administrativo punitivo que enseja a extinção do vínculo estatutário do servidor público.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, V, V, F e V
- c) F, F, V, V e F
- d) F, V, V, F e F
- e) V, F, V, F e V

DIREITO CONSTITUCIONAL

16) No que respeita à organização dos poderes, é possível afirmar que:

a) Os parlamentares possuem imunidade material temporária, podendo responder após o mandato pelas opiniões, palavras e votos proferidas no exercício do mandato ou em razão dele.

b) É vedada, pela Constituição do Estado da Bahia, o pagamento de qualquer parcela indenizatória ao deputado

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

estadual em razão de convocação extraordinária.

c) As comissões parlamentares de inquérito não podem determinar as medidas que estão submetidas à cláusula de reserva de jurisdição, como a busca e apreensão em domicílio.

d) A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária.

e) A Constituição Federal não admite que medida provisória disponha sobre matéria tributária.

17) Quanto ao federalismo brasileiro, pode-se afirmar que:

a) A repartição constitucional de competências segue o modelo preponderante do federalismo cooperativo.

b) A competência da União, no âmbito da competência concorrente, induz a prevalência hierárquica da lei federal sobre a lei estadual.

c) A competência dos municípios limita-se ao que não está expressamente atribuído para a União e para os Estados-membros.

d) Não podem ser criados territórios na vigência da Constituição Federal.

e) A União não pode delegar aos Estados-membros a competência para legislar sobre piso salarial.

18) Acerca do poder de reforma, pode-se considerar que:

a) Nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a próxima revisão constitucional será em 2018.

b) A Constituição Federal admite a propositura de emenda constitucional de iniciativa popular.

c) A proposta de emenda constitucional só será aprovada se contar com o quorum de 2/3 dos membros de cada Casa, em dois turnos de discussão e votação.

d) A proposta de emenda constitucional não se submete à fase de deliberação executiva para sanção ou veto, sendo promulgada pela Mesa da Câmara e pela Mesa do Senado Federal.

e) As cláusulas pétreas jamais podem ser emendadas.

19) Sobre o poder constituinte, pode-se considerar que:

a) Tem origem e caráter supranacional, não encontrando quaisquer limites senão aqueles constantes de tratados internacionais.

b) É um poder ilimitado, incondicionado, inicial, superior e que se extingue quando elaborada a constituição.

c) Pode ser instaurado a qualquer momento pelo Presidente da República e por 1/3 de deputados ou senadores.

d) Também é exercido, com as mesmas características e natureza, para criação das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

e) O titular do poder constituinte é sempre o povo, entendido como grandeza plural e aberta, não circunscrita à comunidade de cidadãos que se encontrem no exercício dos direitos políticos.

20) Sobre a classificação das constituições, pode-se afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, sintética, rígida e formal.
- b) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, semi-rígida e formal.
- c) A Constituição brasileira de 1988 é outorgada, analítica, rígida e material.
- d) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, rígida e formal.
- e) A Constituição brasileira de 1988 é pactuada, sintética, flexível e material.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

- I – É possível, na reconvenção, haver ampliação objetiva da demanda, mas não subjetiva.
- II – A certidão da dívida ativa da Fazenda Pública do Estado da Bahia, correspondente a crédito inscrito na forma da lei, é título executivo extrajudicial que viabiliza a utilização do procedimento da execução fiscal.

III – Na ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação não poderá atuar no polo ativo da demanda.

IV – A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público no processo.

V – Suspende-se o processo quando o advogado por ele responsável constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III, IV e V são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.

22) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

II – Cabe ao respectivo Tribunal Regional Federal dirimir conflitos de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal de primeira instância que pertençam a uma mesma Seção Judiciária.

III – A decisão de saneamento e organização do processo é o momento processual definido pelo Código de

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

Processo Civil para que o juiz defina a distribuição do ônus da prova, podendo fazê-lo de modo diverso daquele abstratamente previsto em lei, desde que fundamente sua decisão e conceda à parte sobre a qual o ônus recairá a oportunidade de se desincumbir dele.

IV - Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública ainda quando ela atue contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

V – Sendo o ônus da prova, sob o aspecto objetivo, uma regra de julgamento, direcionada ao juiz, não é possível que as partes convençam distribuição do ônus da prova diversa daquela legalmente prevista.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

23) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença, não tendo o Código de Processo Civil limitado tal recorribilidade a matérias por ele expressamente elencadas, ao contrário do que fez com a fase de conhecimento.

II – É cabível a oposição de embargos de declaração contra decisão interlocutória que faça uso de conceito jurídico indeterminado sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.

III – É cabível o uso de reclamação, pela parte interessada, para garantir a observância de acórdão proferido em incidente de assunção de competência, o que abrange tanto as hipóteses em que tenha ocorrido a aplicação indevida da tese jurídica quanto as situações em que a tese não foi aplicada a casos que a ela correspondam.

IV – Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião. Neste caso, o requerimento do interessado, representado por advogado, será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, devendo ser dada ciência do pedido à União, ao Estado, ao Distrito Federal e ao Município.

V – Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, caso em que será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

- c) Apenas os itens I, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

24) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Proposta ação rescisória pelo Estado da Bahia, será indeferida a petição inicial da demanda se não for efetuado o depósito judicial da importância de cinco por cento sobre o valor da causa, já que se trata de requisito de admissibilidade do processo em questão.

II – Constatado o impedimento ou a suspeição do assistente técnico de uma das partes, caberá à parte adversa, no prazo de 15(quinze) dias a contar do conhecimento do fato, em petição específica dirigida ao juiz do processo, alegar tal impedimento ou suspeição, indicando o fundamento da recusa e instruindo a peça com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

III – O cessionário, a quem o direito resultante do título executivo tenha sido transferido por ato entre vivos, não poderá ingressar em juízo, sucedendo o cedente (exequente originário), sem que o consinta a parte contrária.

IV – A tutela provisória de urgência pode ser concedida liminarmente, ao contrário do que ocorre com a tutela de evidência, a qual, por não depender de demonstração de perigo de dano ou de

risco ao resultado útil do processo, somente pode ser concedida após ouvida da parte contrária, em respeito ao princípio do contraditório.

V – O Código de Processo Civil de 2015 previu, como causa extintiva da execução, a prescrição intercorrente. Ao estabelecer as regras de direito intertemporal, o diploma processual civil supracitado previu que, para as execuções em curso ao tempo de sua entrada em vigor (o que ocorreu em 18/03/2016), o termo inicial do prazo prescricional da prescrição intercorrente seria a data de vigência do CPC/2015.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Apenas o item I é verdadeiro.
- c) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- d) Apenas o item IV é verdadeiro.
- e) Apenas o item V é verdadeiro.

25) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente é admitido recurso contra a sentença, não sendo cabível recurso de decisão interlocutória na fase de conhecimento.

II – Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnado.

III – É nula a sentença de mérito, quando proferida sem que tenha havido a prévia formação de litisconsórcio necessário.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

IV – O *amicuscuriae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

V – Não é possível haver penhora no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário legalmente estabelecido para a prática de atos processuais, sem que haja, para tanto, autorização judicial.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, III e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- e) Apenas os itens III e V são verdadeiros.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26) Dação em pagamento é uma espécie de :

- a) Exclusão do crédito tributário;
- b) Suspensão do crédito fiscal;
- c) Espécie de parcelamento;
- d) Moratória e anistia;
- e) Extinção do crédito.

27) O crédito fiscal surge com :

- a) A lei e o fato ;
- b) A lei, o fato e o lançamento;
- c) O lançamento e a execução fiscal;
- d) Auto de infração e a anistia;
- e) O pagamento.

28) Estão compreendidos na competência tributário dos Estados e DF:

- a) Taxas, empréstimos compulsórios e imposto de grandes fortunas;
- b) Taxas, IPVA e ITBI;
- c) Taxas, ICMS e ITD;
- d) Contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e ICMS;
- e) ITR, Taxas e ISS.

29) Quanto às imunidades podemos afirmar corretamente:

- a) A imunidade recíproca não se aplica unicamente à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, mas também e sempre às autarquias, empresas públicas e fundações públicas;
- b) Cabe ao juiz , por equidade , dispensar o tributo nos casos das imunidades;
- c) A imunidade tributária das operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais não afasta a incidência do PIS e da Cofins sobre o faturamento das empresas que se dedicam à comercialização destas mercadorias;
- d) Precisa de lei ordinária do ente tributante para o benefício ser auferido pelo contribuinte;
- e) Os fonogramas não estão albergados pela regra imunizante,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 2

posto que não existem ou não são mais fabricados no Brasil.

30) Por exclusão do crédito tributário devemos entender:

- a) As hipóteses legais que obstaculizam a cobrança judicial do crédito fiscal;
- b) O conjunto de previsões do CTN relativo à isenção e à anistia;
- c) O plexo normativo concernente a moratória e decadência;
- d) Regras imunizantes previstas na lei complementar nacional;
- e) NDA

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

PROVA DE PORTUGUÊS

1. Escolha a opção cujos substantivos masculinos têm a flexão para o feminino, respectivamente, como ã, oa e ona .

- (A) sultão - vilão - ladrão
- (B) ancião - leitão - valentão
- (C) anão - leão - pavão
- (D) anfitrião - cortesão - solteirão
- (E) cristão - tabelião – zangão

2. As alternativas estão corretas, exceto:

- (A) Porque era um mau programa, diminuiu o Ibope da emissora de TV.
- (B) Por que se forma desertos na ausência de áreas verdes?
- (C) Não sabemos o porque de sua ausência.
- (D) Formamos nossa personalidade através das dificuldades por que passamos.
- (E) Ela não veio, por quê?

3. A violação era: assim, o fiscal lavrou o para aplicação das cabíveis.

- (A) flagrante - auto de infração - sanções
- (B) flagrante - auto de infração - sanções
- (C) flagrante - auto de inflação - sansões
- (D) flagrante - alto de infração - sansões

(E) flagrante - auto de inflação – sanções

Com base no texto, responda as questões de 4 a 6.

Viagens de avião e de metrô podem guardar certa semelhança. Entre nuvens carregadas, ou tendo o azul como horizonte infinito, o passageiro não sente que está em percurso; no interior dos túneis, diante das velozes e uniformes paredes de concreto, o passageiro tampouco sabe da viagem. Em ambos os casos, vai de um ponto a outro como se alguém o levantasse de um lugar para pô-lo em outro, mais adiante. Nesses casos, praticamente se impõe uma viagem interior. As nuvens, o azul ou o concreto escuro hipnotizam-nos, deixam-nos a sós com nossas imagens e nossos pensamentos, que também sabem mover-se com rapidez. Confesso que gosto desses momentos que, sendo velozes, são, paradoxalmente, de letargia: os olhos abertos veem para dentro, nosso cinema interior se abre para uma profusão de cenas vividas ou de expectativas abertas. Em tais viagens, estamos surpreendentemente sós – uma experiência rara em nossos dias, concordam? Que ninguém se socorra do celular ou de qualquer engenhoca eletrônica, por favor: que enfrente o vital desafio de um colóquio consigo mesmo, de uma viagem em que somos ao mesmo tempo passageiros e condutores, roteiristas do nosso trajeto, produtores do nosso sentido. Não é pouco: nesses

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

minutos de íntima peregrinação, o único compromisso é o de não resistir à súbita liberdade que nossa imaginação ganhou. Chegando à nossa estação ou ao nosso aeroporto, retomaremos a rotina e nos curvaremos à fatalidade de que as obrigações mundanas rejam o nosso destino. Navegar é preciso, viver não é preciso, diziam os antigos marinheiros. É verdade: há viagens em que o menos importante é chegar. (Ulisses Rebonato, inédito).

4. A semelhança central entre uma viagem de avião e uma viagem de metrô, explorada pelo autor ao longo do texto, é estabelecida pelo fato de que ambas:

- (A) ensejam, dada a sedução das paisagens, a distração de que todos precisamos para aliviar nossas inquietações mundanas.
- (B) proporcionam, diante da monotonia do que corre lá fora, uma incursão do passageiro pelo espaço aberto e fecundo de sua interioridade.
- (C) provocam, no embalo do ritmo uniforme, uma sensação de letargia que nos libera do peso dos pensamentos e da imaginação.
- (D) acrescentam, ao passageiro já pressionado pelos compromissos, a ansiedade de rumar para um lugar sem divisar o trajeto.
- (E) estimulam, dentro de cada um de nós, a criatividade de que precisamos para

resolver nossos problemas mais objetivos e imediatos.

5. Considerando-se o sentido do contexto, guardam entre si uma relação de oposição os segmentos:

- (A) nuvens carregadas e paredes de concreto.
- (B) hipnotizam-nos e deixam-nos a sós com nossas imagens.
- (C) estamos surpreendentemente sós e uma experiência rara em nossos dias.
- (D) ninguém se socorra do celular e qualquer engenhoca eletrônica.
- (E) íntima peregrinação e obrigações mundanas.

6. Estão plenamente adequados o emprego e a colocação dos pronomes na frase:

- (A) Ao falar sobre viagens de metrô e avião, lhes notou o autor certa semelhança, o que o permitiu estabelecer algumas analogias entre as mesmas.
- (B) Ninguém sabe por que ele se vale tanto do celular, utilizando-lhe mesmo em viagens rápidas de metrô.
- (C) Olhando as nuvens pela janela do avião, vemo-las passar como se as afugentassem as asas da aeronave.
- (D) Uma viagem por dentro de nós – somente realizamo-na quando dispostos a ficar sós conosco mesmos.
- (E) A razão por que ela não dispõe-se à prática da interiorização é o receio de

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

que isso obrigue-lhe a enfrentar seus fantasmas.

7. Na frase *Caso os leitores (vir) a ler o jornal com maior rigor, certamente (poder) perceber os estereótipos que (predominam) nas reportagens de hoje, as lacunas serão corretamente preenchidas, na ordem dada, por:*

- (A) vierem – poderiam – predominariam
- (B) virem – poderão – predominam
- (C) viessem – poderão – predominassem
- (D) vierem – podem – predominem
- (E) viessem – poderiam – predominam

Leia o poema a seguir para responder à questão 8.

Relógio

As coisas são
As coisas vêm
As coisas vão
As coisas
Vão e vêm
Não em vão
As horas
Vão e vêm
Não em vão

Oswald de Andrade. Obras completas.

8. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É o predomínio das sílabas átonas que resulta no encadeamento do ritmo dos versos do poema.

(B) A reprodução dos versos ‘As coisas são’, ‘As coisas vêm’, ‘As coisas vão’ cria uma onomatopeia, como a exemplo de tique-taque e plim-plim.

(C) O ritmo no poema é identificado pela falta de alternância regular de sílabas átonas e tônicas, pausas e repetição de sons e palavras.

(D) A repetição de fonemas sugere um movimento rítmico de harmonia imitativa que remete ao título do poema.

(E) O emprego reiterado das vogais / e / e / o / sugere a batida dos ponteiros do relógio, provocando o tique-taque.

9. A alternativa em que todas as palavras obedecem à mesma norma de acentuação gráfica é:

- (A) saúde - solúvel - saída
- (B) café - você - corrói
- (C) pátria - indícios - critério
- (D) pólo - álbum - táxi
- (E) caráter - juízo – artéria

10. O plural de "qualquer cidadão" é:

- (A) qualquer - cidadãos
- (B) quaisquer - cidadãos
- (C) quaisquer - cidadãos
- (D) quaisquer - cidadãos
- (E) qualquer – cidadãos

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) As autoridades sanitárias anunciaram, a partir de dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, que a população brasileira estava na iminência de ser atingida por um surto da chamada “gripe caprina”, razão pela qual a imediata vacinação em massa seria a única medida eficaz para evitar o alastramento da moléstia.

Desse modo, o setor técnico competente do Ministério da Saúde iniciou procedimento administrativo para a compra da vacina correspondente, informando, a partir de pesquisa de mercado realizada, a existência de 03 (três) empresas fornecedoras, indicando, dentre as quais, a Prima Farma Ltda. como aquela praticante do menor preço.

Em razão da situação descrita, julgue os itens seguintes:

- I. A obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público impõe a instauração de processo licitatório para a aquisição da vacina em pauta.
- II. Constatando-se que a Prima Farma Ltda. apresentou o menor preço, possível a sua contratação direta por inexigibilidade de licitação.
- III. A hipótese descrita amolda-se ao art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, segundo a qual a licitação é dispensável nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens, públicos ou particulares.
- IV. Acaso os elementos trazidos aos autos do procedimento administrativo demonstrassem que a Prima Farma Ltda. era a única fornecedora do medicamento, a contratação direta poderia se verificar por inexigibilidade de licitação.
- V. A contratação direta com base no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, cria um precedente administrativo, afastando a obrigatoriedade da realização da licitação para contratações futuras das vacinas produzidas pela Prima Farma Ltda.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, F, F, V e V
- c) V, F, V, V e F
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, V e F

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

12) Com relação ao uso de bens públicos, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso):

- I. Os bens de uso comum são aqueles que por destinação legal ou pela natureza podem ser utilizados por todos, em igualdade de condições, mediante autorização.
- II. A Praça dos Três Poderes, situada no Distrito Federal, é classificada com bem público de uso comum.
- III. Para que sejam considerados alienáveis, os bens de uso comum ou de uso especial precisam ser desafetados.
- IV. A autorização de uso de bens públicos constitui ato administrativo unilateral, vinculado e precário.
- V. O uso privativo de bem público não é admitido pelo ordenamento jurídico pátrio.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, V, V, F e F
- b) V, V, F, V e F
- c) F, F, V, V e V
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, F e V

13) A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos.

- I. É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.
- II. A investidura em cargo efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- III. A estabilidade constitui a garantia constitucional de o servidor público estatutário permanecer no serviço público após o período de estágio probatório. Dessa forma, o servidor público estável só poderá vir a perder o cargo em razão de uma das seguintes hipóteses: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- IV. Os servidores ditos estatutários ao ingressarem no serviço público submetem-se ao influxo das normas que integram o respectivo estatuto. É correto afirmar, portanto, que o servidor público tem direito adquirido à imutabilidade do seu respectivo estatuto.
- V. A demissão é ato administrativo punitivo que enseja a extinção do

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

vínculo estatutário do servidor público.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, V, V, F e V
- c) F, F, V, V e F
- d) F, V, V, F e F
- e) V, F, V, F e V

14) Com relação ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso).

- I. No Brasil, o processo administrativo não encontra sistematização uniforme em todo o território nacional como o processo judicial.
- II. No processo administrativo tal como o processo judicial pressupõe sempre a existência de conflito de interesses.
- III. Todo e qualquer processo administrativo deve ser sigiloso, tendo em vista tanto a segurança da sociedade como do Estado.
- IV. Em razão do princípio do informalismo, no silêncio da lei ou de atos regulamentares não se há que adotar excessivo rigor na tramitação dos processos administrativos.
- V. No processo administrativo a verdade formal se sobrepõe à verdade material.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, F, F, V e F
- b) F, V, F, V e F
- c) V, F, V, F e V
- d) V, F, F, F e V
- e) V, V, F, V e F

15) Julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos. São características do contrato administrativo:

- I. a presença das cláusulas exorbitantes;
- II. a impossibilidade da sua rescisão unilateral por parte da Administração contratante;
- III. sua imutabilidade;
- IV. ter natureza de contrato de adesão;
- V. a obrigatoriedade de pagamento por parte da Administração, mantidas as condições efetivas da proposta.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, F, F, V e F
- b) V, F, V, F e V
- c) F, V, F, V e F
- d) V, F, F, V e V
- e) F, F, V, V e F

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL

16) Acerca do poder de reforma, pode-se considerar que:

- a) Nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a próxima revisão constitucional será em 2018.
- b) A Constituição Federal admite a propositura de emenda constitucional de iniciativa popular.
- c) A proposta de emenda constitucional só será aprovada se contar com o quorum de 2/3 dos membros de cada Casa, em dois turnos de discussão e votação.
- d) A proposta de emenda constitucional não se submete à fase de deliberação executiva para sanção ou veto, sendo promulgada pela Mesa da Câmara e pela Mesa do Senado Federal.
- e) As cláusulas pétreas jamais podem ser emendadas.

17) Sobre o poder constituinte, pode-se considerar que:

- a) Tem origem e caráter supranacional, não encontrando quaisquer limites senão aqueles constantes de tratados internacionais.
- b) É um poder ilimitado, incondicionado, inicial, superior e que se extingue quando elaborada a constituição.
- c) Pode ser instaurado a qualquer momento pelo Presidente da República e por 1/3 de deputados ou senadores.

d) Também é exercido, com as mesmas características e natureza, para criação das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

e) O titular do poder constituinte é sempre o povo, entendido como grandeza plural e aberta, não circunscrita à comunidade de cidadãos que se encontrem no exercício dos direitos políticos.

18) Sobre a classificação das constituições, pode-se afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, sintética, rígida e formal.
- b) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, semi-rígida e formal.
- c) A Constituição brasileira de 1988 é outorgada, analítica, rígida e material.
- d) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, rígida e formal.
- e) A Constituição brasileira de 1988 é pactuada, sintética, flexível e material.

19) No que respeita à organização dos poderes, é possível afirmar que:

- a) Os parlamentares possuem imunidade material temporária, podendo responder após o mandato pelas opiniões palavras e votos proferidas no exercício do mandato ou em razão dele.
- b) É vedada, pela Constituição do Estado da Bahia, o pagamento de qualquer parcela indenizatória ao deputado

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

estadual em razão de convocação extraordinária.

c) As comissões parlamentares de inquérito não podem determinar as medidas que estão submetidas à cláusula de reserva de jurisdição, como a busca e apreensão em domicílio.

d) A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária.

e) A Constituição Federal não admite que medida provisória disponha sobre matéria tributária.

20) Quanto ao federalismo brasileiro, pode-se afirmar que:

a) A repartição constitucional de competências segue o modelo preponderante do federalismo cooperativo.

b) A competência da União, no âmbito da competência concorrente, induz a prevalência hierárquica da lei federal sobre a lei estadual.

c) A competência dos municípios limita-se ao que não está expressamente atribuído para a União e para os Estados-membros.

d) Não podem ser criados territórios na vigência da Constituição Federal.

e) A União não pode delegar aos Estados-membros a competência para legislar sobre piso salarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença, não tendo o Código de Processo Civil limitado tal recorribilidade a matérias por ele expressamente elencadas, ao contrário do que fez com a fase de conhecimento.

II – É cabível a oposição de embargos de declaração contra decisão interlocutória que faça uso de conceito jurídico indeterminado sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.

III – É cabível o uso de reclamação, pela parte interessada, para garantir a observância de acórdão proferido em incidente de assunção de competência, o que abrange tanto as hipóteses em que tenha ocorrido a aplicação indevida da tese jurídica quanto as situações em que a tese não foi aplicada a casos que a ela correspondam.

IV – Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião. Neste caso, o requerimento do interessado, representado por advogado, será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, devendo ser dado ciência do pedido à União, ao Estado, ao Distrito Federal e ao Município.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

V – Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, caso em que será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

22) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Proposta ação rescisória pelo Estado da Bahia, será indeferida a petição inicial da demanda se não for efetuado o depósito judicial da importância de cinco por cento sobre o valor da causa, já que se trata de requisito de admissibilidade do processo em questão.

II – Constatado o impedimento ou a suspeição do assistente técnico de uma das partes, caberá à parte adversa, no prazo de 15(quinze) dias a contar do conhecimento do fato, em petição específica dirigida ao juiz do processo, alegar tal impedimento ou suspeição, indicando o fundamento da recusa e instruindo a peça com documentos em

que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

III – O cessionário, a quem o direito resultante do título executivo tenha sido transferido por ato entre vivos, não poderá ingressar em juízo, sucedendo o cedente (exequente originário), sem que o consinta a parte contrária.

IV – A tutela provisória de urgência pode ser concedida liminarmente, ao contrário do que ocorre com a tutela de evidência, a qual, por não depender de demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, somente pode ser concedida após ouvida da parte contrária, em respeito ao princípio do contraditório.

V – O Código de Processo Civil de 2015 previu, como causa extintiva da execução, a prescrição intercorrente. Ao estabelecer as regras de direito intertemporal, o diploma processual civil supracitado previu que, para as execuções em curso ao tempo de sua entrada em vigor (o que ocorreu em 18/03/2016), o termo inicial do prazo prescricional da prescrição intercorrente seria a data de vigência do CPC/2015.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Apenas o item I é verdadeiro.
- c) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- d) Apenas o item IV é verdadeiro.
- e) Apenas o item V é verdadeiro.

23) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

I – Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente é admitido recurso contra a sentença, não sendo cabível recurso de decisão interlocutória na fase de conhecimento.

II – Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnado.

III – É nula a sentença de mérito, quando proferida sem que tenha havido a prévia formação de litisconsórcio necessário.

IV – O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

V – Não é possível haver penhora no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário legalmente estabelecido para a prática de atos processuais, sem que haja, para tanto, autorização judicial.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, III e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- e) Apenas os itens III e V são verdadeiros.

24) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É possível, na reconvenção, haver ampliação objetiva da demanda, mas não subjetiva.

II – A certidão da dívida ativa da Fazenda Pública do Estado da Bahia, correspondente a crédito inscrito na forma da lei, é título executivo extrajudicial que viabiliza a utilização do procedimento da execução fiscal.

III – Na ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação não poderá atuar no polo ativo da demanda.

IV – A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público no processo.

V – Suspende-se o processo quando o advogado por ele responsável constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III, IV e V são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.

25) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

II – Cabe ao respectivo Tribunal Regional Federal dirimir conflitos de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal de primeira instância que pertençam a uma mesma Seção Judiciária.

III – A decisão de saneamento e organização do processo é o momento processual definido pelo Código de Processo Civil para que o juiz defina a distribuição do ônus da prova, podendo fazê-lo de modo diverso daquele abstratamente previsto em lei, desde que fundamente sua decisão e conceda à parte sobre a qual o ônus recairá a oportunidade de se desincumbir dele.

IV - Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública ainda quando ela atue contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

V – Sendo o ônus da prova, sob o aspecto objetivo, uma regra de julgamento, direcionada ao juiz, não é possível que as partes convençiem distribuição do ônus da prova diversa daquela legalmente prevista.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26) Estão compreendidos na competência tributário dos Estados e DF:

- a) Taxas, empréstimos compulsórios e imposto de grandes fortunas;
- b) Taxas, IPVA e ITBI;
- c) Taxas, ICMS e ITD;
- d) Contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e ICMS;
- e) ITR, Taxas e ISS.

27) Quanto às imunidades podemos afirmar corretamente:

- a) A imunidade recíproca não se aplica unicamente à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, mas também e sempre às autarquias, empresas públicas e fundações públicas;
- b) Cabe ao juiz, por equidade, dispensar o tributo nos casos das imunidades;
- c) A imunidade tributária das operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais não afasta a incidência do PIS e da Cofins sobre o faturamento das empresas que se dedicam à comercialização destas mercadorias;
- d) Precisa de lei ordinária do ente tributante para o benefício ser auferido pelo contribuinte;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 3

- e) Os fonogramas não estão albergados pela regra imunizante, posto que não existem ou não são mais fabricados no Brasil.

28) Por exclusão do crédito tributário devemos entender:

- a) As hipóteses legais que obstaculizam a cobrança judicial do crédito fiscal;
- b) O conjunto de previsões do CTN relativo à isenção e à anistia;
- c) O plexo normativo concernente a moratória e decadência;
- d) Regras imunizantes previstas na lei complementar nacional;
- e) NDA

29) Dação em pagamento é uma espécie de :

- a) Exclusão do crédito tributário;
- b) Suspensão do crédito fiscal;
- c) Espécie de parcelamento;
- d) Moratória e anistia;
- e) Extinção do crédito.

30) O crédito fiscal surge com :

- a) A lei e o fato ;
- b) A lei, o fato e o lançamento;
- c) O lançamento e a execução fiscal;
- d) Auto de infração e a anistia;
- e) O pagamento.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

PROVA DE PORTUGUÊS

1. A violação era: assim, o fiscal lavrou o para aplicação das cabíveis.

- (A) flagrante - auto de infração - sanções
- (B) flagrante - auto de infração - sanções
- (C) flagrante - auto de inflação - sanções
- (D) flagrante - auto de infração - sanções
- (E) flagrante - auto de inflação – sanções

2. Na frase *Caso os leitores (vir) a ler o jornal com maior rigor, certamente (poder) perceber os estereótipos que (predominam) nas reportagens de hoje, as lacunas serão corretamente preenchidas, na ordem dada, por:*

- (A) vierem – poderiam – predominariam
- (B) virem – poderão – predominam
- (C) viessem – poderão – predominassem
- (D) vierem – podem – predominem
- (E) viessem – poderiam – predominam

3. A alternativa em que todas as palavras obedecem à mesma norma de acentuação gráfica é:

- (A) saúde - solúvel - saída
- (B) café - você - corrói
- (C) pátria - indícios - critério
- (D) pólo - álbum - táxi

(E) caráter - juízo – artéria

Leia o poema a seguir para responder à questão 4.

Relógio

As coisas são
As coisas vêm
As coisas vão
As coisas
Vão e vêm
Não em vão
As horas
Vão e vêm
Não em vão

Oswald de Andrade. Obras completas.

4. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) É o predomínio das sílabas átonas que resulta no encadeamento do ritmo dos versos do poema.

(B) A reprodução dos versos ‘As coisas são’, ‘As coisas vêm’, ‘As coisas vão’ cria uma onomatopeia, como a exemplo de tique-taque e plim-plim.

(C) O ritmo no poema é identificado pela falta de alternância regular de sílabas átonas e tônicas, pausas e repetição de sons e palavras.

(D) A repetição de fonemas sugere um movimento rítmico de harmonia imitativa que remete ao título do poema.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

(E) O emprego reiterado das vogais / e / e / o / sugere a batida dos ponteiros do relógio, provocando o tique-taque.

Com base no texto, responda as questões de 5 a 7.

Viagens de avião e de metrô podem guardar certa semelhança. Entre nuvens carregadas, ou tendo o azul como horizonte infinito, o passageiro não sente que está em percurso; no interior dos túneis, diante das velozes e uniformes paredes de concreto, o passageiro tampouco sabe da viagem. Em ambos os casos, vai de um ponto a outro como se alguém o levantasse de um lugar para pô-lo em outro, mais adiante. Nesses casos, praticamente se impõe uma viagem interior. As nuvens, o azul ou o concreto escuro hipnotizam-nos, deixam-nos a sós com nossas imagens e nossos pensamentos, que também sabem mover-se com rapidez. Confesso que gosto desses momentos que, sendo velozes, são, paradoxalmente, de letargia: os olhos abertos veem para dentro, nosso cinema interior se abre para uma profusão de cenas vividas ou de expectativas abertas. Em tais viagens, estamos surpreendentemente sós – uma experiência rara em nossos dias, concordam? Que ninguém se socorra do celular ou de qualquer engenhoca eletrônica, por favor: que enfrente o vital desafio de um colóquio consigo mesmo, de uma viagem em que somos ao mesmo tempo passageiros e condutores, roteiristas do nosso trajeto, produtores do

nosso sentido. Não é pouco: nesses minutos de íntima peregrinação, o único compromisso é o de não resistir à súbita liberdade que nossa imaginação ganhou. Chegando à nossa estação ou ao nosso aeroporto, retomaremos a rotina e nos curvaremos à fatalidade de que as obrigações mundanas rejam o nosso destino. Navegar é preciso, viver não é preciso, diziam os antigos marinheiros. É verdade: há viagens em que o menos importante é chegar. (Ulisses Rebonato, inédito).

5. A semelhança central entre uma viagem de avião e uma viagem de metrô, explorada pelo autor ao longo do texto, é estabelecida pelo fato de que ambas:

(A) ensejam, dada a sedução das paisagens, a distração de que todos precisamos para aliviar nossas inquietações mundanas.

(B) proporcionam, diante da monotonia do que corre lá fora, uma incursão do passageiro pelo espaço aberto e fecundo de sua interioridade.

(C) provocam, no embalo do ritmo uniforme, uma sensação de letargia que nos libera do peso dos pensamentos e da imaginação.

(D) acrescentam, ao passageiro já pressionado pelos compromissos, a ansiedade de rumar para um lugar sem divisar o trajeto.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

(E) estimulam, dentro de cada um de nós, a criatividade de que precisamos para resolver nossos problemas mais objetivos e imediatos.

6. Considerando-se o sentido do contexto, guardam entre si uma relação de oposição os segmentos:

(A) nuvens carregadas e paredes de concreto.

(B) hipnotizam-nos e deixam-nos a sós com nossas imagens.

(C) estamos surpreendentemente sós e uma experiência rara em nossos dias.

(D) ninguém se socorra do celular e qualquer engenhoca eletrônica.

(E) íntima peregrinação e obrigações mundanas.

7. Estão plenamente adequados o emprego e a colocação dos pronomes na frase:

(A) Ao falar sobre viagens de metrô e avião, lhes notou o autor certa semelhança, o que o permitiu estabelecer algumas analogias entre as mesmas.

(B) Ninguém sabe por que ele se vale tanto do celular, utilizando-lhe mesmo em viagens rápidas de metrô.

(C) Olhando as nuvens pela janela do avião, vemo-las passar como se as afugentassem as asas da aeronave.

(D) Uma viagem por dentro de nós – somente realizamo-na quando dispostos a ficar sós conosco mesmos.

(E) A razão por que ela não dispõe-se à prática da interiorização é o receio de que isso obrigue-lhe a enfrentar seus fantasmas.

8. O plural de "qualquer cidadão" é:

(A) qualquer - cidadãos

(B) quaisquer - cidadãos

(C) quaisquer - cidadãos

(D) quaisquer - cidadãos

(E) qualquer – cidadãos

9. Escolha a opção cujos substantivos masculinos têm a flexão para o feminino, respectivamente, como ã, oa e ona .

(A) sultão - vilão - ladrão

(B) ancião - leitão - valentão

(C) anão - leão - pavão

(D) anfitrião - cortesão - solteirão

(E) cristão - tabelião – zangão

10. As alternativas estão corretas, exceto:

(A) Porque era um mau programa, diminuiu o Ibope da emissora de TV.

(B) Por que se forma desertos na ausência de áreas verdes?

(C) Não sabemos o porque de sua ausência.

(D) Formamos nossa personalidade através das dificuldades por que passamos.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

(E) Ela não veio, por quê?

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos.

- I. É garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.
- II. A investidura em cargo efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- III. A estabilidade constitui a garantia constitucional de o servidor público estatutário permanecer no serviço público após o período de estágio probatório. Dessa forma, o servidor público estável só poderá vir a perder o cargo em razão de uma das seguintes hipóteses: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- IV. Os servidores ditos estatutários ao ingressarem no serviço público submetem-se ao influxo das normas que integram o respectivo estatuto. É correto

afirmar, portanto, que o servidor público tem direito adquirido à imutabilidade do seu respectivo estatuto.

- V. A demissão é ato administrativo punitivo que enseja a extinção do vínculo estatutário do servidor público.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, V, V, F e V
- c) F, F, V, V e F
- d) F, V, V, F e F
- e) V, F, V, F e V

12) Julgue os itens a seguir, atribuindo V para os verdadeiros e F para os falsos. São características do contrato administrativo:

- I. a presença das cláusulas exorbitantes;
- II. a impossibilidade da sua rescisão unilateral por parte da Administração contratante;
- III. sua imutabilidade;
- IV. ter natureza de contrato de adesão;
- V. a obrigatoriedade de pagamento por parte da Administração, mantidas as condições efetivas da proposta.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, F, F, V e F
- b) V, F, V, F e V

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

- c) F, V, F, V e F
- d) V, F, F, V e V
- e) F, F, V, V e F

13) As autoridades sanitárias anunciaram, a partir de dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, que a população brasileira estava na iminência de ser atingida por um surto da chamada “gripe caprina”, razão pela qual a imediata vacinação em massa seria a única medida eficaz para evitar o alastramento da moléstia.

Desse modo, o setor técnico competente do Ministério da Saúde iniciou procedimento administrativo para a compra da vacina correspondente, informando, a partir de pesquisa de mercado realizada, a existência de 03 (três) empresas fornecedoras, indicando, dentre as quais, a Prima Farma Ltda. como aquela praticante do menor preço.

Em razão da situação descrita, julgue os itens seguintes:

- I. A obrigatoriedade de realização de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público impõe a instauração de processo licitatório para a aquisição da vacina em pauta.
- II. Constatando-se que a Prima Farma Ltda. apresentou o menor preço, possível a sua contratação

direta por inexigibilidade de licitação.

- III. A hipótese descrita amolda-se ao art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, segundo a qual a licitação é dispensável nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens, públicos ou particulares.
- IV. Acaso os elementos trazidos aos autos do procedimento administrativo demonstrassem que a Prima Farma Ltda. era a única fornecedora do medicamento, a contratação direta poderia se verificar por inexigibilidade de licitação.
- V. A contratação direta com base no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, cria um precedente administrativo, afastando a obrigatoriedade da realização da licitação para contratações futuras das vacinas produzidas pela Prima Farma Ltda.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, V, F, F e V
- b) F, F, F, V e V
- c) V, F, V, V e F
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, V e F

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

14) Com relação ao uso de bens públicos, julgue os itens a seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso):

- I. Os bens de uso comum são aqueles que por destinação legal ou pela natureza podem ser utilizados por todos, em igualdade de condições, mediante autorização.
- II. A Praça dos Três Poderes, situada no Distrito Federal, é classificada com bem público de uso comum.
- III. Para que sejam considerados alienáveis, os bens de uso comum ou de uso especial precisam ser desafetados.
- IV. A autorização de uso de bens públicos constitui ato administrativo unilateral, vinculado e precário.
- V. O uso privativo de bem público não é admitido pelo ordenamento jurídico pátrio.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) F, V, V, F e F
- b) V, V, F, V e F
- c) F, F, V, V e V
- d) V, V, V, F e F
- e) F, F, V, F e V

15) Com relação ao processo administrativo, julgue os itens a

seguir, assinalando V (verdadeiro) ou F (falso).

- I. No Brasil, o processo administrativo não encontra sistematização uniforme em todo o território nacional como o processo judicial.
- II. No processo administrativo tal como o processo judicial pressupõe sempre a existência de conflito de interesses.
- III. Todo e qualquer processo administrativo deve ser sigiloso, tendo em vista tanto a segurança da sociedade como do Estado.
- IV. Em razão do princípio do informalismo, no silêncio da lei ou de atos regulamentares não se há que adotar excessivo rigor na tramitação dos processos administrativos.
- V. No processo administrativo a verdade formal se sobrepõe à verdade material.

As assertivas, pela ordem acima, são:

- a) V, F, F, V e F
- b) F, V, F, V e F
- c) V, F, V, F e V
- d) V, F, F, F e V
- e) V, V, F, V e F

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

DIREITO CONSTITUCIONAL

16) Sobre a classificação das constituições, pode-se afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, sintética, rígida e formal.
- b) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, semi-rígida e formal.
- c) A Constituição brasileira de 1988 é outorgada, analítica, rígida e material.
- d) A Constituição brasileira de 1988 é promulgada, analítica, rígida e formal.
- e) A Constituição brasileira de 1988 é pactuada, sintética, flexível e material.

17) No que respeita à organização dos poderes, é possível afirmar que:

- a) Os parlamentares possuem imunidade material temporária, podendo responder após o mandato pelas opiniões, palavras e votos proferidas no exercício do mandato ou em razão dele.
- b) É vedada, pela Constituição do Estado da Bahia, o pagamento de qualquer parcela indenizatória ao deputado estadual em razão de convocação extraordinária.
- c) As comissões parlamentares de inquérito não podem determinar as medidas que estão submetidas à cláusula de reserva de jurisdição, como a busca e apreensão em domicílio.

d) A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária.

e) A Constituição Federal não admite que medida provisória disponha sobre matéria tributária.

18) Quanto ao federalismo brasileiro, pode-se afirmar que:

a) A repartição constitucional de competências segue o modelo preponderante do federalismo cooperativo.

b) A competência da União, no âmbito da competência concorrente, induz a prevalência hierárquica da lei federal sobre a lei estadual.

c) A competência dos municípios limita-se ao que não está expressamente atribuído para a União e para os Estados-membros.

d) Não podem ser criados territórios na vigência da Constituição Federal.

e) A União não pode delegar aos Estados-membros a competência para legislar sobre piso salarial.

19) Sobre o poder constituinte, pode-se considerar que:

a) Tem origem e caráter supranacional, não encontrando quaisquer limites senão aqueles constantes de tratados internacionais.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

b) É um poder ilimitado, incondicionado, inicial, superior e que se extingue quando elaborada a constituição.

c) Pode ser instaurado a qualquer momento pelo Presidente da República e por 1/3 de deputados ou senadores.

d) Também é exercido, com as mesmas características e natureza, para criação das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

e) O titular do poder constituinte é sempre o povo, entendido como grandeza plural e aberta, não circunscrita à comunidade de cidadãos que se encontrem no exercício dos direitos políticos.

20) Acerca do poder de reforma, pode-se considerar que:

a) Nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a próxima revisão constitucional será em 2018.

b) A Constituição Federal admite a propositura de emenda constitucional de iniciativa popular.

c) A proposta de emenda constitucional só será aprovada se contar com o quorum de 2/3 dos membros de cada Casa, em dois turnos de discussão e votação.

d) A proposta de emenda constitucional não se submete à fase de deliberação executiva para sanção ou veto, sendo promulgada pela Mesa da Câmara e pela Mesa do Senado Federal.

e) As cláusulas pétreas jamais podem ser emendadas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente é admitido recurso contra a sentença, não sendo cabível recurso de decisão interlocutória na fase de conhecimento.

II – Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnado.

III – É nula a sentença de mérito, quando proferida sem que tenha havido a prévia formação de litisconsórcio necessário.

IV – O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

V – Não é possível haver penhora no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário legalmente estabelecido para a prática de atos processuais, sem que haja, para tanto, autorização judicial.

a) Todos os itens são verdadeiros
b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens I, III e V são verdadeiros.

d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

e) Apenas os itens III e V são verdadeiros.

22) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É possível, na reconvenção, haver ampliação objetiva da demanda, mas não subjetiva.

II – A certidão da dívida ativa da Fazenda Pública do Estado da Bahia, correspondente a crédito inscrito na forma da lei, é título executivo extrajudicial que viabiliza a utilização do procedimento da execução fiscal.

III – Na ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação não poderá atuar no polo ativo da demanda.

IV – A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público no processo.

V – Suspende-se o processo quando o advogado por ele responsável constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II, III, IV e V são verdadeiros.
- e) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.

23) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

II – Cabe ao respectivo Tribunal Regional Federal dirimir conflitos de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal de primeira instância que pertençam a uma mesma Seção Judiciária.

III – A decisão de saneamento e organização do processo é o momento processual definido pelo Código de Processo Civil para que o juiz defina a distribuição do ônus da prova, podendo fazê-lo de modo diverso daquele abstratamente previsto em lei, desde que fundamente sua decisão e conceda à parte sobre a qual o ônus recairá a oportunidade de se desincumbir dele.

IV - Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública ainda quando ela atue contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

V – Sendo o ônus da prova, sob o aspecto objetivo, uma regra de julgamento, direcionada ao juiz, não é possível que as partes convençiem distribuição do ônus da prova diversa daquela legalmente prevista.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

- c) Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

24) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Proposta ação rescisória pelo Estado da Bahia, será indeferida a petição inicial da demanda se não for efetuado o depósito judicial da importância de cinco por cento sobre o valor da causa, já que se trata de requisito de admissibilidade do processo em questão.

II – Constatado o impedimento ou a suspeição do assistente técnico de uma das partes, caberá à parte adversa, no prazo de 15(quinze) dias a contar do conhecimento do fato, em petição específica dirigida ao juiz do processo, alegar tal impedimento ou suspeição, indicando o fundamento da recusa e instruindo a peça com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

III – O cessionário, a quem o direito resultante do título executivo tenha sido transferido por ato entre vivos, não poderá ingressar em juízo, sucedendo o cedente (exequente originário), sem que o consinta a parte contrária.

IV – A tutela provisória de urgência pode ser concedida liminarmente, ao contrário do que ocorre com a tutela de evidência, a qual, por não depender de demonstração de perigo de dano ou de

risco ao resultado útil do processo, somente pode ser concedida após ouvida da parte contrária, em respeito ao princípio do contraditório.

V – O Código de Processo Civil de 2015 previu, como causa extintiva da execução, a prescrição intercorrente. Ao estabelecer as regras de direito intertemporal, o diploma processual civil supracitado previu que, para as execuções em curso ao tempo de sua entrada em vigor (o que ocorreu em 18/03/2016), o termo inicial do prazo prescricional da prescrição intercorrente seria a data de vigência do CPC/2015.

- a) Todos os itens são falsos.
- b) Apenas o item I é verdadeiro.
- c) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- d) Apenas o item IV é verdadeiro.
- e) Apenas o item V é verdadeiro.

25) Julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença, não tendo o Código de Processo Civil limitado tal recorribilidade a matérias por ele expressamente elencadas, ao contrário do que fez com a fase de conhecimento.

II – É cabível a oposição de embargos de declaração contra decisão interlocutória que faça uso de conceito jurídico

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

indeterminado sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.

III – É cabível o uso de reclamação, pela parte interessada, para garantir a observância de acórdão proferido em incidente de assunção de competência, o que abrange tanto as hipóteses em que tenha ocorrido a aplicação indevida da tese jurídica quanto as situações em que a tese não foi aplicada a casos que a ela correspondam.

IV – Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião. Neste caso, o requerimento do interessado, representado por advogado, será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, devendo ser dada ciência do pedido à União, ao Estado, ao Distrito Federal e ao Município.

V – Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, caso em que será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.

- a) Todos os itens são verdadeiros
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, IV e V são verdadeiros.

d) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.

e) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26) Por exclusão do crédito tributário devemos entender:

- a) As hipóteses legais que obstaculizam a cobrança judicial do crédito fiscal;
- b) O conjunto de previsões do CTN relativo à isenção e à anistia;
- c) O plexo normativo concernente a moratória e decadência;
- d) Regras imunizantes previstas na lei complementar nacional;
- e) NDA

27) Dação em pagamento é uma espécie de :

- a) Exclusão do crédito tributário;
- b) Suspensão do crédito fiscal;
- c) Espécie de parcelamento;
- d) Moratória e anistia;
- e) Extinção do crédito.

28) O crédito fiscal surge com :

- a) A lei e o fato ;
- b) A lei, o fato e o lançamento;
- c) O lançamento e a execução fiscal;
- d) Auto de infração e a anistia;
- e) O pagamento.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2018

CADERNO 4

29) Quanto às imunidades podemos afirmar corretamente:

- a) A imunidade recíproca não se aplica unicamente à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, mas também e sempre às autarquias, empresas públicas e fundações públicas;
- b) Cabe ao juiz, por equidade, dispensar o tributo nos casos das imunidades;
- c) A imunidade tributária das operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais não afasta a incidência do PIS e da Cofins sobre o faturamento das empresas que se dedicam à comercialização destas mercadorias;
- d) Precisa de lei ordinária do ente tributante para o benefício ser auferido pelo contribuinte;
- e) Os fonogramas não estão albergados pela regra imunizante, posto que não existem ou não são mais fabricados no Brasil.

30) Estão compreendidos na competência tributária dos Estados e DF:

- a) Taxas, empréstimos compulsórios e imposto de grandes fortunas;
- b) Taxas, IPVA e ITBI;
- c) Taxas, ICMS e ITD;
- d) Contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e ICMS;
- e) ITR, Taxas e ISS.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

PORTUGUÊS

01. Leia este trecho de texto:

“No tempo das cavernas, o macho abordava a fêmea, grunhia alguma coisa e a levava para a cama, ou para o mato. Com o tempo, desenvolveram-se a corte, a etiqueta da conquista [...]

A corte, claro, tinha sua justificativa. Dava à mulher a oportunidade de

cumprir seu papel na evolução, selecionando para procriação aqueles machos que [...] mostravam ter aptidões que favoreciam a espécie, como potência física ou econômica ou até um gosto por Vinícius de Moraes. Isso quando podiam selecionar e a escolha não era feita por elas. No futuro, quando todo namoro for feito pela Internet [...]”

(Luís Fernando Veríssimo)

O termo *isso* refere-se:
I. à oportunidade dada à mulher de cumprir seu papel na evolução
II. às aptidões mostradas pelos homens quando faziam a corte
III. ao gosto de alguns homens por Vinícius de Moraes

Está correto o que se afirma:

a) apenas em I

b) apenas em II
c) apenas em I e II

d) apenas em II e III
e) apenas em III

02. Atualmente, que o número de brasileiros conectados na internet já ultrapassado a casa de 80 milhões, sendo que 72.640.000 são usuários ativos de redes sociais, e 56% destes um aparelho celular para acessar a internet.

(Dados publicados em www.agenciaopen.com/blog/perfil-do-brasileiro-nas-redes-sociais-o-que-ha-de-novo/).

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

a) estima-se - tenham - usa.
b) estima-se - tenham - usam.
c) estimam-se - tenha - usa.
d) estima-se - tenha - usam.
e) estimam-se - tenham - usa.

03. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:

a) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se julgavam preservadas numa memória eletrônica.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

- b) Diferentemente do que ocorre com livros muito antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- c) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem interpretar plenamente a nossa cultura.
- d) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- e) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.
04. Indique a alternativa em que haja ERRO de concordância:
- a) Terminadas as aulas, os alunos viajaram.
- b) Esta maçã está meia podre.
- c) É meio-dia e meia.
- d) Dinheiro, benefícios pessoais, chantagens, nada podia corrompê-lo.
- e) Ajudaram no trabalho amigos e parentes.
05. “Se _____ mais tarefas a executar _____ mais elementos na equipe de trabalho”.
- a) houvessem / deveriam existir.
- b) houvesse / deveria existir.
- c) houvessem / deveria existir
- d) houvesse / deveriam existir
- e) houvessem / deveriam existirem.
06. Considere as seguintes formas verbais:
1. havia recebido
 2. tinha recebido
 3. estava recebendo
 4. iria estar recebendo
- Na frase “Todas as notícias daquele dia foram redigidas a partir dos documentos que a direção do jornal recebera do ministério público”, a forma verbal grifada pode ser substituída, mantendo-se a relação de sentido temporal e sem prejuízo à obediência à língua culta, por:
- a) 4 apenas.
- b) 1, 2 e 3 apenas.
- c) 3 e 4 apenas.
- d) 1 e 4 apenas.
- e) 1 e 2 apenas.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

07. Assinale a opção em que todos os vocábulos formam o plural em -ões, tal como *botão – botões*:

- a) balão – irmão – tubarão
- b) eleição – canção – opinião
- c) confissão – nação – cristão
- d) limão – cidadão – pagão
- e) questão – alemão – operação

08. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

- a) Ascensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- b) Ascenção – pesquiszar – expontâneo – privilégio - duqueza
- c) Ascenção – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- d) Acensão - pesquiszar – espontânio – previlégio – duqueza
- e) Acenção – pesquiszar – espontâneo – previlégio - duquesa

09. Assinale a alternativa composta apenas por livros escritos por Machado de Assis:

- a) Memorial de Maria Moura, Os sertões, Dom Casmurro.

- b) O quinto, Dom Casmurro, Memórias de um sargento de milícias.
- c) Dom Casmurro, Helena, Senhora.
- d) Memórias Póstumas de Brás Cuba, Dom Casmurro, Quincas Borba.
- e) São Bernardo, Ana Terra, Iracema.

Leia o texto abaixo e responda as questões de 10 a 15

“Na cabeça da mesa, a toalha manchada de coca-cola, o bolo desabado, ela era a mãe. A aniversariante piscou.

Eles se mexiam agitados, rindo, a sua família. E ela era a mãe de todos. E se de repente não se ergueu, como um morto se levanta devagar e obriga mudez e terror aos vivos, a aniversariante ficou mais dura na cadeira, e mais alta. Ela era a mãe de todos. E como a presilha a sufocasse, ela era a mãe de todos e, impotente à cadeira, desprezava-os. E olhava-os piscando. Todos aqueles seus filhos e netos e bisnetos que não passavam de carne de seu joelho, pensou de repente como se cuspsse. Rodrigo, o neto de sete anos, era o único a ser carne de seu coração, Rodrigo, com aquela carinha dura, viril e despenteada. Cadê Rodrigo? Rodrigo com o olhar sonolento e

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

intumescido naquela cabecinha ardente, confusa. Aquele seria um homem. Mas, piscando, ela olhava os outros, a aniversariante. Oh, o desprezo pela vida que falhava. Como?! Como tendo sido tão forte pudera dar à luz aqueles seres opacos, com braços moles e rostos ansiosos? Ela, a forte, que casara em hora e tempo devidos com um bom homem a quem, obediente e independente, ela respeitara; a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos e lhe honrara os resguardos. O tronco fora bom. Mas dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria. Como pudera ela dar à luz aqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade? O rancor roncava em seu peito vazio. Uns comunistas, era o que eram; uns comunistas. Olhou-os com sua cólera de velha. Pareciam ratos se acotovelando, a sua família. Incoercível, virou a cabeça e com força insuspeita cuspiu no chão.

- Mamãe! gritou mortificada a dona da casa. Que é isso, mamãe!”

(Clarice Lispector, Feliz aniversário, de *Laços de família*)

10. De acordo com esse trecho, é correto afirmar que a aniversariante

a) sente-se revoltada pelo fato de seus familiares divertirem-se enquanto ela sofre.

- b) tem saudades do marido, que a respeitava e a quem ela respeitava.
- c) olha para os familiares e reprova o comportamento e a personalidade deles.
- d) comporta-se de maneira adequada à situação da festa, embora tenha ódio da família.
- e) pensa ter falhado em sua função de educar os filhos, que se mostram desprezíveis a seus olhos.

11. No trecho, a expressão metafórica que revela a preferência da personagem por um de seus netos é

- a) “uma boa alegria”
- b) “o tronco fora bom”
- c) “cabecinha ardente”
- d) “carne de seu coração”
- e) “carne de seu joelho”

12. O emprego do discurso indireto livre, uma das características do estilo de Clarice Lispector, ocorre em:

- a) “como um morto se levanta do túmulo”.
- b) “Cadê Rodrigo?”
- c) “O rancor roncava em seu peito vazio”.
- d) “Olhou-os com sua cólera de velha”.
- e) “Que é isso, mamãe?”

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

13. Observe o emprego do pronome *lhe* no trecho abaixo:

“Ela, forte, que casara em hora e tempo devidos com um homem a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos”.

Escolha a alternativa em que o pronome lhe tenha sido empregado, respectivamente, com o mesmo sentido.

- a) Estendendo-lhe as mãos, aproveitei para mostra-lhe minhas afiadas unhas.
- b) O veneno lhe escorria pelo canto da boca; estendi-lhe o lenço umedecido de fel.
- c) Cravei-lhe as unhas afiadas e arranquei-lhe uma a uma das veias.
- d) Aos maltratados e indefesos, não lhes negarei a honradez dos justos; não lhes imporei a vã generosidade dos falsos.
- e) Como se lhe parecesse que não andava, entregou-lhe as algemas.

14. O prefixo e o sufixo que compõem a palavra “despenteada” encontram similar de sentido em

- a) imaginativa.

- b) deslealdade.
- c) dissílabo.
- d) infelicidade.
- e) impossibilitado.

15. Um dos recursos estilísticos de Guimarães Rosa consiste em

- a) criar palavras novas a partir de processos de derivação, como em “pernilongando sobre a casca de água do poço”.
- b) misturar níveis de linguagem, entre o erudito e o popular, como em “É o primeiro jacto de uma represa”.
- c) registrar variações de linguagem oral, a partir de invenção de procedimentos inexistentes na língua, como em “O que Padrinho disser, ‘tá dissido!”
- d) reaproveitar, com sentidos novos, expressões proverbiais, como em “Qualquer paixão me adiverte”.
- e) empregar expressões regionais, como em “Não foram pelo rio...Foi trem-de-ferro que levou”.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. O contrato de concessão de serviço público:

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

- I) pode ser extinto por encampação, por motivo de interesse público;
- II) pode ser extinto por caducidade, isto é, pelo decurso do prazo do contrato;
- III) a seu término é cabível a incorporação, ao poder concedente, dos bens do concessionário necessários ao serviço público, o que se denomina de reversão, sem pagamento de qualquer indenização ao contratado;
- IV) é precedido de licitação;
- V) não se aplica o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro a este tipo de contrato.

Estão corretas as afirmativas:

- a) somente a I está correta;
- b) as afirmativas I e IV;
- c) as afirmativas I, III e IV;
- d) as afirmativas I e III;
- e) as afirmativas I e II estão corretas.

17. No que diz respeito à improbidade administrativa podemos afirmar que:

- I – a lei de improbidade administrativa considera como sujeitos ativos o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- II – existem atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam

- prejuízo ao erário; que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- III – o ato de improbidade administrativa, em si, constitui crime, correspondendo, obrigatoriamente, a um crime definido em lei;
- IV – a ação principal poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada;
- V – a indisponibilidade dos bens; o sequestro; o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior e o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função são medidas que podem ser requeridas judicialmente somente após a sentença na ação de improbidade administrativa.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I, II e V;
- c) Todas;
- d) I, II e IV;
- e) I, II, III e IV.

18. Com respeito à desapropriação:

- I) compete apenas à União a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária;
- II) compete aos municípios a desapropriação para promover a utilização dos imóveis urbanos que estejam sendo subutilizados ou não utilizados;
- III) nas desapropriações chamadas sancionatórias, previstas para os casos de descumprimento da função social da propriedade, a

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

- indenização se faz com o pagamento em títulos da dívida pública;
- IV) qualquer decreto de desapropriação caduca sempre em 2 (dois) anos;
- V) ela pressupõe sempre uma ação judicial.

Quais são as afirmativas corretas?

- a) Todas são corretas;
- b) I e IV;
- c) Nenhuma afirmativa é correta;
- d) I e III;
- e) I, II e III.

19. Em relação a licitação, é correto afirmar:

- I) que a competência para legislar sobre normas gerais é privativa da União;
- II) que o leilão é a modalidade própria para alienação de bens móveis da Administração Pública;
- III) que todo contrato tem, obrigatoriamente, que ser precedido de licitação, não sendo admitidas exceções;
- IV) que, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não pode a comissão de licitação agir no certame em desacordo com o edital;
- V) que a inviabilidade de competição é o fundamento da dispensa de licitação.

Assinale:

- a) todas as afirmativas estão corretas;

- b) estão corretas as afirmativas II, IV e V;
- c) estão corretas as afirmativas I, III e IV;
- d) estão corretas as afirmativas I e III;
- e) só estão corretas as afirmativas I, II e IV.

20. Com relação a bens públicos:

- I) é possível a utilização indistintamente pelos particulares dos bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais, sem quaisquer restrições;
- II) os bens públicos de uso comum e de uso especial não podem ser penhorados;
- III) feita a afetação de um bem público a uma destinação, não pode mais haver a desafetação deste bem;
- IV) a permissão de uso de bem público tem natureza precária e a concessão de uso de bem público têm natureza e contratual;
- V) podem ser alienados mediante usucapião.

Quais as respostas verdadeiras?

- a) Todas;
- b) Apenas a IV;
- c) Apenas a V;
- d) II e III;
- e) II e IV.

21. Assinale as afirmativas corretas:

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

- I - Administração direta compõe-se de entidades com personalidade jurídica de direito público e de direito privado;
- II -a descentralização administrativa por serviços ocorre quando uma entidade estatal cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a execução de determinado serviço ou atividade;
- III -empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Pública, criadas por lei específica para prestar serviços públicos, explorar atividades econômicas ou coordenar a execução de obras públicas;
- IV -os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica, com capacidade para exercer direitos e contrair obrigações;
- V - em face do que dispõe a Constituição Federal as sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas integram a Administração Pública e estão sujeitas à supervisão da entidade instituidora.

São corretas as afirmativas:

- a) I, II e V
- b) I, III e V
- c) I e IV
- d) II e V
- e) II, III e V

22.O ato administrativo:

- I – é válido quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade;
- II – é perfeito quando foi expedido de conformidade com as exigências do sistema normativo, por agente competente, com finalidade pública e observada a finalidade específica do ato, na forma legal, sem vício de motivo ou objeto;
- III – é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

- a) todas estão corretas;
- b) estão corretas apenas as opções I e II;
- c) está correta apenas a opção III;
- d) todas estão incorretas;
- e) estão corretas apenas as opções II e III.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

23. A correlação ente o ato e o poder administrativo utilizado na sua prática não está correta na seguinte opção:

- a) Avocação – poder hierárquico;
- b) Apreensão de mercadoriainprópria para a comercialização – poder de polícia;
- c) Deferimento de pedido de aposentadoriavoluntária de servidor público – poder vinculado;
- d) Exoneração de servidor ocupante de cargo demissívelad nutum(a qualquer tempo) – poder discricionário;
- e) Invalidação por agente administrativo superior de ato praticado por subordinado – poder disciplinar.

24. É considerada cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo:

- I) restrição ao uso da exceção do contrato não cumprido;
- II) aplicação de penalidades sem a necessidade de se acionar o Poder Judiciário;
- III) alteração bilateral do contrato pelo Poder Público e pelo contratado;
- IV) retomada do objeto por ato da Administração;
- V) anulação do contrato por ilegalidade, pela própria Administração.

Assinale as respostas corretas:

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

- a) as afirmativas II e III estão corretas;
- b) as afirmativas I, II, IV e V estão corretas;
- c) todas as afirmativas estão corretas;
- d) só as afirmativas IV e V;
- e) as afirmativas I e V estão corretas.

25.O princípio constitucional do concurso público:

- b) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos somente para provimento nos cargos efetivos da Administração Pública;
- c) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimento em todos os cargos e empregos de toda a Administração Pública, sem quaisquer ressalvas;
- d) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimentos em todos os cargos e empregos da Administração Direta;
- e) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para ingresso nos cargos e empregos de toda a Administração Pública, incluindo as entidades integrantes da administração indireta, porém admite as ressalvas feitas ela própria Constituição;
- f) não admite exceções.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Lei federal em vigor desde 1973, destinada ao controle sanitário do

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, estabelece que o comércio de tais produtos é privativo de farmácias e drogarias. Determinada lei estadual, promulgada em 2005, autoriza a comercialização, nesses mesmos estabelecimentos, de artigos de conveniência, assim considerados os produtos de consumo comum e rotineiro, tais como biscoitos, doces, chocolates, confeitos, ou cereais. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a lei estadual em questão

- a) invadiu competência privativa da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde.
 - b) invadiu competência legislativa da União para editar normas gerais sobre proteção e defesa da saúde.
 - c) é fruto de exercício irregular de competência legislativa suplementar, em matéria de competência concorrente, por afrontar lei federal preexistente sobre normas gerais.
 - d) é fruto de exercício regular da competência legislativa suplementar dos Estados em matéria de produção e consumo.
 - e) suspende a eficácia da lei federal naquilo em que lhe for contrária.
27. Segundo a Constituição Federal, em seu Capítulo "Dos Estados Federados" assinale alternativa **incorreta**:
- a) Cabe aos Estados explorar exclusivamente mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - b) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - c) As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros, incluem-se entre os bens dos Estados.
 - d) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
 - e) Não existe alternativa incorreta

28. Lei estadual instituiu adicional de insalubridade em favor de determinados servidores públicos, no valor de dois salários mínimos. A constitucionalidade da lei foi discutida em ação judicial pelo rito ordinário proposta por servidores públicos, na qual foi proferido acórdão pelo Tribunal de Justiça que, confirmando a sentença de primeiro grau, determinou que o valor do adicional fosse convertido para o equivalente em moeda nacional e

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

corrigido monetariamente pelos critérios de cálculo do Tribunal de Justiça, tendo em vista a vedação constitucional de utilização do salário mínimo para fins de cálculo de remuneração. A parte interessada, querendo impugnar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, perante o Supremo Tribunal Federal,

- a) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, desde que atendidos os demais pressupostos legais que a autorizam, tendo em vista que o acórdão violou súmula vinculante que trata da matéria.
 - b) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que presentes seus pressupostos, ainda que o acórdão impugnado tenha transitado em julgado.
 - c) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que a medida apenas tem cabimento contra ato proferido pela Administração pública que viole diretamente norma constitucional ou súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - d) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido em sede de mandado de segurança, habeas corpus ou habeas data.
 - e) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido pelo órgão plenário ou especial do Tribunal de Justiça.
- 29.** Lei estadual que versasse sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência
- a) seria inconstitucional, por se tratar de competência legislativa privativa da União.
 - b) seria compatível com a Constituição, desde que houvesse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.
 - c) deveria restringir-se a aspectos de interesse local, em suplementação à legislação federal eventualmente já existente sobre a matéria.
 - d) deveria limitar-se ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Municípios legislar para atender a suas peculiaridades.
 - e) teria sua eficácia suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhe fosse contrária, caso houvesse o Estado exercido competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
 - f)
- 30.** No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça
- a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

- b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

31. Lei federal que autorizasse os Estados a legislarem sobre aspectos específicos de procedimentos em matéria processual seria

- a) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, podendo os Estados até mesmo exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de inexistência de lei federal sobre normas gerais na matéria.
- b) compatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, a quem compete delegá-la, nesses moldes, aos Estados.
- c) compatível com a Constituição da República, desde que a autorização se dê por lei complementar, espécie normativa exigida para esse fim em relação às matérias de competência legislativa privativa da União.
- d) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de competência legislativa privativa da

União, que não admite delegação aos Estados.

- e) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria inserida na competência legislativa residual dos Estados, não se confundindo com matéria processual, esta sim de competência legislativa privativa da União.

32. Acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

- a) As várias reformas já sofridas pela CF, por meio de emendas constitucionais, são expressão do poder constituinte derivado decorrente.
- b) De acordo com a doutrina dominante, a CF, ao se materializar em um só código básico, afasta os usos e costumes como fonte do direito constitucional.
- c) O neoconstitucionalismo, ao promover a força normativa da Constituição, acarretou a diminuição da atividade judicial, dado o alto grau de vinculação das decisões judiciais aos dispositivos constitucionais.
- d) A derrotabilidade de uma norma constitucional ocorrerá caso uma norma jurídica deixe de ser aplicada em determinado caso concreto, permanecendo, contudo, no ordenamento jurídico para regular outras relações jurídicas.
- e) A interpretação da Constituição sob o método teleológico busca

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

investigar as origens dos conceitos e institutos pelo próprio legislador constituinte.

33. A legislação estadual que impõe às empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal o dever de realizar determinadas adaptações em seus veículos destinadas a facilitar o acesso de portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

- a) encontra fundamento constitucional na competência reservada dos Estados-membros, que lhes autoriza a legislar sobre transporte coletivo intermunicipal.
- b) implica o exercício pelo Estado-membro da competência legislativa plena, caso inexistir lei federal sobre a matéria que defina normas gerais.
- c) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- d) incorre em inconstitucionalidade superveniente caso venha a contrariar lei federal sobre a mesma matéria editada em momento posterior à vigência da norma estadual.
- e) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.

34. Lei estadual criou cargos em comissão de assessor jurídico junto aos

Gabinetes de Secretários de Estado, de livre provimento por estes, dentre bacharéis em direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. De acordo com a lei, aos titulares dos cargos cabe exercer a consultoria jurídica a respeito da legalidade dos atos administrativos, normativos e contratos de interesse da Secretaria, bem como atuar em juízo em defesa dos atos praticados pelo Secretário. A referida lei é:

- a) compatível com a Constituição Federal, uma vez que os Estados têm autonomia para criar cargos em comissão junto aos Gabinetes dos Secretários de Estado, ainda que para o exercício da consultoria jurídica e da representação judicial de que trata a Lei.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários e a representação do Estado em juízo são atribuições dos Procuradores do Estado
- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o cargo de assessor jurídico é cargo técnico, devendo ser preenchido mediante concurso público, ainda que não seja exigível seu preenchimento por Procuradores do Estado para o exercício das atribuições previstas na Lei.
- d) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que apenas a Constituição Estadual poderia excluir das atribuições da

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

Procuradoria Geral do Estado a assessoria jurídica aos Gabinetes de Secretários.

- e) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários é atribuição dos Procuradores do Estado, podendo os assessores jurídicos exercer, exclusivamente, a representação judicial do Estado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Sobre os recursos e a remessa necessária, assinale a alternativa correta:

a) Não está sujeita à remessa necessária a sentença que imponha ao Estado condenação em valor certo e líquido inferior a 1.000 (um mil) salários mínimos.

b) O juiz de primeiro grau, ao receber o recurso de apelação, indicará os efeitos a ela atribuídos. A apelação tem, em regra, efeito suspensivo *ex lege*, mas há

hipóteses previstas em lei nas quais o recurso apenas será dotado de efeito devolutivo.

c) O princípio da primazia da decisão de mérito impõe ao relator do recurso que, antes de considerá-lo inadmissível, conceda prazo de 05 (cinco) dias ao recorrente para sanar o vício ou complementar a documentação exigível. Tratando-se de recursos especial e extraordinário, porém, não é possível determinar a desconsideração ou

correção de vício formal de recurso tempestivo.

d) O CPC/2015 não confere legitimidade recursal ao *amicus curiae*.

e) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.

36. A respeito do controle de constitucionalidade, das finanças públicas e da ordem econômica financeira, assinale a opção correta.

a) De acordo com a CF, a realização de licitação para a prestação de serviços públicos é obrigatória sob o regime de concessão, mas dispensável no caso de permissão.

b) Em razão da sua natureza meramente administrativa, o TCU não poderá exercer o controle de constitucionalidade incidental de uma lei ou de atos do poder público quando do julgamento de seus processos.

c) A decisão em sede de ADI, apesar de sua eficácia contra todos e de seu efeito vinculante, não atinge o Poder Legislativo em sua função típica.

d) Lei Orgânica municipal que receba emenda com previsão para

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 4

obrigação vedada expressamente pela CF, em razão da pertinência temática, poderá ser objeto de ADI perante o STF.

- e) Ainda que tenha vedado a possibilidade de abertura de crédito extraordinário por medida provisória para atender despesas imprevisíveis e urgentes, a CF previu a possibilidade de tramitação legislativa em regime de urgência.

37. Sobre o regramento a respeito do juiz no CPC/2015, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Incumbe ao juiz, no exercício do seu poder geral de efetivação das decisões judiciais, determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, em que somente deverão ser adotadas medidas sub-rogatórias.

II –O magistrado é parte nos incidentes de impedimento e de suspeição, possuindo, portanto, legitimidade recursal para recorrer de decisão que reconheça seu impedimento ou sua manifesta suspeição.

III – Se o magistrado A estiver dirigindo determinado processo e neste vier a ingressar, como advogado de uma das partes, o irmão de A, restará

configurada hipótese típica de impedimento superveniente do magistrado, sendo-lhe, a partir de então, vedado continuar a exercer suas funções no processo.

IV – A responsabilidade civil do juiz é regressiva e se caracteriza quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude ou quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

Para a verificação da ocorrência de recusa, omissão ou retardamento, há necessidade de que a parte requeira ao juiz que determine a providência e que o requerimento não seja apreciado no prazo de 10 (dez) dias.

Estão corretas as assertivas constantes dos itens:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) II e IV;
- d) I, II, III e IV;
- e) I, III e IV.

38. Sobre as normas fundamentais do processo civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – O CPC/2015 veda ao juiz que profira decisão com base em fundamento a respeito do qual as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

excetuando-se a hipótese de se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

II –As partes devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo, porém, é lícito que as partes convençionem afastar deveres inerentes à boa-fé ou à cooperação em determinado processo.

III – Métodosde solução consensual de conflitos (autocompositivos e heterocompositivos) devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial, por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Estão corretos os itens I, II e III.
- c) Estão corretos os itens I e III.
- d) Estão corretos os itens II e III.
- e) Nenhum dos itens está correto.

39. Considerando as assertivas abaixo sobre a Advocacia Pública e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, indique a alternativa correta.

a) É computado em dobro o prazo para interposição, pela Fazenda Pública, de recurso inominado no Juizado Especial da Fazenda Pública.

b) No procedimento comum, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios gozarão de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, contando-se tal prazo a partir da intimação pessoal.

c) O membro da Advocacia Pública será civil e solidariamente responsável com o ente público quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

d) A prerrogativa de cômputo diferenciado de prazos processuais para a Fazenda Pública não se aplica quando houver previsão legal expressa de prazo próprio para o ente público.

e) A intimação pessoal do ente público far-se-á por carga, remessa ou diário oficial eletrônico.

40. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando já houver sido afetado recurso, por tribunal superior, no âmbito de sua respectiva competência, para definição da tese sobre a questão de direito material ou processual repetitiva.

II –Quando o pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas for formulado pela Fazenda

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

Pública, as custas do incidente serão pagas ao final, pelo vencido.

III – Instaurado um incidente de resolução de demandas repetitivas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, versando sobre determinada questão de direito processual, o Estado da Bahia constatou que a mesma questão também é controvertida em processos que tramitam na Justiça Estadual baiana e nos quais figura como parte. Nesse caso, pode-se afirmar que o Estado da Bahia é legitimado para requerer ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre aquela questão.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Todas as assertivas são falsas.

41. Sobre a liquidação da sentença, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – Não pode haver limitação de litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, pelo juiz, na liquidação de sentença.

II – O devedor pode requerer a liquidação de sentença, quando ela

condená-lo ao pagamento de quantia ilíquida.

III - Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

É correto o que se afirmam(s) item(ns):

- a) III, apenas;
- b) I, apenas;
- c) II e III;
- d) I e III;
- e) I e II.

42. Sobre as teses de repercussão geral firmadas pelo Supremo Tribunal Federal em matéria processual, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I - A Justiça Comum é competente para processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais.

II - Compete à Justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da União.

III - É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da

entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

passivos necessários, desde que o faça até a prolação da sentença, após o que a desistência não é mais possível.

Os seguintes itens correspondem a teses de repercussão firmadas pelo STF:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhum dos itens.

43. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é INCORRETO afirmar que:

a) a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, no foro onde estiver instalado, é absoluta.

b) Os Estados não podem ser autores no Juizado Especial da Fazenda Pública.

c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a

impugnação de pena de demissão imposta a servidor público civil ou de sanção disciplinar aplicada a militar.

d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis de autarquia estadual.

e) o reexame necessário da sentença proferida no Juizado Especial da

Fazenda Pública, quando cabível, é realizado pela Turma Recursal.

44. Sobre as audiências de conciliação e mediação e de instrução e julgamento, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

a) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.

b) Não haverá audiência de conciliação ou mediação se uma das partes manifestar, expressamente, o seu desinteresse na solução consensual da controvérsia, tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes no processo.

c) Instalada a audiência de instrução e julgamento, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se tiver havido emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

d) A audiência de instrução e julgamento poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, diretamente por qualquer das partes, desde que tenha havido autorização judicial para tal gravação.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

e) Não é lícito às partes convencionarem o adiamento da audiência de instrução e julgamento.

45. Sobre o mandado de segurança (individual e coletivo), marque a alternativa correta:

a) Não cabe a impetração de mandado de segurança quando o documento necessário à prova do alegado se encontrar em poder de terceiro, uma vez que aquele procedimento, por objetivar a proteção de direito líquido e certo, não poderá veicular pedido incidental de exibição de documento.

b) O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

c) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a distribuição por dependência de seu mandado de segurança ao mandado de segurança coletivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

d) O direito de recorrer da decisão concessiva da segurança é titularizado pela pessoa jurídica de direito público interessada, não se estendendo, porém, à autoridade coatora.

e) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem nos cinco anos anteriores à data do ajuizamento da inicial, tendo em vista a prescrição quinquenal.

46. Em demanda proposta em 20/07/2016 contra o Estado da Bahia, perante o juízo competente na Comarca de Salvador/Ba, a autora X, alegando ter sido companheira do servidor público Y, pleiteia, em razão do falecimento deste, a condenação do Estado no pagamento de pensão por morte. Em sua peça contestatória, o Estado da Bahia impugna a alegação de existência da união estável feita pela autora X, bem como defende o descabimento do pagamento de pensão por morte no caso. Produzidas as provas requeridas pelas

partes, foi prolatada a sentença, que reconheceu, expressamente, a existência da união estável e condenou o Estado da Bahia no pagamento da pensão por morte requerida. No julgamento de recurso de apelação, a sentença foi

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 4

confirmada, consumando-se o trânsito em julgado. Sobre a coisa julgada material formada, assinale a alternativa correta:

a) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (existência da união estável) quanto aquela acerca da questão prejudicial (pagamento de pensão por morte);

b) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (pagamento de pensão por morte) quanto aquela acerca da questão prejudicial (existência de união estável) apreciadas na sentença;

c) os limites objetivos da coisa julgada material formada somente abrangem resolução judicial acerca da questão principal, não se estendendo à questão prejudicial, a menos que, quanto a esta, tivesse sido proposta ação declaratória incidental pelo réu.

d) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (existência da união estável), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

e) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a

questão prejudicial (pagamento de pensão por morte), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

47. Julgue os itens abaixo, acerca da teoria geral da prova e das provas em espécie, marcando, em seguida, a resposta correta.

I – A distribuição dinâmica do ônus da prova é aquela feita pelo juiz, podendo ser anunciada no ato de proferimento da sentença, desde que modo fundamentado.

II - A utilização de prova emprestada de outro processo pressupõe, dentre outros requisitos, que a sua produção tenha observado o contraditório e que a parte contra quem será utilizada tenha participado dessa produção.

III – O laudo pericial deverá conter, necessariamente, a indicação do método utilizado pelo perito, que deve esclarecê-lo e demonstrar ser o método escolhido predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou.

É correto o que se afirma nos itens:

a) I, II e III;

b) I e II;

c) I e III;

d) II e III;

e) Nenhuma das afirmativas é correta.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 4

48. Sobre ação popular, ação de desapropriação, ação de improbidade administrativa e ação civil pública, julgue os itens abaixo e, depois, assinale a alternativa correta.

I – Na ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá, a despeito de haver sido indicada no polo passivo da demanda, atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público.

II – Tratando-se a desapropriação de demanda que versa sobre direito real imobiliário, quando o imóvel objeto da demanda estiver registrado em nome de pessoa casada, ambos os cônjuges deverão ser necessariamente citados para integrar a relação jurídica processual, sob pena de nulidade da sentença de mérito que vier a ser proferida em favor do autor. Essa exigência estará afastada quando se tratar de casamento sob o regime de separação absoluta de bens.

III – É possível a propositura de ação de improbidade administrativa no Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que a demanda possua valor da causa de até 60 (sessenta) salários mínimos.

IV – Não é cabível ação civil pública para veicular pretensão que envolva tributos ou contribuições previdenciárias.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I, II e IV;
- c) II e IV;
- d) II e III;
- e) I e IV.

49. Sobre a ação monitória, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I - Não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

II – Não se aplica à ação monitória o regramento pertinente à remessa necessária.

III – O procedimento da ação monitória não admite reconvenção.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

50. Acerca da improcedência liminar do pedido, marque a alternativa correta:

a) Da sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido caberá apelação, que, todavia, não ensejará a

possibilidade de exercício do juízo de retratação pelo órgão julgador que a proferiu.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 4

b) Apenas é possível o proferimento de sentença de improcedência liminar do pedido fundada em precedente formado no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, não sendo possível se o precedente utilizado for oriundo de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal.

c) Não interposto o recurso contra a sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido, consumar-se-á o trânsito em julgado da decisão. Tratando-se, porém, de processo no qual não foi necessária a citação do réu, este tampouco precisará ser intimado desse trânsito em julgado.

d) As sentenças de improcedência liminar do pedido não estão sujeitas, para seu proferimento, à observância da regra de atendimento preferencial à ordem cronológica de conclusão.

e) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente procedente o pedido que estiver em conformidade com enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

PORTUGUÊS

01. Assinale a opção em que todos os vocábulos formam o plural em -ões, tal como *botão – botões*:

- a) balão – irmão – tubarão
- b) eleição – canção – opinião
- c) confissão – nação – cristão
- d) limão – cidadão – pagão
- e) questão – alemão – operação

02. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

- a) Ascensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- b) Ascenção – pesquisizar – expontâneo – privilégio - duqueza
- c) Ascenção – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- d) Acensão - pesquisar – espontâneo – previlégio – duqueza
- e) Acenção – pesquisar – espontâneo – previlégio - duquesa

03. Assinale a alternativa composta apenas por livros escritos por Machado de Assis:

- a) Memorial de Maria Moura, Os sertões, Dom Casmurro.
- b) O quinto, Dom Casmurro, Memórias de um sargento de milícias.
- c) Dom Casmurro, Helena, Senhora.
- d) Memórias Póstumas de Brás Cuba, Dom Casmurro, Quincas Borba.
- e) São Bernardo, Ana Terra, Iracema.

Leia o texto abaixo e responda as questões de 04 a 08

“Na cabeça da mesa, a toalha manchada de coca-cola, o bolo desabado, ela era a mãe. A aniversariante piscou.

Eles se mexiam agitados, rindo, a sua família. E ela era a mãe de todos. E se de repente não se ergueu, como um morto se levanta devagar e obriga mudez e terror aos vivos, a aniversariante ficou mais dura na cadeira, e mais alta. Ela era a mãe de todos. E como a presilha a sufocasse, ela era a mãe de todos e, impotente à cadeira, desprezava-os. E olhava-os piscando. Todos aqueles seus filhos e netos e bisnetos que não passavam de carne de seu joelho, pensou de repente como se cuspsisse. Rodrigo, o neto de sete anos, era o único a ser carne de seu coração, Rodrigo, com aquela carinha dura, viril e despenteada. Cadê Rodrigo?

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

Rodrigo com o olhar sonolento e intumescido naquela cabecinha ardente, confusa. Aquele seria um homem. Mas, piscando, ela olhava os outros, a aniversariante. Oh, o desprezo pela vida que falhava. Como?! Como tendo sido tão forte pudera dar à luz aqueles seres opacos, com braços moles e rostos ansiosos? Ela, a forte, que casara em

hora e tempo devidos com um bom homem a quem, obediente e independente, ela respeitara; a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos e lhe honrara os resguardos. O tronco fora bom. Mas dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria. Como pudera ela dar à luz aqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade? O rancor roncava em seu peito vazio. Uns comunistas, era o que eram; uns comunistas. Olhou-os com sua cólera de velha. Pareciam ratos se acotovelando, a sua família. Incoercível, virou a cabeça e com força insuspeita cuspiu no chão.

- Mamãe! gritou mortificada a dona da casa. Que é isso, mamãe!"

(Clarice Lispector, Feliz aniversário, de *Laços de família*)

04. De acordo com esse trecho, é correto afirmar que a aniversariante

- a) sente-se revoltada pelo fato de seus familiares divertirem-se enquanto ela sofre.
- b) tem saudades do marido, que a respeitava e a quem ela respeitava.
- c) olha para os familiares e reprova o comportamento e a personalidade deles.
- d) comporta-se de maneira adequada à situação da festa, embora tenha ódio da família.
- e) pensa ter falhado em sua função de educar os filhos, que se mostram desprezíveis a seus olhos.

05. No trecho, a expressão metafórica que revela a preferência da personagem por um de seus netos é

- a) “uma boa alegria”
- b) “o tronco fora bom”
- c) “cabecinha ardente”
- d) “carne de seu coração”
- e) “carne de seu joelho”

06. O emprego do discurso indireto livre, uma das características do estilo de Clarice Lispector, ocorre em:

- a) “como um morto se levanta do túmulo”.
- b) “Cadê Rodrigo?”
- c) “O rancor roncava em seu peito vazio”.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

- d) “Olhou-os com sua cólera de velha”.
- e) “Que é isso, mamãe?”

07. Observe o emprego do pronome *lhe* no trecho abaixo:

“Ela, forte, que casara em hora e tempo devidos com um homem a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhepagara os partos”.

Escolha a alternativa em que o pronome lhe tenha sido empregado, respectivamente, com o mesmo sentido.

- a) Estendendo-lhe as mãos, aproveitei para mostra-lhe minhas afiadas unhas.
- b) O veneno lhe escorria pelo canto da boca; estendi-lhe o lenço umedecido de fel.
- c) Cravei-lhe as unhas afiadas e arranquei-lhe uma a uma das veias.
- d) Aos maltratados e indefesos, não lhes negarei a honradez dos justos; não lhes imporei a vã generosidade dos falsos.
- e) Como se lhe parecesse que não andava, entregou-lhe as algemas.

08. O prefixo e o sufixo que compõem a palavra “despenteada” encontram similar de sentido em

- a) imaginativa.
- b) deslealdade.
- c) dissílabo.
- d) infelicidade.
- e) impossibilitado.

09. Um dos recursos estilísticos de Guimarães Rosa consiste em

- a) criar palavras novas a partir de processos de derivação, como em “pernilongando sobre a casca de água do poço”.
- b) misturar níveis de linguagem, entre o erudito e o popular, como em “É o primeiro jacto de uma represa”.
- c) registrar variações de linguagem oral, a partir de invenção de procedimentos inexistentes na língua, como em “O que Padrinho disser, ‘tá dissido!”
- d) reaproveitar, com sentidos novos, expressões proverbiais, como em “Qualquer paixão me adiverte”.
- e) empregar expressões regionais, como em “Não foram pelo rio...Foi trem-de-ferro que levou”.

10. Leia este trecho de texto:

“No tempo das cavernas, o macho abordava a fêmea, grunhia alguma coisa e a levava para a cama, ou

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

para o mato. Com o tempo, desenvolveram-se a corte, a etiqueta da conquista [...]

A corte, claro, tinha sua justificativa. Dava à mulher a oportunidade de cumprir seu papel na evolução, selecionando para procriação aqueles machos que [...] mostravam ter aptidões que favoreciam a espécie, como potência física ou econômica ou até um gosto por Vinícius de Moraes. Isso quando podiam selecionar e a escolha não era feita por elas. No futuro, quando todo namoro for feito pela Internet [...]"

(Luís Fernando Veríssimo)

O termo *isso* refere-se:
I. à oportunidade dada à mulher de cumprir seu papel na evolução
II. às aptidões mostradas pelos homens quando faziam a corte
III. ao gosto de alguns homens por Vinícius de Moraes

Está correto o que se afirma:

- a) apenas em I
- b) apenas em II
- c) apenas em I e II
- d) apenas em II e III
- e) apenas em III

11. Atualmente, que o número de brasileiros conectados na internet já ultrapassado a casa de 80 milhões, sendo que 72.640.000 são usuários ativos de redes sociais, e

56% destes um aparelho celular para acessar a internet.

(Dados publicados em www.agenciaopen.com/blog/perfil-do-brasileiro-nas-redes-sociais-o-que-ha-de-novo/).

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) estima-se - tenham - usa.
- b) estima-se - tenham - usam.
- c) estimam-se - tenha - usa.
- d) estima-se - tenha - usam.
- e) estimam-se - tenham - usa.

12. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:

- a) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se julgavam preservadas numa memória eletrônica.
- b) Diferentemente do que ocorre com livros muito antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- c) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

interpretar plenamente a nossa cultura.

- d) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- e) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.

13. Indique a alternativa em que haja ERRO de concordância:

- a) Terminadas as aulas, os alunos viajaram.
- b) Esta maçã está meia podre.
- c) É meio-dia e meia.
- d) Dinheiro, benefícios pessoais, chantagens, nada podia corrompê-lo.
- e) Ajudaram no trabalho amigos e parentes.

14. “Se _____ mais tarefas a executar _____ mais elementos na equipe de trabalho”.

- a) houvessem / deveriam existir.
- b) houvesse / deveria existir.
- c) houvessem / deveria existir
- d) houvesse / deveriam existir
- e) houvessem / deveriam existirem.

15. Considere as seguintes formas verbais:

- 1. havia recebido
- 2. tinha recebido
- 3. estava recebendo
- 4. iria estar recebendo

Na frase “Todas as notícias daquele dia foram redigidas a partir dos documentos que a direção do jornal recebera do ministério público”, a forma verbal grifada pode ser substituída, mantendo-se a relação de sentido temporal e sem prejuízo à obediência à língua culta, por:

- a) 4 apenas.
- b) 1, 2 e 3 apenas.
- c) 3 e 4 apenas.
- d) 1 e 4 apenas.
- e) 1 e 2 apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16.O ato administrativo:

I – é válido quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

controlador a cargo de outra autoridade;

II – é perfeito quando foi expedido de conformidade com as exigências do sistema normativo, por agente competente, com finalidade pública e observada a finalidade específica do ato, na forma legal, sem vício de motivo ou objeto;

III – é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

- a) todas estão corretas;
- b) estão corretas apenas as opções I e II;
- c) está correta apenas a opção III;
- d) todas estão incorretas;
- e) estão corretas apenas as opções II e III.

17. Com respeito à desapropriação:

- I) compete apenas à União a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária;
- II) compete aos municípios a desapropriação para promover a utilização dos imóveis urbanos que

estejam sendo subutilizados ou não utilizados;

III) nas desapropriações chamadas sancionatórias, previstas para os casos de descumprimento da função social da propriedade, a indenização se faz com o pagamento em títulos da dívida pública;

IV) qualquer decreto de desapropriação caduca sempre em 2 (dois) anos;

V) ela pressupõe sempre uma ação judicial.

Quais são as afirmativas corretas?

- a) Todas são corretas;
- b) I e IV;
- c) Nenhuma afirmativa é correta;
- d) I e III;
- e) I, II e III.

18. A correlação entre o ato e o poder administrativo utilizado na sua prática não está correta na seguinte opção:

- a) Avocação – poder hierárquico;
- b) Apreensão de mercadorias imprópria para a comercialização – poder de polícia;
- c) Deferimento de pedido de aposentadoria voluntária de servidor público – poder vinculado;
- d) Exoneração de servidor ocupante de cargo demissível *ad nutum* (a qualquer tempo) – poder discricionário;
- e) Invalidação por agente administrativo superior de ato

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

praticado por subordinado – poder disciplinar.

b) I, III e V

c) I e IV

d) II e V

e) II, III e V

19. Assinale as afirmativas corretas:

I - Administração direta compõe-se de entidades com personalidade jurídica de direito público e de direito privado;

II - a descentralização administrativa por serviços ocorre quando uma entidade estatal cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a execução de determinado serviço ou atividade;

III - empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Pública, criadas por lei específica para prestar serviços públicos, explorar atividades econômicas ou coordenar a execução de obras públicas;

IV - os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica, com capacidade para exercer direitos e contrair obrigações;

V - em face do que dispõe a Constituição Federal as sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas integram a Administração Pública e estão sujeitas à supervisão da entidade instituidora.

20. É considerada cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo:

I) restrição ao uso da exceção do contrato não cumprido;

II) aplicação de penalidades sem a necessidade de se acionar o Poder Judiciário;

III) alteração bilateral do contrato pelo Poder Público e pelo contratado;

IV) retomada do objeto por ato da Administração;

V) anulação do contrato por ilegalidade, pela própria Administração.

Assinale as respostas corretas:

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

a) as afirmativas II e III estão corretas;

b) as afirmativas I, II, IV e V estão corretas;

c) todas as afirmativas estão corretas;

d) só as afirmativas IV e V;

e) as afirmativas I e V estão corretas.

21. No que diz respeito à improbidade administrativa podemos afirmar que:

I – a lei de improbidade administrativa considera como sujeitos ativos o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de

São corretas as afirmativas:

a) I, II e V

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;

II – existem atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; que atentam contra os princípios da Administração Pública;

III – o ato de improbidade administrativa, em si, constitui crime, correspondendo, obrigatoriamente, a um crime definido em lei;

IV – a ação principal poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada;

V – a indisponibilidade dos bens; o seqüestro; o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior e o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função são medidas que podem ser requeridas judicialmente somente após a sentença na ação de improbidade administrativa.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I, II e V;
- c) Todas;
- d) I, II e IV;
- e) I, II, III e IV.

22. Em relação a licitação, é correto afirmar:

- I) que a competência para legislar sobre normas gerais é privativa da União;

II) que o leilão é a modalidade própria para alienação de bens móveis da Administração Pública;

III) que todo contrato tem, obrigatoriamente, que ser precedido de licitação, não sendo admitidas exceções;

IV) que, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não pode a comissão de licitação agir no certame em desacordo com o edital;

V) que a inviabilidade de competição é o fundamento da dispensa de licitação.

Assinale:

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) estão corretas as afirmativas II, IV e V;
- c) estão corretas as afirmativas I, III e IV;
- d) estão corretas as afirmativas I e III;
- e) só estão corretas as afirmativas I, II e IV.

23. O princípio constitucional do concurso público:

b) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos somente para provimento nos cargos efetivos da Administração Pública;

c) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimento em todos os cargos e empregos de toda a Administração Pública, sem quaisquer ressalvas;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

- d) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimentos em todos os cargos e empregos da Administração Direta;
- e) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para ingresso nos cargos e empregos de toda a Administração Pública, incluindo as entidades integrantes da administração indireta, porém admite as ressalvas feitas em sua própria Constituição;
- f) não admite exceções.

24. Com relação a bens públicos:

- I) é possível a utilização indistintamente pelos particulares dos bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais, sem quaisquer restrições;
- II) os bens públicos de uso comum e de uso especial não podem ser penhorados;
- III) feita a afetação de um bem público a uma destinação, não pode mais haver a desafetação deste bem;
- IV) a permissão de uso de bem público tem natureza precária e a concessão de uso de bem público têm natureza e contratual;
- V) podem ser alienados mediante usucapião.

Quais as respostas verdadeiras?

- a) Todas;
- b) Apenas a IV;
- c) Apenas a V;
- d) II e III;

- e) II e IV.

25. O contrato de concessão de serviço público:

- I) pode ser extinto por encampação, por motivo de interesse público;
- II) pode ser extinto por caducidade, isto é, pelo decurso do prazo do contrato;
- III) ao seu término é cabível a incorporação, ao poder concedente, dos bens do concessionário necessários ao serviço público, o que se denomina de reversão, sem pagamento de qualquer indenização ao contratado;
- IV) é precedido de licitação;
- V) não se aplica o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro a este tipo de contrato.

Estão corretas as afirmativas:

- a) somente a I está correta;
- b) as afirmativas I e IV;
- c) as afirmativas I, III e IV;
- d) as afirmativas I e III;
- e) as afirmativas I e II estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Lei federal em vigor desde 1973, destinada ao controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, estabelece que o comércio de tais produtos é privativo de farmácias e drogarias. Determinada lei estadual,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

promulgada em 2005, autoriza a comercialização, nesses mesmos estabelecimentos, de artigos de conveniência, assim considerados os produtos de consumo comum e rotineiro, tais como biscoitos, doces, chocolates, confeitos, ou cereais. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a lei estadual em questão

- a) invadiu competência privativa da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde.
 - b) invadiu competência legislativa da União para editar normas gerais sobre proteção e defesa da saúde.
 - c) é fruto de exercício irregular de competência legislativa suplementar, em matéria de competência concorrente, por afrontar lei federal preexistente sobre normas gerais.
 - d) é fruto de exercício regular da competência legislativa suplementar dos Estados em matéria de produção e consumo.
 - e) suspende a eficácia da lei federal naquilo em que lhe for contrária.
- 27.** A legislação estadual que impõe às empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal o dever de realizar determinadas adaptações em seus veículos destinadas a facilitar o acesso de portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida
- a) encontra fundamento constitucional na competência reservada dos Estados-membros, que lhes autoriza a legislar sobre transporte coletivo intermunicipal.
 - b) implica o exercício pelo Estado-membro da competência legislativa plena, caso inexistir lei federal sobre a matéria que defina normas gerais.
 - c) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
 - d) incorre em inconstitucionalidade superveniente caso venha a contrariar lei federal sobre a mesma matéria editada em momento posterior à vigência da norma estadual.
 - e) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- 28.** Lei estadual instituiu adicional de insalubridade em favor de determinados servidores públicos, no valor de dois salários mínimos. A constitucionalidade da lei foi discutida em ação judicial pelo rito ordinário proposta por servidores públicos, na qual foi proferido acórdão pelo Tribunal de Justiça que, confirmando a sentença de primeiro grau, determinou que o valor do adicional fosse convertido para o equivalente em moeda nacional e corrigido monetariamente pelos critérios de cálculo do Tribunal de Justiça, tendo em vista a vedação constitucional de utilização do salário

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

mínimo para fins de cálculo de remuneração. A parte interessada, querendo impugnar o acórdão proferido pelo Tribunal de

Justiça, perante o Supremo Tribunal Federal,

- a) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, desde que atendidos os demais pressupostos legais que a autorizam, tendo em vista que o acórdão violou súmula vinculante que trata da matéria.
 - b) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que presentes seus pressupostos, ainda que o acórdão impugnado tenha transitado em julgado.
 - c) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que a medida apenas tem cabimento contra ato proferido pela Administração pública que viole diretamente norma constitucional ou súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - d) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido em sede de mandado de segurança, habeas corpus ou habeas data.
 - e) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido pelo órgão plenário ou especial do Tribunal de Justiça.
- 29.** Lei federal que autorizasse os Estados a legislar sobre aspectos específicos de procedimentos em matéria processual seria
- a) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, podendo os Estados até mesmo exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de inexistência de lei federal sobre normas gerais na matéria.
 - b) compatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, a quem compete delegá-la, nesses moldes, aos Estados.
 - c) compatível com a Constituição da República, desde que a autorização se dê por lei complementar, espécie normativa exigida para esse fim em relação às matérias de competência legislativa privativa da União.
 - d) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de competência legislativa privativa da União, que não admite delegação aos Estados.
 - e) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria inserida na competência legislativa residual dos Estados, não se confundindo com matéria processual, esta sim de competência legislativa privativa da União.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

30.No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

- a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

31.Lei estadual criou cargos em comissão de assessor jurídico junto aos Gabinetes de Secretários de Estado, de livre provimento por estes, dentre bacharéis em direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. De acordo com a lei, aos titulares dos cargos cabe exercer a consultoria jurídica a respeito da legalidade dos atos administrativos, normativos e contratos de interesse da Secretaria, bem como atuar em juízo em defesa dos atos praticados pelo Secretário. A referida lei é:

- a) compatível com a Constituição Federal, uma vez que os Estados

têm autonomia para criar cargos em comissão junto aos Gabinetes dos Secretários de Estado, ainda que para o exercício da consultoria jurídica e da representação judicial de que trata a Lei.

- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários e a representação do Estado em juízo são atribuições dos Procuradores do Estado
- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o cargo de assessor jurídico é cargo técnico, devendo ser preenchido mediante concurso público, ainda que não seja exigível seu preenchimento por Procuradores do Estado para o exercício das atribuições previstas na Lei.
- d) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que apenas a Constituição Estadual poderia excluir das atribuições da Procuradoria Geral do Estado a assessoria jurídica aos Gabinetes de Secretários.
- e) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários é atribuição dos Procuradores do Estado, podendo os assessores jurídicos exercer, exclusivamente, a representação judicial do Estado.

32.Acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

- a) As várias reformas já sofridas pela CF, por meio de emendas constitucionais, são expressão do poder constituinte derivado decorrente.
- b) De acordo com a doutrina dominante, a CF, ao se materializar em um só código básico, afasta os usos e costumes como fonte do direito constitucional.
- c) O neoconstitucionalismo, ao promover a força normativa da Constituição, acarretou a diminuição da atividade judicial, dado o alto grau de vinculação das decisões judiciais aos dispositivos constitucionais.
- d) A derrotabilidade de uma norma constitucional ocorrerá caso uma norma jurídica deixe de ser aplicada em determinado caso concreto, permanecendo, contudo, no ordenamento jurídico para regular outras relações jurídicas.
- e) A interpretação da Constituição sob o método teleológico busca investigar as origens dos conceitos e institutos pelo próprio legislador constituinte.
- a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- b) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- c) As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros, incluem-se entre os bens dos Estados.
- d) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
- e) Não existe alternativa incorreta

34. Lei estadual que versasse sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência

33. Segundo a Constituição Federal, em seu Capítulo "Dos Estados Federados" assinale alternativa incorreta:

- a) Cabe aos Estados explorar exclusivamente mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada
- a) seria inconstitucional, por se tratar de competência legislativa privativa da União.
- b) seria compatível com a Constituição, desde que houvesse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.
- c) deveria restringir-se a aspectos de interesse local, em suplementação à legislação federal eventualmente já existente sobre a matéria.
- d) deveria limitar-se ao estabelecimento de normas gerais,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

- cabendo aos Municípios legislar para atender a suas peculiaridades.
- e) teria sua eficácia suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhe fosse contrária, caso houvesse o Estado exercido competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

35. A respeito do controle de constitucionalidade, das finanças públicas e da ordem econômica financeira, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a CF, a realização de licitação para a prestação de serviços públicos é obrigatória sob o regime de concessão, mas dispensável no caso de permissão.
- b) Em razão da sua natureza meramente administrativa, o TCU não poderá exercer o controle de constitucionalidade incidental de uma lei ou de atos do poder público quando do julgamento de seus processos.
- c) A decisão em sede de ADI, apesar de sua eficácia contra todos e de seu efeito vinculante, não atinge o Poder Legislativo em sua função típica.
- d) Lei Orgânica municipal que receba emenda com previsão para obrigação vedada expressamente pela CF, em razão da pertinência temática, poderá ser objeto de ADI perante o STF.
- e) Ainda que tenha vedado a possibilidade de abertura de crédito

extraordinário por medida provisória para atender despesas imprevisíveis e urgentes, a CF previu a possibilidade de tramitação legislativa em regime de urgência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Sobre as normas fundamentais do processo civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – O CPC/2015 veda ao juiz que profira decisão com base em fundamento a respeito do qual as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar, excetuando-se a hipótese de se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

II – As partes devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo, porém, é lícito que as partes convençionem afastar deveres inerentes à boa-fé ou à cooperação em determinado processo.

III – Métodos de solução consensual de conflitos (autocompositivos e heterocompositivos) devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial, por juízes, advogados,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

defensores públicos e membros do Ministério Público.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Estão corretos os itens I, II e III.
- c) Estão corretos os itens I e III.
- d) Estão corretos os itens II e III.
- e) Nenhum dos itens está correto.

37.Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando já houver sido afetado recurso, por tribunal superior, no âmbito de sua respectiva competência, para definição da tese sobre a questão de direito material ou processual repetitiva.

II –Quando o pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas for formulado pela Fazenda Pública, as custas do incidente serão pagas ao final, pelo vencido.

III – Instaurado um incidente de resolução de demandas repetitivas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, versando sobre determinada questão de direito processual, o Estado da Bahia constatou que a mesma questão também é controvertida em processos que tramitam na Justiça Estadual baiana e nos quais figura como parte. Nesse caso, pode-se afirmar que o Estado da Bahia é legitimado para requerer ao

Superior Tribunal de Justiça a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre aquela questão.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Todas as assertivas são falsas.

38.Sobre as teses de repercussão geral firmadas pelo Supremo Tribunal Federal em matéria processual, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I - A Justiça Comum é competente para processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais.

II - Compete à Justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da União.

III - É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, desde que o faça até a prolação da sentença, após o que a desistência não é mais possível.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

Os seguintes itens correspondem a teses de repercussão firmadas pelo STF:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhum dos itens.

39. Considerando as assertivas abaixo sobre a Advocacia Pública e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, indique a alternativa correta.

- a) É computado em dobro o prazo para interposição, pela Fazenda Pública, de recurso inominado no Juizado Especial da Fazenda Pública.
- b) No procedimento comum, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios gozarão de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, contando-se tal prazo a partir da intimação pessoal.
- c) O membro da Advocacia Pública será civil e solidariamente responsável com o ente público quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) A prerrogativa de cômputo diferenciado de prazos processuais para a Fazenda Pública não se aplica quando houver previsão legal expressa de prazo próprio para o ente público.

e) A intimação pessoal do ente público far-se-á por carga, remessa ou diário oficial eletrônico.

40. Acerca da improcedência liminar do pedido, marque a alternativa correta:

a) Da sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido caberá apelação, que, todavia, não ensejará a

possibilidade de exercício do juízo de retratação pelo órgão julgador que a proferiu.

b) Apenas é possível o proferimento de sentença de improcedência liminar do pedido fundada em precedente formado no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, não sendo possível se o precedente utilizado for oriundo de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal.

c) Não interposto o recurso contra a sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido, consumar-se-á o trânsito em julgado da decisão. Tratando-se, porém, de processo no qual não foi necessária a citação do réu, este tampouco precisará ser intimado desse trânsito em julgado.

d) As sentenças de improcedência liminar do pedido não estão sujeitas, para seu proferimento, à observância da regra de atendimento preferencial à ordem cronológica de conclusão.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

e) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente procedente o pedido que estiver em conformidade com enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal.

41. Sobre o regramento a respeito do juiz no CPC/2015, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Incumbe ao juiz, no exercício do seu poder geral de efetivação das decisões judiciais, determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, em que somente deverão ser adotadas medidas sub-rogatórias.

II – O magistrado é parte nos incidentes de impedimento e de suspeição, possuindo, portanto, legitimidade recursal para recorrer de decisão que reconheça seu impedimento ou sua manifesta suspeição.

III – Se o magistrado A estiver dirigindo determinado processo e neste vier a ingressar, como advogado de uma das partes, o irmão de A, restará configurada hipótese típica de impedimento superveniente do magistrado, sendo-lhe, a partir de então, vedado continuar a exercer suas funções no processo.

IV – A responsabilidade civil do juiz é regressiva e se caracteriza quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude ou quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

Para a verificação da ocorrência de recusa, omissão ou retardamento, há necessidade de que a parte requeira ao juiz que determine a providência e que o requerimento não seja apreciado no prazo de 10 (dez) dias.

Estão corretas as assertivas constantes dos itens:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) II e IV;
- d) I, II, III e IV;
- e) I, III e IV.

42. Em demanda proposta em 20/07/2016 contra o Estado da Bahia, perante o juízo competente na Comarca de Salvador/Ba, a autora X, alegando ter sido companheira do servidor público Y, pleiteia, em razão do falecimento deste, a condenação do Estado no pagamento de pensão por morte. Em sua peça contestatória, o Estado da Bahia impugna a alegação de existência da união estável feita pela autora X, bem como defende o descabimento do pagamento de pensão por morte no caso. Produzidas as provas requeridas pelas partes, foi prolatada a sentença,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

que reconheceu, expressamente, a existência da união estável e condenou o Estado da Bahia no pagamento da pensão por morte requerida. No julgamento de recurso de apelação, a sentença foi confirmada, consumando-se o trânsito em julgado. Sobre a coisa julgada material formada, assinale a alternativa correta:

a) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (existência da união estável) quanto aquela acerca da questão prejudicial (pagamento de pensão por morte);

b) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (pagamento de pensão por morte) quanto aquela acerca da questão prejudicial (existência de união estável) apreciadas na sentença;

c) os limites objetivos da coisa julgada material formada somente abrangem resolução judicial acerca da questão principal, não se estendendo à questão prejudicial, a menos que, quanto a esta, tivesse sido proposta ação declaratória incidental pelo réu.

d) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (existência da união estável), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da

matéria para dela conhecer como questão principal.

e) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (pagamento de pensão por morte), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

43. Sobre o mandado de segurança (individual e coletivo), marque a alternativa correta:

a) Não cabe a impetração de mandado de segurança quando o documento necessário à prova do alegado se encontrar em poder de terceiro, uma vez que aquele procedimento, por objetivar a proteção de direito líquido e certo, não poderá veicular pedido incidental de exibição de documento.

b) O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

c) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a distribuição por dependência de seu mandado de segurança ao mandado de

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

segurança coletivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

d) O direito de recorrer da decisão concessiva da segurança é titularizado pela pessoa jurídica de direito público interessada, não se estendendo, porém, à autoridade coatora.

e) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem nos cinco anos anteriores à data do ajuizamento da inicial, tendo em vista a prescrição quinquenal.

44. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é INCORRETO afirmar que:

a) a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, no foro onde estiver instalado, é absoluta.

b) Os Estados não podem ser autores no Juizado Especial da Fazenda Pública.

c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a

impugnação de pena de demissão imposta a servidor público civil ou de sanção disciplinar aplicada a militar.

d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis de autarquia estadual.

e) o reexame necessário da sentença proferida no Juizado Especial da Fazenda Pública, quando cabível, é realizado pela Turma Recursal.

45. Julgue os itens abaixo, acerca da teoria geral da prova e das provas em espécie, marcando, em seguida, a resposta correta.

I – A distribuição dinâmica do ônus da prova é aquela feita pelo juiz, podendo ser anunciada no ato de proferimento da sentença, desde que modo fundamentado.

II - A utilização de prova emprestada de outro processo pressupõe, dentre outros requisitos, que a sua produção tenha observado o contraditório e que a parte contra quem será utilizada tenha participado dessa produção.

III – O laudo pericial deverá conter, necessariamente, a indicação do método utilizado pelo perito, que deve esclarecê-lo e demonstrar ser o método escolhido predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

46.Sobre a liquidação da sentença, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – Não pode haver limitação de litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, pelo juiz, na liquidação de sentença.

II – O devedor pode requerer a liquidação de sentença, quando ela condená-lo ao pagamento de quantia ilíquida.

III - Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

É correto o que se afirmam(s) item(ns):

- a) III, apenas;
- b) I, apenas;
- c) II e III;
- d) I e III;
- e) I e II.

47.Sobre a ação monitória, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I - Não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

II – Não se aplica à ação monitória o regramento pertinente à remessa necessária.

III – O procedimento da ação monitória não admite reconvenção.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

48.Sobre os recursos e a remessa necessária, assinale a alternativa correta:

a) Não está sujeita à remessa necessária a sentença que imponha ao Estado condenação em valor certo e líquido inferior a 1.000 (um mil) salários mínimos.

b) O juiz de primeiro grau, ao receber o recurso de apelação, indicará os efeitos a ela atribuídos. A apelação tem, em regra, efeito suspensivo *ex lege*, mas há

hipóteses previstas em lei nas quais o recurso apenas será dotado de efeito devolutivo.

c) O princípio da primazia da decisão de mérito impõe ao relator do recurso que, antes de considerá-lo inadmissível, conceda prazo de 05 (cinco) dias ao

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 3

recorrente para sanar o vício ou complementar a documentação exigível. Tratando-se de recursos especial e extraordinário, porém, não é possível determinar a desconsideração ou correção de vício formal de recurso tempestivo.

d) O CPC/2015 não confere legitimidade recursal ao *amicuscuriae*.

e) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.

49. Sobre as audiências de conciliação e mediação e de instrução e julgamento, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

a) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.

b) Não haverá audiência de conciliação ou mediação se uma das partes manifestar, expressamente, o seu desinteresse na solução consensual da controvérsia, tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes no processo.

c) Instalada a audiência de instrução e julgamento, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se tiver havido emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

d) A audiência de instrução e julgamento poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, diretamente por qualquer das partes, desde que tenha havido autorização judicial para tal gravação.

e) Não é lícito às partes convencionarem o adiamento da audiência de instrução e julgamento.

50. Sobre ação popular, ação de desapropriação, ação de improbidade administrativa e ação civil pública, julgue os itens abaixo e, depois, assinale a alternativa correta.

I – Na ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá, a despeito de haver sido indicada no polo passivo da demanda, atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público.

II – Tratando-se a desapropriação de demanda que versa sobre direito real imobiliário, quando o imóvel objeto da

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 3

demanda estiver registrado em nome de pessoa casada, ambos os cônjuges deverão ser necessariamente citados para integrar a relação jurídica processual, sob pena de nulidade da sentença de mérito que vier a ser proferida em favor do autor. Essa exigência estará afastada quando se tratar de casamento sob o regime de separação absoluta de bens.

III –É possível a propositura de ação de improbidade administrativa no Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que a demanda possua valor da causa de até 60 (sessenta) salários mínimos.

IV – Não é cabível ação civil pública para veicular pretensão que envolva tributos ou contribuições previdenciárias.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I, II e IV;
- c) II e IV;
- d) II e III;
- e) I e IV.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 3

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

PORTUGUÊS

01. Um dos recursos estilísticos de Guimarães Rosa consiste em

- a) criar palavras novas a partir de processos de derivação, como em “pernilongando sobre a casca de água do poço”.
- b) misturar níveis de linguagem, entre o erudito e o popular, como em “É o primeiro jacto de uma represa”.
- c) registrar variações de linguagem oral, a partir de invenção de procedimentos inexistentes na língua, como em “O que Padrinho disser, ‘tá dissido!”
- d) reaproveitar, com sentidos novos, expressões proverbiais, como em “Qualquer paixão me adiverte”.
- e) empregar expressões regionais, como em “Não foram pelo rio...Foi trem-de-ferro que levou”.

02. Leia este trecho de texto:

“No tempo das cavernas, o macho abordava a fêmea, grunhia alguma coisa e a levava para a cama, ou para o mato. Com o tempo, desenvolveram-se a corte, a etiqueta da conquista [...]

A corte, claro, tinha sua justificativa. Dava à mulher a oportunidade de cumprir seu papel na evolução, selecionando para procriação aqueles machos que [...] mostravam ter aptidões que favoreciam a espécie, como potência física ou econômica ou até um gosto por Vinícius de Moraes. Isso quando podiam selecionar e a escolha não era feita por elas. No futuro, quando todo namoro for feito pela Internet [...]”
(Luís Fernando Veríssimo)

O termo *isso* refere-se:
I. à oportunidade dada à mulher de cumprir seu papel na evolução
II. às aptidões mostradas pelos homens quando faziam a corte
III. ao gosto de alguns homens por Vinícius de Moraes

Está correto o que se afirma:

- a) apenas em I
- b) apenas em II
- c) apenas em I e II
- d) apenas em II e III
- e) apenas em III

03. Assinale a opção em que todos os vocábulos formam o plural em -ões, tal como *botão – botões*:

- a) balão – irmão – tubarão
- b) eleição – canção – opinião
- c) confissão – nação – cristão

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- d) limão – cidadão – pagão
- e) questão – alemão – operação

- e) São Bernardo, Ana Terra, Iracema.

04. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

- a) Ascensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- b) Ascensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- c) Ascensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- d) Acensão - pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- e) Acensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa

05. Assinale a alternativa composta apenas por livros escritos por Machado de Assis:

- a) Memorial de Maria Moura, Os sertões, Dom Casmurro.
- b) O quinto, Dom Casmurro, Memórias de um sargento de milícias.
- c) Dom Casmurro, Helena, Senhora.
- d) Memórias Póstumas de Brás Cuba, Dom Casmurro, Quincas Borba.

06. Atualmente, que o número de brasileiros conectados na internet já ultrapassado a casa de 80 milhões, sendo que 72.640.000 são usuários ativos de redes sociais, e 56% destes um aparelho celular para acessar a internet.

(Dados publicados em www.agenciaopen.com/blog/perfil-do-brasileiro-nas-redes-sociais-o-que-ha-de-novo/).

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) estima-se - tenham - usa.
- b) estima-se - tenham - usam.
- c) estimam-se - tenha - usa.
- d) estima-se - tenha - usam.
- e) estimam-se - tenham - usa.

07. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:

- a) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se julgavam preservadas numa memória eletrônica.
- b) Diferentemente do que ocorre com livros muito

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- c) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem interpretar plenamente a nossa cultura.
- d) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- e) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.

08. Indique a alternativa em que haja ERRO de concordância:

- a) Terminadas as aulas, os alunos viajaram.
- b) Esta maçã está meia podre.
- c) É meio-dia e meia.
- d) Dinheiro, benefícios pessoais, chantagens, nada podia corrompê-lo.
- e) Ajudaram no trabalho amigos e parentes.

09. “Se _____ mais tarefas a executar _____ mais

elementos na equipe de trabalho”.

- a) houvessem / deveriam existir.
- b) houvesse / deveria existir.
- c) houvessem / deveria existir
- d) houvesse / deveriam existir
- e) houvessem / deveriam existirem.

10. Considere as seguintes formas verbais:

1. havia recebido
2. tinha recebido
3. estava recebendo
4. iria estar recebendo

Na frase “Todas as notícias daquele dia foram redigidas a partir dos documentos que a direção do jornal recebera do ministério público”, a forma verbal grifada pode ser substituída, mantendo-se a relação de sentido temporal e sem prejuízo à obediência à língua culta, por:

- a) 4 apenas.
- b) 1, 2 e 3 apenas.
- c) 3 e 4 apenas.
- d) 1 e 4 apenas.
- e) 1 e 2 apenas.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

Leia o texto abaixo e responda as questões de 11 a 15

“Na cabeça da mesa, a toalha manchada de coca-cola, o bolo desabado, ela era a mãe. A aniversariante piscou.

Eles se mexiam agitados, rindo, a sua família. E ela era a mãe de todos. E se de repente não se ergueu, como um morto se levanta devagar e obriga mudez e terror aos vivos, a aniversariante ficou mais dura na cadeira, e mais alta. Ela era a mãe de todos. E como a presilha a sufocasse, ela era a mãe de todos e, impotente à cadeira, desprezava-os. E olhava-os piscando. Todos aqueles seus filhos e netos e bisnetos que não passavam de carne de seu joelho, pensou de repente como se cuspiisse. Rodrigo, o neto de sete anos, era o único a ser carne de seu coração, Rodrigo, com aquela carinha dura, viril e despenteada. Cadê Rodrigo? Rodrigo com o olhar sonolento e intumescido naquela cabecinha ardente, confusa. Aquele seria um homem. Mas, piscando, ela olhava os outros, a aniversariante. Oh, o desprezo pela vida que falhava. Como?! Como tendo sido tão forte pudera dar à luz aqueles seres opacos, com braços moles e rostos ansiosos? Ela, a forte, que casara em

hora e tempo devidos com um bom homem a quem, obediente e independente, ela respeitara; a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos e lhe honrara os resguardos. O tronco fora bom. Mas dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria. Como pudera ela dar à luz aqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade? O rancor roncava em seu peito vazio. Uns comunistas, era o que eram; uns comunistas. Olhou-os com sua cólera de velha. Pareciam ratos se acotovelando, a sua família. Incoercível, virou a cabeça e com força insuspeita cuspiu no chão.

- Mamãe! gritou mortificada a dona da casa. Que é isso, mamãe!”

(Clarice Lispector, Feliz aniversário, de *Laços de família*)

14. De acordo com esse trecho, é correto afirmar que a aniversariante

- a) sente-se revoltada pelo fato de seus familiares divertirem-se enquanto ela sofre.
- b) tem saudades do marido, que a respeitava e a quem ela respeitava.
- c) olha para os familiares e reprova o comportamento e a personalidade deles.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- d) comporta-se de maneira adequada à situação da festa, embora tenha ódio da família.
- e) pensa ter falhado em sua função de educar os filhos, que se mostram desprezíveis a seus olhos.

11. No trecho, a expressão metafórica que revela a preferência da personagem por um de seus netos é

- a) “uma boa alegria”
- b) “o tronco fora bom”
- c) “cabecinha ardente”
- d) “carne de seu coração”
- e) “carne de seu joelho”

12. O emprego do discurso indireto livre, uma das características do estilo de Clarice Lispector, ocorre em:

- a) “como um morto se levanta do túmulo”.
- b) “Cadê Rodrigo?”
- c) “O rancor roncava em seu peito vazio”.
- d) “Olhou-os com sua cólera de velha”.
- e) “Que é isso, mamãe?”

13. Observe o emprego do pronome *lhe* no trecho abaixo:

“Ela, forte, que casara em hora e tempo devidos com um homem a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos”.

Escolha a alternativa em que o pronome lhe tenha sido empregado, respectivamente, com o mesmo sentido.

- a) Estendendo-lhe as mãos, aproveitei para mostra-lhe minhas afiadas unhas.
- b) O veneno lhe escorria pelo canto da boca; estendi-lhe o lenço umedecido de fel.
- c) Cravei-lhe as unhas afiadas e arranquei-lhe uma a uma das veias.
- d) Aos maltratados e indefesos, não lhes negarei a honradez dos justos; não lhes imporei a vã generosidade dos falsos.
- e) Como se lhe parecesse que não andava, entregou-lhe as algemas.

15. O prefixo e o sufixo que compõem a palavra “despenteada” encontram similar de sentido em

- a) imaginativa.
- b) deslealdade.
- c) dissílabo.
- d) infelicidade.
- e) impossibilitado.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 2

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. No que diz respeito à improbidade administrativa podemos afirmar que:

I – a lei de improbidade administrativa considera como sujeitos ativos o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;

II – existem atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; que atentam contra os princípios da Administração Pública;

III – o ato de improbidade administrativa, em si, constitui crime, correspondendo, obrigatoriamente, a um crime definido em lei;

IV – a ação principal poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada;

V – a indisponibilidade dos bens; o seqüestro; o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior e o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função são medidas que podem ser requeridas judicialmente somente após a sentença na ação de improbidade administrativa.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II;

- b) I, II e V;
- c) Todas
- d) I, II e IV;
- e) I, II, III e IV.

17. Com relação a bens públicos:

- I) é possível a utilização indistintamente pelos particulares dos bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais, sem quaisquer restrições;
- II) os bens públicos de uso comum e de uso especial não podem ser penhorados;
- III) feita a afetação de um bem público a uma destinação, não pode mais haver a desafetação deste bem;
- IV) a permissão de uso de bem público tem natureza precária e a concessão de uso de bem público têm natureza e contratual;
- V) podem ser alienados mediante usucapião.

Quais as respostas verdadeiras?

- a) Todas;
- b) Apenas a IV;
- c) Apenas a V;
- d) II e III;
- e) II e IV.

18. Com respeito à desapropriação:

- I) compete apenas à União a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- II) compete aos municípios a desapropriação para promover a utilização dos imóveis urbanos que estejam sendo subutilizados ou não utilizados;
- III) nas desapropriações chamadas sancionatórias, previstas para os casos de descumprimento da função social da propriedade, a indenização se faz com o pagamento em títulos da dívida pública;
- IV) qualquer decreto de desapropriação caduca sempre em 2 (dois) anos;
- V) ela pressupõe sempre uma ação judicial.

Quais são as afirmativas corretas?

- a) Todas são corretas;
b) I e IV;
c) Nenhuma afirmativa é correta;
d) I e III;
e) I, II e III.

19. Em relação a licitação, é correto afirmar:

- I) que a competência para legislar sobre normas gerais é privativa da União;
- II) que o leilão é a modalidade própria para alienação de bens móveis da Administração Pública;
- III) que todo contrato tem, obrigatoriamente, que ser precedido de licitação, não sendo admitidas exceções;
- IV) que, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não pode

- a comissão de licitação agir no certame em desacordo com o edital;
- V) que a inviabilidade de competição é o fundamento da dispensa de licitação.

Assinale:

- a) todas as afirmativas estão corretas;
b) estão corretas as afirmativas II, IV e V;
c) estão corretas as afirmativas I, III e IV;
d) estão corretas as afirmativas I e III;
e) só estão corretas as afirmativas I, II e IV.

20. O contrato de concessão de serviço público:

- I) pode ser extinto por encampação, por motivo de interesse público;
- II) pode ser extinto por caducidade, isto é, pelo decurso do prazo do contrato;
- III) ao seu término é cabível a incorporação, ao poder concedente, dos bens do concessionário necessários ao serviço público, o que se denomina de reversão, sem pagamento de qualquer indenização ao contratado;
- IV) é precedido de licitação;
- V) não se aplica o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro a este tipo de contrato.

Estão corretas as afirmativas:

- a) somente a I está correta;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- b) as afirmativas I e IV;
- c) as afirmativas I, III e IV;
- d) as afirmativas I e III;
- e) as afirmativas I e II estão corretas.

21. É considerada cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo:

- I) restrição ao uso da exceção do contrato não cumprido;
- II) aplicação de penalidades sem a necessidade de se acionar o Poder Judiciário;
- III) alteração bilateral do contrato pelo Poder Público e pelo contratado;
- IV) retomada do objeto por ato da Administração;
- V) anulação do contrato por ilegalidade, pela própria Administração.

Assinale as respostas corretas:

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

- a) as afirmativas II e III estão corretas;
- b) as afirmativas I, II, IV e V estão corretas;
- c) todas as afirmativas estão corretas;
- d) só as afirmativas IV e V;
- e) as afirmativas I e V estão corretas.

22. O ato administrativo:

I – é válido quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição

suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade;

II – é perfeito quando foi expedido de conformidade com as exigências do sistema normativo, por agente competente, com finalidade pública e observada a finalidade específica do ato, na forma legal, sem vício de motivo ou objeto;

III – é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

- a) todas estão corretas;
- b) estão corretas apenas as opções I e II;
- c) está correta apenas a opção III;
- d) todas estão incorretas;
- e) estão corretas apenas as opções II e III.

23. A correlação ente o ato e o poder administrativo utilizado na sua prática não está correta na seguinte opção:

- a) Avocação – poder hierárquico;
- b) Apreensão de mercadoriamprópria para a comercialização – poder de polícia;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- c) Deferimento de pedido de aposentadoriavoluntária de servidor público – poder vinculado;
- d) Exoneração de servidor ocupante de cargo demissível *ad nutum*(a qualquer tempo) – poder discricionário;
- e) Invalidação por agente administrativo superior de ato praticado por subordinado – poder disciplinar.

24.O princípio constitucional do concurso público:

- b) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos somente para provimento nos cargos efetivos da Administração Pública;
- c) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimento em todos os cargos e empregos de toda a Administração Pública, sem quaisquer ressalvas;
- d) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimentos em todos os cargos e empregos da Administração Direta;
- e) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para ingresso nos cargos e empregos de toda a Administração Pública, incluindo as entidades integrantes da administração indireta, porém admite as ressalvas feitas ela própria Constituição;
- f) não admite exceções.

25. Assinale as afirmativas corretas:

- I - Administração direta compõe-se de entidades com personalidade jurídica de direito público e de direito privado;
- II - a descentralização administrativa por serviços ocorre quando uma entidade estatal cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a execução de determinado serviço ou atividade;
- III - empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Pública, criadas por lei específica para prestar serviços públicos, explorar atividades econômicas ou coordenar a execução de obras públicas;
- IV - os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica, com capacidade para exercer direitos e contrair obrigações;
- V - em face do que dispõe a Constituição Federal as sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas integram a Administração Pública e estão sujeitas à supervisão da entidade instituidora.

São corretas as afirmativas:

- a) I, II e V
- b) I, III e V
- c) I e IV
- d) II e V

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

e) II, III e V

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. A respeito do controle de constitucionalidade, das finanças públicas e da ordem econômica financeira, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a CF, a realização de licitação para a prestação de serviços públicos é obrigatória sob o regime de concessão, mas dispensável no caso de permissão.
- b) Em razão da sua natureza meramente administrativa, o TCU não poderá exercer o controle de constitucionalidade incidental de uma lei ou de atos do poder público quando do julgamento de seus processos.
- c) A decisão em sede de ADI, apesar de sua eficácia contra todos e de seu efeito vinculante, não atinge o Poder Legislativo em sua função típica.

27. Acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

- a) As várias reformas já sofridas pela CF, por meio de emendas constitucionais, são expressão do poder constituinte derivado decorrente.
- b) De acordo com a doutrina dominante, a CF, ao se materializar

em um só código básico, afasta os usos e costumes como fonte do direito constitucional.

- c) O neoconstitucionalismo, ao promover a força normativa da Constituição, acarretou a diminuição da atividade judicial, dado o alto grau de vinculação das decisões judiciais aos dispositivos constitucionais.
- d) A derrotabilidade de uma norma constitucional ocorrerá caso uma norma jurídica deixe de ser aplicada em determinado caso concreto, permanecendo, contudo, no ordenamento jurídico para regular outras relações jurídicas.
- e) A interpretação da Constituição sob o método teleológico busca investigar as origens dos conceitos e institutos pelo próprio legislador constituinte.

28. Lei federal que autorizasse os Estados a legislarem sobre aspectos específicos de procedimentos em matéria processual seria

- a) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, podendo os Estados até mesmo exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de inexistência de lei federal sobre normas gerais na matéria.
- b) compatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- da União, a quem compete delegá-la, nesses moldes, aos Estados.
- c) compatível com a Constituição da República, desde que a autorização se dê por lei complementar, espécie normativa exigida para esse fim em relação às matérias de competência legislativa privativa da União.
- d) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de competência legislativa privativa da União, que não admite delegação aos Estados.
- e) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria inserida na competência legislativa residual dos Estados, não se confundindo com matéria processual, esta sim de competência legislativa privativa da União.
- 29.** Lei estadual que versasse sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência
- a) seria inconstitucional, por se tratar de competência legislativa privativa da União.
- b) seria compatível com a Constituição, desde que houvesse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.
- c) deveria restringir-se a aspectos de interesse local, em suplementação à legislação federal eventualmente já existente sobre a matéria.
- d) deveria limitar-se ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Municípios legislar para atender a suas peculiaridades.
- e) teria sua eficácia suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhe fosse contrária, caso houvesse o Estado exercido competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- 30.** Lei estadual criou cargos em comissão de assessor jurídico junto aos Gabinetes de Secretários de Estado, de livre provimento por estes, dentre bacharéis em direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. De acordo com a lei, aos titulares dos cargos cabe exercer a consultoria jurídica a respeito da legalidade dos atos administrativos, normativos e contratos de interesse da Secretaria, bem como atuar em juízo em defesa dos atos praticados pelo Secretário. A referida lei é:
- a) compatível com a Constituição Federal, uma vez que os Estados têm autonomia para criar cargos em comissão junto aos Gabinetes dos Secretários de Estado, ainda que para o exercício da consultoria jurídica e da representação judicial de que trata a Lei.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários e a representação do Estado em juízo são atribuições dos Procuradores do Estado

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o cargo de assessor jurídico é cargo técnico, devendo ser preenchido mediante concurso público, ainda que não seja exigível seu preenchimento por Procuradores do Estado para o exercício das atribuições previstas na Lei.
- d) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que apenas a Constituição Estadual poderia excluir das atribuições da Procuradoria Geral do Estado a assessoria jurídica aos Gabinetes de Secretários.
- e) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários é atribuição dos Procuradores do Estado, podendo os assessores jurídicos exercer, exclusivamente, a representação judicial do Estado.
- 31.** Lei federal em vigor desde 1973, destinada ao controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, estabelece que o comércio de tais produtos é privativo de farmácias e drogarias. Determinada lei estadual, promulgada em 2005, autoriza a comercialização, nesses mesmos estabelecimentos, de artigos de conveniência, assim considerados os produtos de consumo comum e rotineiro, tais como biscoitos, doces, chocolates, confeitos, ou cereais. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a lei estadual em questão
- a) invadiu competência privativa da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde.
- b) invadiu competência legislativa da União para editar normas gerais sobre proteção e defesa da saúde.
- c) é fruto de exercício irregular de competência legislativa suplementar, em matéria de competência concorrente, por afrontar lei federal preexistente sobre normas gerais.
- d) é fruto de exercício regular da competência legislativa suplementar dos Estados em matéria de produção e consumo.
- e) suspende a eficácia da lei federal naquilo em que lhe for contrária.
- 32.** Segundo a Constituição Federal, em seu Capítulo "Dos Estados Federados" assinale alternativa **incorreta**:
- a) Cabe aos Estados explorar exclusivamente mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- b) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- c) As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros, incluem-se entre os bens dos Estados.

- d) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
- e) Não existe alternativa incorreta

33. Lei estadual instituiu adicional de insalubridade em favor de determinados servidores públicos, no valor de dois salários mínimos. A constitucionalidade da lei foi discutida em ação judicial pelo rito ordinário proposta por servidores públicos, na qual foi proferido acórdão pelo Tribunal de Justiça que, confirmando a sentença de primeiro grau, determinou que o valor do adicional fosse convertido para o equivalente em moeda nacional e corrigido monetariamente pelos critérios de cálculo do Tribunal de Justiça, tendo em vista a vedação constitucional de utilização do salário mínimo para fins de cálculo de remuneração. A parte interessada, querendo impugnar o acórdão proferido pelo Tribunal de

Justiça, perante o Supremo Tribunal Federal,

- a) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, desde que atendidos os demais pressupostos legais que a autorizam, tendo em vista que o acórdão violou súmula vinculante que trata da matéria.

- b) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que presentes seus pressupostos, ainda que o acórdão impugnado tenha transitado em julgado.

- c) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que a medida apenas tem cabimento contra ato proferido pela Administração pública que viole diretamente norma constitucional ou súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.

- d) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido em sede de mandado de segurança, habeas corpus ou habeas data.

- e) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido pelo órgão plenário ou especial do Tribunal de Justiça.

34. A legislação estadual que impõe às empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal o dever de realizar determinadas adaptações em seus veículos destinadas a facilitar o acesso de portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

- a) encontra fundamento constitucional na competência reservada dos Estados-membros, que lhes autoriza a legislar sobre transporte coletivo intermunicipal.

- b) implica o exercício pelo Estado-membro da competência legislativa plena, caso inexistir lei federal

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

- sobre a matéria que defina normas gerais.
- c) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- d) incorre em inconstitucionalidade superveniente caso venha a contrariar lei federal sobre a mesma matéria editada em momento posterior à vigência da norma estadual.
- e) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- 35.** No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça
- a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Sobre a liquidação da sentença, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – Não pode haver limitação de litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, pelo juiz, na liquidação de sentença.

II – O devedor pode requerer a liquidação de sentença, quando ela condená-lo ao pagamento de quantia ilíquida.

III - Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

É correto o que se afirmam(s) item(ns):

- a) III, apenas;
b) I, apenas;
c) II e III;
d) I e III;
e) I e II.

37. Sobre as audiências de conciliação e mediação e de instrução e julgamento, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

a) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.

b) Não haverá audiência de conciliação ou mediação se uma das partes manifestar, expressamente, o seu desinteresse na solução consensual da controvérsia, tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes no processo.

c) Instalada a audiência de instrução e julgamento, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se tiver havido emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

d) A audiência de instrução e julgamento poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, diretamente por qualquer das partes, desde que tenha havido autorização judicial para tal gravação.

e) Não é lícito às partes convencionarem o adiamento da audiência de instrução e julgamento.

38. Acerca da improcedência liminar do pedido, marque a alternativa correta:

a) Da sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido caberá apelação, que, todavia, não ensejará a

possibilidade de exercício do juízo de retratação pelo órgão julgador que a proferiu.

b) Apenas é possível o proferimento de sentença de improcedência liminar do pedido fundada em precedente formado no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, não sendo possível se o precedente utilizado for oriundo de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal.

c) Não interposto o recurso contra a sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido, consumar-se-á o trânsito em julgado da decisão. Tratando-se, porém, de processo no qual não foi necessária a citação do réu, este tampouco precisará ser intimado desse trânsito em julgado.

d) As sentenças de improcedência liminar do pedido não estão sujeitas, para seu proferimento, à observância da regra de atendimento preferencial à ordem cronológica de conclusão.

e) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente procedente o pedido que estiver em conformidade com enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal.

39. Sobre a ação monitória, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 2

I - Não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

II – Não se aplica à ação monitória o regramento pertinente à remessa necessária.

III – O procedimento da ação monitória não admite reconvenção.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

40. Sobre ação popular, ação de desapropriação, ação de improbidade administrativa e ação civil pública, julgue os itens abaixo e, depois, assinale a alternativa correta.

I – Na ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá, a despeito de haver sido indicada no polo passivo da demanda, atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público.

II – Tratando-se a desapropriação de demanda que versa sobre direito real imobiliário, quando o imóvel objeto da demanda estiver registrado em nome de pessoa casada, ambos os cônjuges deverão ser necessariamente citados para integrar a relação jurídica processual, sob pena de nulidade da

sentença de mérito que vier a ser proferida em favor do autor. Essa exigência estará afastada quando se tratar de casamento sob o regime de separação absoluta de bens.

III – É possível a propositura de ação de improbidade administrativa no Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que a demanda possua valor da causa de até 60 (sessenta) salários mínimos.

IV – Não é cabível ação civil pública para veicular pretensão que envolva tributos ou contribuições previdenciárias.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I, II e IV;
- c) II e IV;
- d) II e III;
- e) I e IV.

41. Julgue os itens abaixo, acerca da teoria geral da prova e das provas em espécie, marcando, em seguida, a resposta correta.

I – A distribuição dinâmica do ônus da prova é aquela feita pelo juiz, podendo ser anunciada no ato de proferimento da sentença, desde que modo fundamentado.

II - A utilização de prova emprestada de outro processo pressupõe, dentre outros requisitos, que a sua produção tenha observado o contraditório e que a parte

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

contra quem será utilizada tenha participado dessa produção.

III – O laudo pericial deverá conter, necessariamente, a indicação do método utilizado pelo perito, que deve esclarecê-lo e demonstrar ser o método escolhido predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

42. Em demanda proposta em 20/07/2016 contra o Estado da Bahia, perante o juízo competente na Comarca de Salvador/Ba, a autora X, alegando ter sido companheira do servidor público Y, pleiteia, em razão do falecimento deste, a condenação do Estado no pagamento de pensão por morte. Em sua peça contestatória, o Estado da Bahia impugna a alegação de existência da união estável feita pela autora X, bem como defende o descabimento do pagamento de pensão por morte no caso. Produzidas as provas requeridas pelas

partes, foi prolatada a sentença, que reconheceu, expressamente, a existência da união estável e condenou o Estado da Bahia no pagamento da pensão por

morte requerida. No julgamento de recurso de apelação, a sentença foi confirmada, consumando-se o trânsito em julgado. Sobre a coisa julgada material formada, assinale a alternativa correta:

a) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (existência da união estável) quanto aquela acerca da questão prejudicial (pagamento de pensão por morte);

b) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (pagamento de pensão por morte) quanto aquela acerca da questão prejudicial (existência de união estável) apreciadas na sentença;

c) os limites objetivos da coisa julgada material formada somente abrangem resolução judicial acerca da questão principal, não se estendendo à questão prejudicial, a menos que, quanto a esta, tivesse sido proposta ação declaratória incidental pelo réu.

d) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (existência da união estável), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

e) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (pagamento de pensão por morte), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

43. Sobre o mandado de segurança (individual e coletivo), marque a alternativa correta:

a) Não cabe a impetração de mandado de segurança quando o documento necessário à prova do alegado se encontrar em poder de terceiro, uma vez que aquele procedimento, por objetivar a proteção de direito líquido e certo, não poderá veicular pedido incidental de exibição de documento.

b) O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

c) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a distribuição por dependência de seu mandado de segurança ao mandado de segurança coletivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência

comprovada da impetração da segurança coletiva.

d) O direito de recorrer da decisão concessiva da segurança é titularizado pela pessoa jurídica de direito público interessada, não se estendendo, porém, à autoridade coatora.

e) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem nos cinco anos anteriores à data do ajuizamento da inicial, tendo em vista a prescrição quinquenal.

44. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é INCORRETO afirmar que:

a) a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, no foro onde estiver instalado, é absoluta.

b) Os Estados não podem ser autores no Juizado Especial da Fazenda Pública.

c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a

impugnação de pena de demissão imposta a servidor público civil ou de sanção disciplinar aplicada a militar.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis de autarquia estadual.

e) o reexame necessário da sentença proferida no Juizado Especial da Fazenda Pública, quando cabível, é realizado pela Turma Recursal.

45. Sobre as teses de repercussão geral firmadas pelo Supremo Tribunal Federal em matéria processual, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I - A Justiça Comum é competente para processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais.

II - Compete à Justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da União.

III - É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da

entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, desde que o faça até a prolação da sentença, após o que a desistência não é mais possível.

Os seguintes itens correspondem a teses de repercussão firmadas pelo STF:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhum dos itens.

46. Sobre os recursos e a remessa necessária, assinale a alternativa correta:

a) Não está sujeita à remessa necessária a sentença que imponha ao Estado condenação em valor certo e líquido inferior a 1.000 (um mil) salários mínimos.

b) O juiz de primeiro grau, ao receber o recurso de apelação, indicará os efeitos a ela atribuídos. A apelação tem, em regra, efeito suspensivo *ex lege*, mas há

hipóteses previstas em lei nas quais o recurso apenas será dotado de efeito devolutivo.

c) O princípio da primazia da decisão de mérito impõe ao relator do recurso que, antes de considerá-lo inadmissível, conceda prazo de 05 (cinco) dias ao recorrente para sanar o vício ou complementar a documentação exigível. Tratando-se de recursos especial e extraordinário, porém, não é possível determinar a desconsideração ou correção de vício formal de recurso tempestivo.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

d) O CPC/2015 não confere legitimidade recursal ao *amicuscuriae*.

e) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.

47. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando já houver sido afetado recurso, por tribunal superior, no âmbito de sua respectiva competência, para definição da tese sobre a questão de direito material ou processual repetitiva.

II – Quando o pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas for formulado pela Fazenda Pública, as custas do incidente serão pagas ao final, pelo vencido.

III – Instaurado um incidente de resolução de demandas repetitivas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, versando sobre determinada questão de direito processual, o Estado da Bahia constatou que a mesma questão também é controvertida em processos que tramitam na Justiça Estadual baiana e nos quais figura como parte. Nesse caso, pode-se afirmar que o Estado da

Bahia é legitimado para requerer ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre aquela questão.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Todas as assertivas são falsas.

48. Sobre o regramento a respeito do juiz no CPC/2015, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Incumbe ao juiz, no exercício do seu poder geral de efetivação das decisões judiciais, determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, em que somente deverão ser adotadas medidas sub-rogatórias.

II – O magistrado é parte nos incidentes de impedimento e de suspeição, possuindo, portanto, legitimidade recursal para recorrer de decisão que reconheça seu impedimento ou sua manifesta suspeição.

III – Se o magistrado A estiver dirigindo determinado processo e

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

neste vier a ingressar, como advogado de uma das partes, o irmão de A, restará configurada hipótese típica de impedimento superveniente do magistrado, sendo-lhe, a partir de então, vedado continuar a exercer suas funções no processo.

IV – A responsabilidade civil do juiz é regressiva e se caracteriza quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude ou quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

Para a verificação da ocorrência de recusa, omissão ou retardamento, há necessidade de que a parte requeira ao juiz que determine a providência e que o requerimento não seja apreciado no prazo de 10 (dez) dias.

Estão corretas as assertivas constantes dos itens:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) II e IV;
- d) I, II, III e IV;
- e) I, III e IV.

49. Considerando as assertivas abaixo sobre a Advocacia Pública e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, indique a alternativa correta.

- a) É computado em dobro o prazo para interposição, pela Fazenda Pública, de

recurso nominado no Juizado Especial da Fazenda Pública.

b) No procedimento comum, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios gozarão de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, contando-se tal prazo a partir da intimação pessoal.

c) O membro da Advocacia Pública será civil e solidariamente responsável com o ente público quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

d) A prerrogativa de cômputo diferenciado de prazos processuais para a Fazenda Pública não se aplica quando houver previsão legal expressa de prazo próprio para o ente público.

e) A intimação pessoal do ente público far-se-á por carga, remessa ou diário oficial eletrônico.

50. Sobre as normas fundamentais do processo civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – O CPC/2015 veda ao juiz que profira decisão com base em fundamento a respeito do qual as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar, excetuando-se a hipótese de se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 2

II –As partes devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo, porém, é lícito que as partes convençionem afastar deveres inerentes à boa-fé ou à cooperação em determinado processo.

III – Métodosde solução consensual de conflitos (autocompositivos e heterocompositivos) devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial, por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Estão corretos os itens I, II e III.
- c) Estão corretos os itens I e III.
- d) Estão corretos os itens II e III.
- e) Nenhum dos itens está correto.



Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 2

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo e responda as questões de 01 a 05

“Na cabeça da mesa, a toalha manchada de coca-cola, o bolo desabado, ela era a mãe. A aniversariante piscou.

Eles se mexiam agitados, rindo, a sua família. E ela era a mãe de todos. E se de repente não se ergueu, como um morto se levanta devagar e obriga mudez e terror aos vivos, a aniversariante ficou mais dura na cadeira, e mais alta. Ela era a mãe de todos. E como a presilha a sufocasse, ela era a mãe de todos e, impotente à cadeira, desprezava-os. E olhava-os piscando. Todos aqueles seus filhos e netos e bisnetos que não passavam de carne de seu joelho, pensou de repente como se cuspiisse. Rodrigo, o neto de sete anos, era o único a ser carne de seu coração, Rodrigo, com aquela carinha dura, viril e despenteada. Cadê Rodrigo? Rodrigo com o olhar sonolento e intumescido naquela cabecinha ardente, confusa. Aquele seria um homem. Mas, piscando, ela olhava os outros, a aniversariante. Oh, o desprezo pela vida que falhava. Como?! Como tendo sido tão forte pudera dar à luz aqueles seres opacos, com braços moles e rostos ansiosos? Ela, a forte, que casara em

hora e tempo devidos com um bom homem a quem, obediente e independente, ela respeitara; a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos e lhe honrara os resguardos. O tronco fora bom. Mas dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria. Como pudera ela dar à luz aqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade? O rancor roncava em seu peito vazio. Uns comunistas, era o que eram; uns comunistas. Olhou-os com sua cólera de velha. Pareciam ratos se acotovelando, a sua família. Incoercível, virou a cabeça e com força insuspeita cuspiu no chão.

- Mamãe! gritou mortificada a dona da casa. Que é isso, mamãe!”

(Clarice Lispector, Feliz aniversário, de *Laços de família*)

- 01.** De acordo com esse trecho, é correto afirmar que a aniversariante
- a) sente-se revoltada pelo fato de seus familiares divertirem-se enquanto ela sofre.
 - b) tem saudades do marido, que a respeitava e a quem ela respeitava.
 - c) olha para os familiares e reprova o comportamento e a personalidade deles.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- d) comporta-se de maneira adequada à situação da festa, embora tenha ódio da família.
- e) pensa ter falhado em sua função de educar os filhos, que se mostram desprezíveis a seus olhos.

02. No trecho, a expressão metafórica que revela a preferência da personagem por um de seus netos é

- a) “uma boa alegria”
- b) “o tronco fora bom”
- c) “cabecinha ardente”
- d) “carne de seu coração”
- e) “carne de seu joelho”

03. O emprego do discurso indireto livre, uma das características do estilo de Clarice Lispector, ocorre em:

- a) “como um morto se levanta do túmulo”.
- b) “Cadê Rodrigo?”
- c) “O rancor roncava em seu peito vazio”.
- d) “Olhou-os com sua cólera de velha”.
- e) “Que é isso, mamãe?”

04. Observe o emprego do pronome *lhe* no trecho abaixo:

“Ela, forte, que casara em hora e tempo devidos com um homem a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos”.

Escolha a alternativa em que o pronome lhe tenha sido empregado, respectivamente, com o mesmo sentido.

- a) Estendendo-lhe as mãos, aproveitei para mostra-lhe minhas afiadas unhas.
- b) O veneno lhe escorria pelo canto da boca; estendi-lhe o lenço umedecido de fel.
- c) Cravei-lhe as unhas afiadas e arranquei-lhe uma a uma das veias.
- d) Aos maltratados e indefesos, não lhes negarei a honradez dos justos; não lhes imporei a vã generosidade dos falsos.
- e) Como se lhe parecesse que não andava, entregou-lhe as algemas.

05. O prefixo e o sufixo que compõem a palavra “despenteada” encontram similar de sentido em

- a) imaginativa.
- b) deslealdade.
- c) dissílabo.
- d) infelicidade.
- e) impossibilitado.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

06. Um dos recursos estilísticos de Guimarães Rosa consiste em

- a) criar palavras novas a partir de processos de derivação, como em “pernilongando sobre a casca de água do poço”.
- b) misturar níveis de linguagem, entre o erudito e o popular, como em “É o primeiro jacto de uma represa”.
- c) registrar variações de linguagem oral, a partir de invenção de procedimentos inexistentes na língua, como em “O que Padrinho disser, ‘tá dissido!”
- d) reaproveitar, com sentidos novos, expressões proverbiais, como em “Qualquer paixão me adiverte”.
- e) empregar expressões regionais, como em “Não foram pelo rio...Foi trem-de-ferro que levou”.

07. Leia este trecho de texto:

“No tempo das cavernas, o macho abordava a fêmea, grunhia alguma coisa e a levava para a cama, ou para o mato. Com o tempo, desenvolveram-se a corte, a etiqueta da conquista [...]

A corte, claro, tinha sua justificativa. Dava à mulher a oportunidade de

cumprir seu papel na evolução, selecionando para procriação aqueles machos que [...] mostravam ter aptidões que favoreciam a espécie, como potência física ou econômica ou até um gosto por Vinícius de Moraes. Isso quando podiam selecionar e a escolha não era feita por elas. No futuro, quando todo namoro for feito pela Internet [...]”

(Luís Fernando Veríssimo)

O termo *isso* refere-se:
I. à oportunidade dada à mulher de cumprir seu papel na evolução
II. às aptidões mostradas pelos homens quando faziam a corte
III. ao gosto de alguns homens por Vinícius de Moraes

Está correto o que se afirma:

- a) apenas em I
- b) apenas em II
- c) apenas em I e II
- d) apenas em II e III
- e) apenas em III

08. Assinale a opção em que todos os vocábulos formam o plural em -ões, tal como *botão – botões*:

- a) balão – irmão – tubarão

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- b) eleição – canção – opinião
- c) confissão – nação – cristão
- d) limão – cidadão – pagão
- e) questão – alemão – operação

09. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

- a) Ascensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- b) Ascenção – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- c) Ascenção – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- d) Acensão – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa
- e) Acenção – pesquisar – espontâneo – privilégio – duquesa

10. Assinale a alternativa composta apenas por livros escritos por Machado de Assis:

- a) Memorial de Maria Moura, Os sertões, Dom Casmurro.
- b) O quinto, Dom Casmurro, Memórias de um sargento de milícias.
- c) Dom Casmurro, Helena, Senhora.

- d) Memórias Póstumas de Brás Cuba, Dom Casmurro, Quincas Borba.
- e) São Bernardo, Ana Terra, Iracema.

11. Atualmente, que o número de brasileiros conectados na internet já ultrapassado a casa de 80 milhões, sendo que 72.640.000 são usuários ativos de redes sociais, e 56% destes um aparelho celular para acessar a internet.

(Dados publicados em www.agenciaopen.com/blog/perfil-do-brasileiro-nas-redes-sociais-o-que-ha-de-novo/).

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) estima-se - tenham - usa.
- b) estima-se - tenham - usam.
- c) estimam-se - tenha - usa.
- d) estima-se - tenha - usam.
- e) estimam-se - tenham - usa.

12. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:

- a) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- julgavam preservadas numa memória eletrônica.
- b) Diferentemente do que ocorre com livros muito antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- c) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem interpretar plenamente a nossa cultura.
- d) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- e) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.
- 13.** Indique a alternativa em que haja ERRO de concordância:
- a) Terminadas as aulas, os alunos viajaram.
- b) Esta maçã está meia podre.
- c) É meio-dia e meia.
- d) Dinheiro, benefícios pessoais, chantagens, nada podia corrompê-lo.
- e) Ajudaram no trabalho amigos e parentes.
- 14.** “Se _____ mais tarefas a executar _____ mais elementos na equipe de trabalho”.
- a) houvessem / deveriam existir.
- b) houvesse / deveria existir.
- c) houvessem / deveria existir
- d) houvesse / deveriam existir
- e) houvessem / deveriam existirem.
- 15.** Considere as seguintes formas verbais:
1. havia recebido
 2. tinha recebido
 3. estava recebendo
 4. iria estar recebendo
- Na frase “Todas as notícias daquele dia foram redigidas a partir dos documentos que a direção do jornal recebera do ministério público”, a forma verbal grifada pode ser substituída, mantendo-se a relação de sentido temporal e sem prejuízo à obediência à língua culta, por:
- a) 4 apenas.
- b) 1, 2 e 3 apenas.
- c) 3 e 4 apenas.
- d) 1 e 4 apenas.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

e) 1 e 2 apenas.

Administração Pública e estão sujeitas à supervisão da entidade instituidora.

São corretas as afirmativas:

- a) I, II e V
- b) I, III e V
- c) I e IV
- d) II e V
- e) II, III e V

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Assinale as afirmativas corretas:

- I - Administração direta compõe-se de entidades com personalidade jurídica de direito público e de direito privado;
- II - a descentralização administrativa por serviços ocorre quando uma entidade estatal cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a execução de determinado serviço ou atividade;
- III - empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Pública, criadas por lei específica para prestar serviços públicos, explorar atividades econômicas ou coordenar a execução de obras públicas;
- IV - os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica, com capacidade para exercer direitos e contrair obrigações;
- V - em face do que dispõe a Constituição Federal as sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas integram a

17. O princípio constitucional do concurso público:

- a) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos somente para provimento nos cargos efetivos da Administração Pública;
- b) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimento em todos os cargos e empregos de toda a Administração Pública, sem quaisquer ressalvas;
- c) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para provimentos em todos os cargos e empregos da Administração Direta;
- d) impõe a realização de concurso de provas ou de provas e títulos para ingresso nos cargos e empregos de toda a Administração Pública, incluindo as entidades integrantes da administração indireta, porém admite as ressalvas feitas pela própria Constituição;
- e) não admite exceções.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

18. A correlação ente o ato e o poder administrativo utilizado na sua prática não está correta na seguinte opção:

- a) Avocação – poder hierárquico;
- b) Apreensão de mercadoriainprópria para a comercialização – poder de polícia;
- c) Deferimento de pedido de aposentadoriavoluntária de servidor público – poder vinculado;
- d) Exoneração de servidor ocupante de cargo demissívelad nutum(a qualquer tempo) – poder discricionário;
- e) Invalidação por agente administrativo superior de ato praticado por subordinado – poder disciplinar.

19. O ato administrativo:

- I – é válido quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade;
- II – é perfeito quando foi expedido de conformidade com as exigências do sistema normativo, por agente competente, com finalidade pública e observada a finalidade específica do ato, na forma legal, sem vício de motivo ou objeto;

III – é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios, ou seja, quando o desencadear de seus efeitos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

- a) todas estão corretas;
- b) estão corretas apenas as opções I e II;
- c) está correta apenas a opção III;
- d) todas estão incorretas;
- e) estão corretas apenas as opções II e III.

20. É considerada cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo:

- I) restrição ao uso da exceção do contrato não cumprido;
- II) aplicação de penalidades sem a necessidade de se acionar o Poder Judiciário;
- III) alteração bilateral do contrato pelo Poder Público e pelo contratado;
- IV) retomada do objeto por ato da Administração;
- V) anulação do contrato por ilegalidade, pela própria Administração.

Assinale as respostas corretas:

Analisando as afirmativas, verifica-se que:

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- a) as afirmativas II e III estão corretas;
- b) as afirmativas I, II, IV e V estão corretas;
- c) todas as afirmativas estão corretas;
- d) só as afirmativas IV e V;
- e) as afirmativas I e V estão corretas.

21. O contrato de concessão de serviço público:

- I) pode ser extinto por encampação, por motivo de interesse público;
- II) pode ser extinto por caducidade, isto é, pelo decurso do prazo do contrato;
- III) ao seu término é cabível a incorporação, ao poder concedente, dos bens do concessionário necessários ao serviço público, o que se denomina de reversão, sem pagamento de qualquer indenização ao contratado;
- IV) é precedido de licitação;
- V) não se aplica o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro a este tipo de contrato.

Estão corretas as afirmativas:

- a) somente a I está correta;
- b) as afirmativas I e IV;
- c) as afirmativas I, III e IV;
- d) as afirmativas I e III;
- e) as afirmativas I e II estão corretas.

22. Em relação a licitação, é correto afirmar:

- I) que a competência para legislar sobre normas gerais é privativa da União;
- II) que o leilão é a modalidade própria para alienação de bens móveis da Administração Pública;
- III) que todo contrato tem, obrigatoriamente, que ser precedido de licitação, não sendo admitidas exceções;
- IV) que, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não pode a comissão de licitação agir no certame em desacordo com o edital;
- V) que a inviabilidade de competição é o fundamento da dispensa de licitação.

Assinale:

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) estão corretas as afirmativas II, IV e V;
- c) estão corretas as afirmativas I, III e IV;
- d) estão corretas as afirmativas I e III;
- e) só estão corretas as afirmativas I, II e IV.

23. Com respeito à desapropriação:

- I) compete apenas à União a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária;
- II) compete aos municípios a desapropriação para promover a utilização dos imóveis urbanos que estejam sendo subutilizados ou não utilizados;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- III) nas desapropriações chamadas sancionatórias, previstas para os casos de descumprimento da função social da propriedade, a indenização se faz com o pagamento em títulos da dívida pública;
- IV) qualquer decreto de desapropriação caduca sempre em 2 (dois) anos;
- V) ela pressupõe sempre uma ação judicial.

Quais são as afirmativas corretas?

- a) Todas são corretas;
b) I e IV;
c) Nenhuma afirmativa é correta;
d) I e III;
e) I, II e III.

24. Com relação a bens públicos:

- I) é possível a utilização indistintamente pelos particulares dos bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais, sem quaisquer restrições;
- II) os bens públicos de uso comum e de uso especial não podem ser penhorados;
- III) feita a afetação de um bem público a uma destinação, não pode mais haver a desafetação deste bem;
- IV) a permissão de uso de bem público tem natureza precária e a concessão de uso de bem público têm natureza e contratual;
- V) podem ser alienados mediante usucapião.

Quais as respostas verdadeiras?

- a) Todas;
b) Apenas a IV;
c) Apenas a V;
d) II e III;
e) II e IV.

25. No que diz respeito à improbidade administrativa podemos afirmar que:

I – a lei de improbidade administrativa considera como sujeitos ativos o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;

II – existem atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; que atentam contra os princípios da Administração Pública;

III – o ato de improbidade administrativa, em si, constitui crime, correspondendo, obrigatoriamente, a um crime definido em lei;

IV – a ação principal poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada;

V – a indisponibilidade dos bens; o seqüestro; o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior e o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função são medidas que podem ser requeridas judicialmente somente após a sentença na ação de improbidade administrativa.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I, II e V;
- c) Todas;
- d) I, II e IV;
- e) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

- a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

27. A legislação estadual que impõe às empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal o dever de

realizar determinadas adaptações em seus veículos destinadas a facilitar o acesso de portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

- a) encontra fundamento constitucional na competência reservada dos Estados-membros, que lhes autoriza a legislar sobre transporte coletivo intermunicipal.
- b) implica o exercício pelo Estado-membro da competência legislativa plena, caso inexistir lei federal sobre a matéria que defina normas gerais.
- c) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- d) incorre em inconstitucionalidade superveniente caso venha a contrariar lei federal sobre a mesma matéria editada em momento posterior à vigência da norma estadual.
- e) é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.

28. Lei estadual instituiu adicional de insalubridade em favor de determinados servidores públicos, no valor de dois salários mínimos. A constitucionalidade da lei foi discutida em ação judicial pelo rito ordinário proposta por servidores públicos, na qual foi proferido acórdão pelo Tribunal de Justiça que, confirmando a sentença de primeiro

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

grau, determinou que o valor do adicional fosse convertido para o equivalente em moeda nacional e corrigido monetariamente pelos critérios de cálculo do Tribunal de Justiça, tendo em vista a vedação constitucional de utilização do salário mínimo para fins de cálculo de remuneração. A parte interessada, querendo impugnar o acórdão proferido pelo Tribunal de

Justiça, perante o Supremo Tribunal Federal,

- a) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, desde que atendidos os demais pressupostos legais que a autorizam, tendo em vista que o acórdão violou súmula vinculante que trata da matéria.
 - b) poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que presentes seus pressupostos, ainda que o acórdão impugnado tenha transitado em julgado.
 - c) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que a medida apenas tem cabimento contra ato proferido pela Administração pública que viole diretamente norma constitucional ou súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - d) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido em sede de mandado de segurança, habeas corpus ou habeas data.
 - e) não poderá fazê-lo por reclamação constitucional, uma vez que o acórdão não foi proferido pelo órgão plenário ou especial do Tribunal de Justiça.
- 29.** Segundo a Constituição Federal, em seu Capítulo "Dos Estados Federados" assinale alternativa **incorreta**:
- a) Cabe aos Estados explorar exclusivamente mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - b) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - c) As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros, incluem-se entre os bens dos Estados.
 - d) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
 - e) Não existe alternativa incorreta
- 30.** Lei federal em vigor desde 1973, destinada ao controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos,

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

estabelece que o comércio de tais produtos é privativo de farmácias e drogarias. Determinada lei estadual, promulgada em 2005, autoriza a comercialização, nesses mesmos estabelecimentos, de artigos de conveniência, assim considerados os produtos de consumo comum e rotineiro, tais como biscoitos, doces, chocolates, confeitos, ou cereais. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a lei estadual em questão

- a) invadiu competência privativa da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde.
- b) invadiu competência legislativa da União para editar normas gerais sobre proteção e defesa da saúde.
- c) é fruto de exercício irregular de competência legislativa suplementar, em matéria de competência concorrente, por afrontar lei federal preexistente sobre normas gerais.
- d) é fruto de exercício regular da competência legislativa suplementar dos Estados em matéria de produção e consumo.
- e) suspende a eficácia da lei federal naquilo em que lhe for contrária.

31. Lei estadual criou cargos em comissão de assessor jurídico junto aos Gabinetes de Secretários de Estado, de livre provimento por estes, dentre bacharéis em direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. De acordo com a lei, aos titulares dos cargos cabe exercer a consultoria

jurídica a respeito da legalidade dos atos administrativos, normativos e contratos de interesse da Secretaria, bem como atuar em juízo em defesa dos atos praticados pelo Secretário. A referida lei é:

- a) compatível com a Constituição Federal, uma vez que os Estados têm autonomia para criar cargos em comissão junto aos Gabinetes dos Secretários de Estado, ainda que para o exercício da consultoria jurídica e da representação judicial de que trata a Lei.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretários e a representação do Estado em juízo são atribuições dos Procuradores do Estado
- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o cargo de assessor jurídico é cargo técnico, devendo ser preenchido mediante concurso público, ainda que não seja exigível seu preenchimento por Procuradores do Estado para o exercício das atribuições previstas na Lei.
- d) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que apenas a Constituição Estadual poderia excluir das atribuições da Procuradoria Geral do Estado a assessoria jurídica aos Gabinetes de Secretários.
- e) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a consultoria jurídica aos Gabinetes de Secretá-

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- rios é atribuição dos Procuradores do Estado, podendo os assessores jurídicos exercer, exclusivamente, a representação judicial do Estado.
- 32.** Lei estadual que versasse sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência
- a) seria inconstitucional, por se tratar de competência legislativa privativa da União.
 - b) seria compatível com a Constituição, desde que houvesse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.
 - c) deveria restringir-se a aspectos de interesse local, em suplementação à legislação federal eventualmente já existente sobre a matéria.
 - d) deveria limitar-se ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Municípios legislar para atender a suas peculiaridades.
 - e) teria sua eficácia suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhe fosse contrária, caso houvesse o Estado exercido competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- 33.** Lei federal que autorizasse os Estados a legislar sobre aspectos específicos de procedimentos em matéria processual seria
- a) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, podendo os Estados até mesmo exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na hipótese de inexistência de lei federal sobre normas gerais na matéria.
 - b) compatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, a quem compete delegá-la, nesses moldes, aos Estados.
 - c) compatível com a Constituição da República, desde que a autorização se dê por lei complementar, espécie normativa exigida para esse fim em relação às matérias de competência legislativa privativa da União.
 - d) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de competência legislativa privativa da União, que não admite delegação aos Estados.
 - e) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria inserida na competência legislativa residual dos Estados, não se confundindo com matéria processual, esta sim de competência legislativa privativa da União.
- 34.** Acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.
- a) As várias reformas já sofridas pela CF, por meio de emendas constitucionais, são expressão do

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- poder constituinte derivado decorrente.
- b) De acordo com a doutrina dominante, a CF, ao se materializar em um só código básico, afasta os usos e costumes como fonte do direito constitucional.
- c) O neoconstitucionalismo, ao promover a força normativa da Constituição, acarretou a diminuição da atividade judicial, dado o alto grau de vinculação das decisões judiciais aos dispositivos constitucionais.
- d) A derrotabilidade de uma norma constitucional ocorrerá caso uma norma jurídica deixe de ser aplicada em determinado caso concreto, permanecendo, contudo, no ordenamento jurídico para regular outras relações jurídicas.
- e) A interpretação da Constituição sob o método teleológico busca investigar as origens dos conceitos e institutos pelo próprio legislador constituinte.
- b) Em razão da sua natureza meramente administrativa, o TCU não poderá exercer o controle de constitucionalidade incidental de uma lei ou de atos do poder público quando do julgamento de seus processos.
- c) A decisão em sede de ADI, apesar de sua eficácia contra todos e de seu efeito vinculante, não atinge o Poder Legislativo em sua função típica.
- d) Lei Orgânica municipal que receba emenda com previsão para obrigação vedada expressamente pela CF, em razão da pertinência temática, poderá ser objeto de ADI perante o STF.
- e) Ainda que tenha vedado a possibilidade de abertura de crédito extraordinário por medida provisória para atender despesas imprevisíveis e urgentes, a CF previu a possibilidade de tramitação legislativa em regime de urgência.

35. A respeito do controle de constitucionalidade, das finanças públicas e da ordem econômica financeira, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a CF, a realização de licitação para a prestação de serviços públicos é obrigatória sob o regime de concessão, mas dispensável no caso de permissão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Sobre as normas fundamentais do processo civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – O CPC/2015 veda ao juiz que profira decisão com base em fundamento a respeito do qual as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar, excetuando-se a hipótese de se tratar de

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

II –As partes devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo, porém, é lícito que as partes convençionem afastar deveres inerentes à boa-fé ou à cooperação em determinado processo.

III – Métodosde solução consensual de conflitos (autocompositivos e heterocompositivos) devem ser estimulados, inclusive no curso do processo judicial, por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Estão corretos os itens I, II e III.
- c) Estão corretos os itens I e III.
- d) Estão corretos os itens II e III.
- e) Nenhum dos itens está correto.

37. Considerando as assertivas abaixo sobre a Advocacia Pública e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, indique a alternativa correta.

- a) É computado em dobro o prazo para interposição, pela Fazenda Pública, de recurso inominado no Juizado Especial da Fazenda Pública.

b) No procedimento comum, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios gozarão de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, contando-se tal prazo a partir da intimação pessoal.

c) O membro da Advocacia Pública será civil e solidariamente responsável com o ente público quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

d) A prerrogativa de cômputo diferenciado de prazos processuais para a Fazenda Pública não se aplica quando houver previsão legal expressa de prazo próprio para o ente público.

e) A intimação pessoal do ente público far-se-á por carga, remessa ou diário oficial eletrônico.

38. Sobre o regramento a respeito do juiz no CPC/2015, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – Incumbe ao juiz, no exercício do seu poder geral de efetivação das decisões judiciais, determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, salvo nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, em que somente deverão ser adotadas medidas sub-rogatórias.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

II –O magistrado é parte nos incidentes de impedimento e de suspeição, possuindo, portanto, legitimidade recursal para recorrer de decisão que reconheça seu impedimento ou sua manifesta suspeição.

III – Se o magistrado A estiver dirigindo determinado processo e neste vier a ingressar, como advogado de uma das partes, o irmão de A, restará configurada hipótese típica de impedimento superveniente do magistrado, sendo-lhe, a partir de então, vedado continuar a exercer suas funções no processo.

IV – A responsabilidade civil do juiz é regressiva e se caracteriza quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude ou quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

Para a verificação da ocorrência de recusa, omissão ou retardamento, há necessidade de que a parte requeira ao juiz que determine a providência e que o requerimento não seja apreciado no prazo de 10 (dez) dias.

Estão corretas as assertivas constantes dos itens:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) II e IV;
- d) I, II, III e IV;
- e) I, III e IV.

39. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I – É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando já houver sido afetado recurso, por tribunal superior, no âmbito de sua respectiva competência, para definição da tese sobre a questão de direito material ou processual repetitiva.

II –Quando o pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas for formulado pela Fazenda Pública, as custas do incidente serão pagas ao final, pelo vencido.

III – Instaurado um incidente de resolução de demandas repetitivas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, versando sobre determinada questão de direito processual, o Estado da Bahia constatou que a mesma questão também é controvertida em processos que tramitam na Justiça Estadual baiana e nos quais figura como parte. Nesse caso, pode-se afirmar que o Estado da Bahia é legitimado para requerer ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre aquela questão.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Todas as assertivas são falsas.

40. Sobre os recursos e a remessa necessária, assinale a alternativa correta:

a) Não está sujeita à remessa necessária a sentença que imponha ao Estado condenação em valor certo e líquido inferior a 1.000 (um mil) salários mínimos.

b) O juiz de primeiro grau, ao receber o recurso de apelação, indicará os efeitos a ela atribuídos. A apelação tem, em regra, efeito suspensivo *ex lege*, mas há

hipóteses previstas em lei nas quais o recurso apenas será dotado de efeito devolutivo.

c) O princípio da primazia da decisão de mérito impõe ao relator do recurso que, antes de considerá-lo inadmissível, conceda prazo de 05 (cinco) dias ao recorrente para sanar o vício ou complementar a documentação exigível. Tratando-se de recursos especial e extraordinário, porém, não é possível determinar a desconsideração ou correção de vício formal de recurso tempestivo.

d) O CPC/2015 não confere legitimidade recursal ao *amicus curiae*.

e) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.

41. Sobre as teses de repercussão geral firmadas pelo Supremo Tribunal Federal em matéria processual, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a alternativa correta:

I - A Justiça Comum é competente para processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais.

II - Compete à Justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da União.

III - É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da

entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, desde que o faça até a prolação da sentença, após o que a desistência não é mais possível.

Os seguintes itens correspondem a teses de repercussão firmadas pelo STF:

- a) I e II;

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhum dos itens.

42. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é INCORRETO afirmar que:

a) a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, no foro onde estiver instalado, é absoluta.

b) Os Estados não podem ser autores no Juizado Especial da Fazenda Pública.

c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a

impugnação de pena de demissão imposta a servidor público civil ou de sanção disciplinar aplicada a militar.

d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis de autarquia estadual.

e) o reexame necessário da sentença proferida no Juizado Especial da Fazenda Pública, quando cabível, é realizado pela Turma Recursal.

43. Sobre o mandado de segurança (individual e coletivo), marque a alternativa correta:

a) Não cabe a impetração de mandado de segurança quando o documento necessário à prova do alegado se encontrar em poder de terceiro, uma vez que aquele procedimento, por objetivar a proteção de direito líquido e certo, não poderá veicular pedido incidental de exibição de documento.

b) O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

c) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a distribuição por dependência de seu mandado de segurança ao mandado de segurança coletivo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

d) O direito de recorrer da decisão concessiva da segurança é titularizado pela pessoa jurídica de direito público interessada, não se estendendo, porém, à autoridade coatora.

e) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem nos cinco anos anteriores à data do ajuizamento da inicial, tendo em vista a prescrição quinquenal.

44. Em demanda proposta em 20/07/2016 contra o Estado da Bahia, perante o juízo competente na Comarca de Salvador/Ba, a autora X, alegando ter sido companheira do servidor público Y, pleiteia, em razão do falecimento deste, a condenação do Estado no pagamento de pensão por morte. Em sua peça contestatória, o Estado da Bahia impugna a alegação de existência da união estável feita pela autora X, bem como defende o descabimento do pagamento de pensão por morte no caso. Produzidas as provas requeridas pelas

partes, foi prolatada a sentença, que reconheceu, expressamente, a existência da união estável e condenou o Estado da Bahia no pagamento da pensão por morte requerida. No julgamento de recurso de apelação, a sentença foi confirmada, consumando-se o trânsito em julgado. Sobre a coisa julgada material formada, assinale a alternativa correta:

a) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (existência da união estável) quanto aquela acerca da questão

prejudicial (pagamento de pensão por morte);

b) os limites objetivos da coisa julgada material formada abrangem tanto a resolução judicial acerca da questão principal (pagamento de pensão por morte) quanto aquela acerca da questão prejudicial (existência de união estável) apreciadas na sentença;

c) os limites objetivos da coisa julgada material formada somente abrangem resolução judicial acerca da questão principal, não se estendendo à questão prejudicial, a menos que, quanto a esta, tivesse sido proposta ação declaratória incidental pelo réu.

d) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (existência da união estável), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

e) os limites objetivos da coisa julgada material formada não abrangem a questão prejudicial (pagamento de pensão por morte), uma vez que o órgão julgador não possui competência em razão da matéria para dela conhecer como questão principal.

45. Julgue os itens abaixo, acerca da teoria geral da prova e das provas em espécie, marcando, em seguida, a resposta correta.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

I – A distribuição dinâmica do ônus da prova é aquela feita pelo juiz, podendo ser anunciada no ato de proferimento da sentença, desde que modo fundamentado.

II - A utilização de prova emprestada de outro processo pressupõe, dentre outros requisitos, que a sua produção tenha observado o contraditório e que a parte contra quem será utilizada tenha participado dessa produção.

III – O laudo pericial deverá conter, necessariamente, a indicação do método utilizado pelo perito, que deve esclarecê-lo e demonstrar ser o método escolhido predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

46. Sobre ação popular, ação de desapropriação, ação de improbidade administrativa e ação civil pública, julgue os itens abaixo e, depois, assinale a alternativa correta.

I – Na ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação,

poderá, a despeito de haver sido indicada no polo passivo da demanda, atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público.

II – Tratando-se a desapropriação de demanda que versa sobre direito real imobiliário, quando o imóvel objeto da demanda estiver registrado em nome de pessoa casada, ambos os cônjuges deverão ser necessariamente citados para integrar a relação jurídica processual, sob pena de nulidade da sentença de mérito que vier a ser proferida em favor do autor. Essa exigência estará afastada quando se tratar de casamento sob o regime de separação absoluta de bens.

III – É possível a propositura de ação de improbidade administrativa no Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que a demanda possua valor da causa de até 60 (sessenta) salários mínimos.

IV – Não é cabível ação civil pública para veicular pretensão que envolva tributos ou contribuições previdenciárias.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I, II e IV;
- c) II e IV;
- d) II e III;
- e) I e IV.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

47. Sobre a ação monitória, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I - Não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

II – Não se aplica à ação monitória o regramento pertinente à remessa necessária.

III – O procedimento da ação monitória não admite reconvenção.

É correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) Nenhuma das afirmativas é correta.

48. Acerca da improcedência liminar do pedido, marque a alternativa correta:

a) Da sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido caberá apelação, que, todavia, não ensejará a

possibilidade de exercício do juízo de retratação pelo órgão julgador que a proferiu.

b) Apenas é possível o proferimento de sentença de improcedência liminar do pedido fundada em precedente formado no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, não sendo possível se o precedente utilizado

for oriundo de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal.

c) Não interposto o recurso contra a sentença que julgar liminarmente improcedente o pedido, consumar-se-á o trânsito em julgado da decisão. Tratando-se, porém, de processo no qual não foi necessária a citação do réu, este tampouco precisará ser intimado desse trânsito em julgado.

d) As sentenças de improcedência liminar do pedido não estão sujeitas, para seu proferimento, à observância da regra de atendimento preferencial à ordem cronológica de conclusão.

e) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente procedente o pedido que estiver em conformidade com enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal.

49. Sobre as audiências de conciliação e mediação e de instrução e julgamento, julgue os itens abaixo e, em seguida, marque a resposta correta.

a) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE Nº 01/2017

CADERNO 1

b) Não haverá audiência de conciliação ou mediação se uma das partes manifestar, expressamente, o seu desinteresse na solução consensual da controvérsia, tendo em vista o princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes no processo.

c) Instalada a audiência de instrução e julgamento, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se tiver havido emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

d) A audiência de instrução e julgamento poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, diretamente por qualquer das partes, desde que tenha havido autorização judicial para tal gravação.

e) Não é lícito às partes convencionarem o adiamento da audiência de instrução e julgamento.

50. Sobre a liquidação da sentença, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – Não pode haver limitação de litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, pelo juiz, na liquidação de sentença.

II – O devedor pode requerer a liquidação de sentença, quando ela

condená-lo ao pagamento de quantia ilíquida.

III - Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

É correto o que se afirmam(s) item(ns):

a) III, apenas;

b) I, apenas;

c) II e III;

d) I e III;

e) I e II.

Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia- EDITAL PGE N° 01/2017

CADERNO 1

**Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia
EDITAL PGE Nº 01/2017**

Prova: 23 de Abril de 2017

GABARITO OFICIAL - Republicado

CADERNO 04

LÍNGUA PORTUGUESA

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| RESPOSTAS | A | D | B | B | D | E | B | A | D | C |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| RESPOSTAS | D | B | C | E | A |

DIREITO ADMINISTRATIVO

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|---------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| RESPOSTAS | B | D | E | E | Anulada | D | C | E | B | D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|---------|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 |
| RESPOSTAS | D | Anulada | A | E | D | A | D | B | B | E |

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|---------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 |
| RESPOSTAS | Anulada | C | A | D | C | C | A | E | A | B |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| RESPOSTAS | D | D | E | E | D |

**Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia
EDITAL PGE Nº 01/2017**

Prova: 23 de Abril de 2017

GABARITO OFICIAL - Republicado

CADERNO 03

LÍNGUA PORTUGUESA

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| RESPOSTAS | B | A | D | C | D | B | C | E | A | A |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| RESPOSTAS | D | B | B | D | E |

DIREITO ADMINISTRATIVO

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|----|
| QUESTÕES | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| RESPOSTAS | C | E | E | D | B | D | E | D | Anulada | B |

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|---------|----|---------|
| QUESTÕES | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 |
| RESPOSTAS | D | B | A | A | D | B | D | Anulada | E | Anulada |

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 |
| RESPOSTAS | A | C | A | D | D | C | D | B | E | D |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| RESPOSTAS | C | E | E | A | E |

**Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia
EDITAL PGE Nº 01/2017**

Prova: 23 de Abril de 2017

GABARITO OFICIAL - Republicado

CADERNO 02

LÍNGUA PORTUGUESA

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| RESPOSTAS | A | A | B | A | D | D | B | B | D | E |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| RESPOSTAS | D | B | C | C | E |

DIREITO ADMINISTRATIVO

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|---------|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| RESPOSTAS | D | Anulada | E | E | B | B | C | E | D | D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|---------|----|----|----|----|----|---------|----|----|----|
| QUESTÕES | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 |
| RESPOSTAS | Anulada | D | A | E | B | D | Anulada | A | B | D |

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 |
| RESPOSTAS | C | A | D | E | E | D | D | B | E | A |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| RESPOSTAS | E | C | C | D | A |

**Exame de seleção de candidatos ao Programa de Estágio de Nível Superior de Pós-Graduação em Direito (PEPGD) da Procuradoria Geral do Estado da Bahia
EDITAL PGE Nº 01/2017**

Prova: 23 de Abril de 2017

GABARITO OFICIAL - Republicado

CADERNO 01

LÍNGUA PORTUGUESA

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| RESPOSTAS | C | D | B | C | E | A | A | B | A | D |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| RESPOSTAS | D | B | B | D | E |

DIREITO ADMINISTRATIVO

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|----|
| QUESTÕES | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| RESPOSTAS | D | D | E | C | B | B | E | E | Anulada | D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|---------|----|----|----|----|----|---------|
| QUESTÕES | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 |
| RESPOSTAS | D | B | A | Anulada | D | B | E | A | D | Anulada |

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| | | | | | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 |
| RESPOSTAS | A | D | C | C | E | A | E | B | D | D |

| | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|
| QUESTÕES | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| RESPOSTAS | E | E | D | A | C |